

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO MARAJÓ



**Ministério do Desenvolvimento Agrário
Secretaria de Desenvolvimento Territorial**

SOURE - MARAJÓ – PARÁ – BRASIL

Dezembro/2010

Presidenta do Brasil
Dilma Vana Rousseff Linhares

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Afonso Bandeira Florence

Secretaria de Desenvolvimento Territorial
José Humberto Oliveira

Departamento de Ações de Desenvolvimento Territorial
Secretaria de Desenvolvimento Territorial - DETER
Fernanda Costa Corezola

Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário no Pará
Soraya Almeida Viana

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral

Quem é?

Coordenação de Planejamento Territorial

Quem é?

Articulador Estadual

José Wilson da Silva

Sociedade de Meio Ambiente, Educação e Cidadania - SOMECC

Adm. Joacy Ubiratan Brito de Silva

Adm. José Hermínio Dias Feio

EQUIPE ENVOLVIDA NA ELABORAÇÃO DO PLANO

João Daltro Paiva (Consultor SOMEK)
José Hermínio Feio (SOMEK)
Laura Moura (Consultora/educadora SEBRAE)
Wagner Pinto (Consultor/educador SEBRAE)

Incluir os nomes da turma do CODETEM? e da Marília? e da Edel?

COORDENAÇÃO DO PLANO – NÚCLEO DIRETIVO DO CODETER

CAPA – ARTE E MONTAGEM

Alguém vai fazer?

Soure - Marajó – Pará - Brasil
Dezembro/2010

(COSTA DO PTDRS)

Realização



SOCIEDADE DE MEIO AMBIENTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA - SOMECA



Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Pará – SEBRAE - PA

COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – CODETEM MARAJÓ

**Secretaria de
Desenvolvimento Territorial**

**Ministério do
Desenvolvimento Agrário**



SUMÁRIO

	LISTA DE SIGLAS USADAS NO DOCUMENTO	7
	LISTA DE TABELAS	101
	LISTA DE FIGURAS	11
	LISTA DE GRÁFICOS	12
	LISTA DE QUADROS	12
1	APRESENTAÇÃO	13
2	ÁREA DE ABRANGÊNCIA E CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DO TERRITÓRIO MARAJÓ	14
2.1	Contextualização histórica da área de abrangência	15
2.1.1	Povo e terras marajoaras: ancestralidades e atualidades	15
2.1.2	Caracterização populacional do território do Marajó	19
3	DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO MARAJÓ	25
3.1	Perfil social e cultural do Marajó	24
3.1.1	Índice de Desenvolvimento Humano	24
3.1.2	Saúde	26
3.1.3	Abastecimento de água e saneamento	29
3.1.4	Educação	32
3.2	Perfil Ambiental do Marajó	35
3.2.1	Solos, geologia, relevo e hidrografia	35
3.2.2	Clima, vegetação e patrimônio ambiental	38
3.2.3	As unidades de conservação	40
3.2.3.1	Unidades de conservação estaduais	41
3.2.3.2	Unidades de conservação federais e projetos de assentamento agroextrativistas	43
3.2.3.3	O desafio do desmatamento e das queimadas	45
3.3	Perfil Econômico e Produtivo	49
3.3.1	Atividades agrícolas	52

3.3.2	Pecuária bovino-bubalina e suinocultura	66
3.3.3	Pesca e aquicultura	70
3.3.4	Extrativismo vegetal	79
3.3.5	Turismo	84
3.3.6	Estrutura Fundiária, acesso a terra e conflitos agrários	87
3.3.7	Infraestrutura para o desenvolvimento	88
3.3.7.1	Transporte e malha viária	88
3.3.7.2	Energia	90
3.3.7.3	Comunicação	90
4	DEFINIÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O TERRITÓRIO	92
4.1	Visão de Futuro	92
4.2	Objetivos Estratégicos por Dimensão	92
4.2.1	Dimensão Ambiental	92
4.2.2	Dimensão Socioeconômica	93
4.2.3	Dimensão Sociocultural e educacional	94
4.2.4	Dimensão Político-institucional	95
5	MATRIZ ESTRATÉGICO-EXECUTIVA DO PTDRS DO MARAJÓ	96
5.1	Considerações Gerais	96
5.2	Diretrizes, Ações Prioritárias e Projetos Territoriais por Dimensão	97
5.2.1	Quadro 1: matriz Dimensão Ambiental (ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental)	97
5.2.2	Quadro 2: matriz Dimensão Socioeconômica (fomento as atividades produtivas sustentáveis e infraestrutura para o desenvolvimento)	106
5.2.3	Quadro 3: matriz Dimensão Sociocultural-educacional (inclusão social e cidadania)	116
5.2.4	Quadro 4: matriz Dimensão Político-Institucional (relações institucionais)	127
6	PROPOSTAS PARA A GESTÃO DO PLANO	134
	BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL	135

LISTA DE SIGLAS USADAS NO DOCUMENTO

SIGLA	SIGNIFICADO
ADHB	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BB	Banco do Brasil
BANPARÁ	Banco do Estado do Pará
CEPNOR	Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Norte do Brasil
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CODETEM	Conselho Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável do Marajó
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FNMA	Fundo Nacional de Meio Ambiente
FEMA	Fundo Estadual de Meio Ambiente
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDESP	Instituto de Desenvolvimento do Estado do Pará
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IDEFLOR	Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia
RI	Região de Integração
SAGRI	Secretaria de Estado de Agricultura

SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPIR	Secretaria Especial de Políticas de Integração Racial
SEDES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SETRANS	Secretaria de Estado de Transportes
SEDECT	Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia
SOMECA	Sociedade de Meio Ambiente, Educação e Cidadania
SEIR	Secretaria de Estado de Integração Regional
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Empresas
SESPA	Secretaria de Estado de Saúde do Pará
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SEJUDH	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Pará
SPU	Superintendência do Patrimônio da União
SEPAQ	Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MEC	Ministério da Educação
MIRG	Microrregião
MINC	Ministério da Cultura
MS	Ministério da Saúde
MMA	Ministério de Meio Ambiente
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MJ	Ministério da Justiça

MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PARATUR	Companhia Paraense de Turismo
PAM	Produção Agrícola Municipal
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PFS	Programa Família Saudável
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
PDTSAM	Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó / Plano Marajó
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PACS	Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PSF	Programa Saúde da Família
PAM	Produção Agrícola Municipal
PAEx	Projetos de Assentamento Agroextrativistas
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
RGP	Registro Geral da Pesca
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE TABELAS

ORDEM	TÍTULO	PG.
01	Extensão dos municípios do território Marajó	14
02	População do Marajó por município e MIRG em valores absolutos e valores percentuais	20
03	IDH dos municípios do território Marajó	25
04	Disponibilidade geral de leitos e de leitos por mil habitantes no território do Marajó (2006 e 2009)	27
05	Cobertura do PFS por município do Marajó	28
06	Percentual de domicílios particulares com acesso a esgoto sanitário e coleta de lixo no território do Marajó – 2000	31
07	Estrutura Escolar e Matrículas (2009)	33
08	IDEB dos municípios do território do Marajó (2005 e2009)	34
09	Percentual de áreas protegidas dos municípios do Marajó	42
10	Índice de desmatamento dos municípios do Marajó	46
11	Índice de focos de queimadas nos municípios do Marajó	48
12	PIB dos municípios do Marajó comparado (2004 – 2008)	50
13	Comparativo da produção de mandioca (2004 – 2009)	53
14	Comparativo da produção de abacaxi (2004 – 2009)	55
15	Comparativo da produção de feijão (2004 – 2009)	57
16	Comparativo da produção de arroz (2004 – 2009)	59
17	Comparativo da produção de milho (2004 – 2009)	61
18	Comparativo da produção de côco-da-baía (2004 – 2009)	63
19	Comparativo da produção de banana (2004 – 2009)	65
20	Comparativo do número efetivo de cabeças Bovina-Bubalina-Suina do Marajó entre 2006-2009	68
21	Produção do pescado marítimo e estuarino nos municípios de Salvaterra e Soure nos anos de 2004 e 2005	72
22	Produção Pesqueira do Marajó (2008)	74

23	Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas utilizadas para exploração da aquicultura no Marajó, em número e área (2009)	28
24	Extrativismo vegetal madeireiro no Marajó (2009)	80
25	Extrativismo vegetal não-madeireiro no Marajó (2009)	83
26	Equipamentos Hoteleiros Soure-Salvaterra- Ponta de Pedras (2009)	86

LISTA DE FIGURAS

ORDEM	TÍTULO	PG.
01	Área de abrangência do PTDRS do Marajó	14
02	Taxa de Mortalidade Infantil da Mesorregião do Marajó (2004)	26
03	Percentual de óbitos por doenças respiratórias na Mesorregião do Marajó (2004)	29
04	Percentual de municípios com abastecimento de água por rede geral na Mesorregião do Marajó (2000)	30
05	Áreas Protegidas do Marajó	41
06	Zonas madeireiras no estado do Pará	79

LISTA DE GRÁFICOS

ORDEM	TÍTULO	PG.
01	Incremento de desmatamento no Marajó no período de 2001 a 2009	47
02	Incidência de queimadas no Marajó	48

LISTA DE QUÁDROS

ORDEM	TÍTULO	PG.
01	Matriz Dimensão Ambiental (ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental)	97
02	Matriz Dimensão Socioeconômica (fomento as atividades produtivas sustentáveis e infraestrutura para o desenvolvimento)	106
03	Matriz Dimensão Sociocultural-educacional (inclusão social e cidadania)	116
04	Matriz Dimensão Político-Institucional (relações institucionais)	127

1. APRESENTAÇÃO

O território do Marajó é marcado pelo paradoxo. Encanta a qualquer pessoa com suas belas praias, sua gente alegre e acolhedora, sua diversidade biológica, social e cultural. Ao mesmo tempo, impacta e choca por seus indicadores sociais estarem bem aquém dos níveis estadual, regional e nacional.

Mas é justamente neste ambiente de contradições agudas, de conflitos, de potencialidades e limites que foi formulado em 2006-2007 uma proposta conjunta de ações governamentais nas três esferas, em vista de acentuar o que há de melhor no Marajó e superar os problemas que colocam a vida dos homens, mulheres e crianças deste território em sério perigo: o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, também chamado de Plano Marajó.

Passados quatro anos, este esforço é novamente retomado. Desta vez sobre a lógica de construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Cidadania do Marajó (PTDRS). Não se trata de desconsiderar o que foi planejado e efetivamente executado nestes últimos anos, mas, sim, de incorporar as conquistas e dar novo vigor ao planejamento do desenvolvimento do Marajó.

Assim, este plano que agora é apresentado é continuidade e inovação. Continuidade porque tem como referência o Plano Marajó nos elementos componentes do diagnóstico; e inovador na medida em que incorpora novos elementos neste diagnóstico ou aprofunda os que já existiam. Inovador também ao definir outras áreas de ação que não se encontravam no Plano Marajó.

Desde modo, o Marajó conta agora com mais um instrumento a serviço do desenvolvimento sustentável do território, a fim de que a região seja, cada vez mais, uma terra para encantar o visitante e digna de seus moradores.

2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA E CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DO TERRITÓRIO MARAJÓ

A área de abrangência do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Território da Cidadania do Marajó compreende os dezesseis municípios que compõem, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Mesorregião Geográfica do Marajó (Figura 1), que, além do arquipélago, abrange alguns municípios do continente, somando 104.140 km² (Tabela 1).

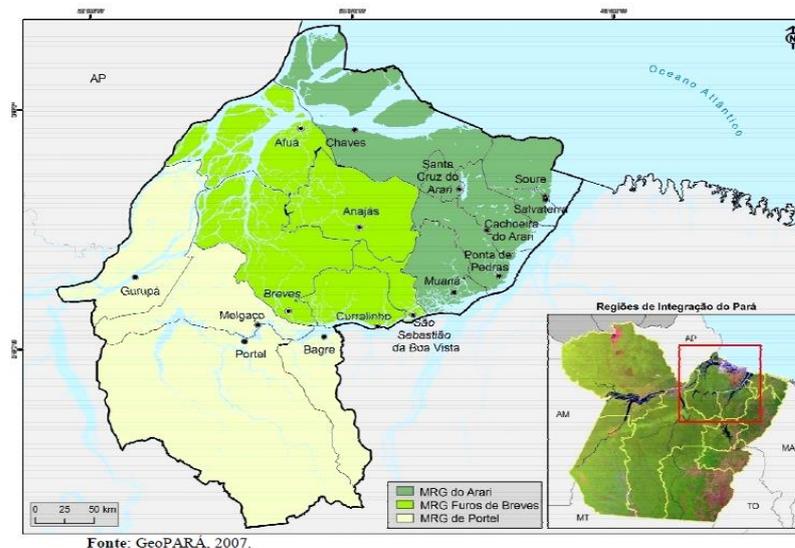


Figura 1: Área de abrangência do PTDRS Marajó.

Tabela 01 Extensão dos municípios do Território

MUNICÍPIOS	ÁREA (Km ²)
MRG DO ARARI	28.950
CACHOEIRA DO ARARI	3.102
CHAVES	13.085
MUANÁ	3.766
PONTA DE PEDRAS	3.365
SALVATERRA	1.044
SANTA CRUZ DO ARARI	1.075
SOURE	3.513
MRG FUROS DE BREVES	30.094
AFUÁ	8.373
ANAJÁS	6.922
BREVES	9.550
CURRALINHO	3.617
SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	1.632
MRG DE PORTEL	45.096
BAGRE	4.397
GURUPÁ	8.540
MELGAÇO	6.774
PORTEL	25.385
TOTAL GERAL	104.140

Fonte: IBGE.

2.1. Contextualização Histórica da Área de Abrangência

2.1.1 – Povo e terras marajoaras: ancestralidades e atualidades

Emergiu nas últimas décadas um sentimento de orgulho e pertencimento na população do Marajó. Em parte, este fenômeno tem raízes na constatação de que uma parte significativa da história da presença humana na Amazônia está vinculada à história da presença dos primeiros habitantes no arquipélago do Marajó, ou seja, esta terra é o “berço” do homem amazônico.

A afirmação se materializa em mais de 200 sítios arqueológicos que se estima existir na ilha, os quais, segundo a ciência arqueológica, indicam que o norte brasileiro era povoado há cerca de 2.000 anos por numerosas, ricas e complexas civilizações. A diversidade destes sítios igualmente demonstra que o processo de ocupação é bastante remoto, conforme demonstrado por CASA CIVIL/PR (2007: 16-17)

a) Sambaquis: até agora foi registrado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) apenas o sambaqui encontrado no município de Curralinho, chamado Araçacar.

Recentemente foram visitados outros dois sambaquis localizados muito próximos à cidade de Cachoeira. Nenhum destes sambaquis foi estudado, mas se for considerada a antiguidade de sítios semelhantes encontrados na costa norte do Pará, pode-se supor que tenham entre 3 e 5 mil anos de idade. Seriam, portanto, representantes da mais antiga ocupação da ilha.

b) Sítios de horticultores: diversos sítios pequenos dispersos pela ilha parecem atestar um modo de vida caracterizado pela horticultura ou manejo de plantas, coleta, caça e pesca. Seriam sociedades relativamente autônomas, organizadas em pequenas vilas familiares, vivendo de uma economia generalizada de subsistência. As datações obtidas para estas ocupações mostram uma ocupação de 1500 a.C. a 900 a.C. e, depois de um hiato, uma nova ocupação de 1 a 800 d.C.

c) Construtores de tesos – sociedades complexas: são sociedades que se caracterizaram pelo manejo de terra e de recursos hídricos, construindo barragens, lagos e tesos, além de caminhos que os ligavam. Espalharam-se por toda a ilha, especialmente na área de campos, junto a cabeceiras de rios e igarapés, mas ocupando também a área de floresta. Recentemente, foram encontrados também sítios da cultura marajoara no extremo noroeste da ilha, ainda não registrados.

d) Sítios Aruã: descritos por Meggers e Evans, seriam os sítios dos Aruã proto-históricos, chegados na ilha por volta do século XIV e que teria entrado em conflito com as populações marajoaras. São sítios pouco profundos, com fragmentos de cerâmica de decoração rude. Nas ilhas ao norte e no Amapá, sítios da fase Aruã têm urnas funerárias antropomorfas, pintadas em vermelho e branco.

e) Sítios coloniais ou de contato: são sítios da época do contato com os europeus. São vilas, igrejas, engenhos, fazendas, chalés, com estruturas arquitetônicas e outras evidências materiais datadas do período colonial. Estes remanescentes testemunham um longo processo histórico ocorrido na ilha, e podem oferecer subsídios à compreensão de aspectos de sua dinâmica cultural, como por exemplo, as formas de contatos inter-étnicos havidos entre os povos nativos, europeus e africanos.

f) Sítios potenciais: dentre sítios a serem ainda descobertos e registrados, espera-se encontrar novos tipos de ocupações em áreas ainda não conhecidas, como é o caso das áreas de florestas do noroeste da ilha.

A arqueóloga Denise Schann, ao estudar o aterro Camutins, localizado no Igarapé que dá nome ao sítio arqueológico, identificou um sistema de manejo de águas muito bem elaborado, composto de barragens nas quais as antigas populações podiam manter peixes e tartarugas vivos por um longo período, assim como secar o peixe para ser consumido no inverno, quando a pesca é escassa. Ao mesmo tempo, esta sociedade também possuía uma estrutura hierárquica (cacicado), o que a configura como uma sociedade complexa (IPAR, 2006: 29-31), as quais precedem outras que surgiram na Bacia Amazônica apenas cinco séculos mais tarde.

As sociedades marajoaras entraram em colapso por volta de 1.200 a 1.300 d.C, mas não se sabe ainda o motivo. Levantam-se hipóteses de uma grave crise econômica por conta de mudanças climáticas, o que teria levado os cacicados à desestabilização ou guerras entre si. Depois desta época, as populações originárias do Marajó teriam abandonados os tesos e voltado ao modo de vida disperso, de pequenas aldeias, sem uma organização regional. Uma indicação deste contexto é o fato de que documentos coloniais de 1.600 falam em cerca de 40.000 índios de várias nações habitando a ilha (IPAR, 2006:32).

O período colonial marca um novo ciclo para o Marajó no qual grande parte da população indígena foi dizimada pelos portugueses, sendo os sobreviventes escravizados pelos colonizadores, agora proprietários de enormes faixas de terras concedidas por meios de sesmarias, fundamento histórico do processo de concentração de terras não apenas no Marajó, mas no território brasileiro como um todo (SOUZA, 2006: 13)

Este fato contribuirá para a formatação da concentração fundiária no Grão Pará, particularmente na região do Marajó.

Assim, esta se tornará um pólo de produção pecuária e proporcionará a apropriação de terras e a ascensão de uma oligarquia agrária, que se estenderá até os dias contemporâneos. Portanto, neste fato histórico identifica-se o cerne da problemática da questão fundiária brasileira. Isto originará uma estrutura agrária altamente desigual e colocará as unidades produtivas familiares em posição secundária de acesso a terra, fortalecendo relações de poder.

Este novo ciclo será dinamizado pelo binômio exploração-resistência (CASA CIVIL/PR, 2007: 16-17)

Desde o período colonial, a Região Amazônica integrou-se ao mercado mundial como frente de exploração mercantil. A evolução socioeconômica da mesorregião do Marajó processou-se de forma cíclica, com sucessivas fases de prosperidade e depressão, baseadas principalmente no comportamento da pecuária (nas áreas de campos naturais da Ilha do

Marajó) e do extrativismo (nas áreas de floresta). A agricultura também apresentou algum desenvolvimento naquela época.

As fazendas e engenhos do século XVIII e XIX continuaram a utilizar-se largamente do trabalho de escravos e indígenas. Nas fazendas de gados e búfalos era utilizada como força de trabalho tanto escravos quanto homens livres, estes últimos indígenas e mestiços. A resistência à escravidão mediante fugas, deu origem à formação dos quilombos e mocambos nas várias regiões do arquipélago.

Baseado em documentos históricos, Gomes (2005) mostra que no decorrer do século XVIII foram muitas as situações e movimentos de fugas da população escravizada, composta tanto por negros quanto por índios. Ressalta-se que por volta de 1823, a população de negros, indígenas e mestiços na ilha correspondia a mais de 80% da população local.

Neste contexto, a economia marajoara firma suas bases na exploração dos produtos naturais, tais como a coleta da borracha, da castanha do Pará, do timbó, da madeira e da pesca, havendo pouca dinamização da agricultura. Esta dinâmica econômica fundamentalmente extrativa, por sua vez, irá influenciar a modalidade de ocupação territorial, de tal forma que a constante será a localização das populações em povoados de pequeno porte - não mais que 200 habitantes, em sua maioria -, localizados às margens e confluências de rios e igarapés. É igualmente neste período que se encontram as raízes do aviamento como sistema de produção no Marajó, conforme descreve Souza (2006: 15-16).

Durante os tempos áureos da produção gomífera as maiores áreas de extração se encontrava na região das ilhas do Marajó. No campo social, haveria uma mobilização para busca de mão-de-obra que culminaria com a migração de grandes levas de nordestino para a Amazônia, estima-se em aproximadamente 400 mil pessoas.

Desta forma, novas categorias sociais surgiriam como o seringalista – “o patrão” -, o seringueiro, o regatão, o aviador, o exportador que se somaria aos grupos remanescentes da fase colonial como o vaqueiro, o fazendeiro, agricultores de subsistência, o escravo negro e outros mais.

Ressalta-se que no sentido da organização do trabalho será introduzida uma forma de exploração do trabalho altamente aviltante, o aviamento.

Trata-se de um tipo de trabalho forçado, baseada na relação por dívida que se estabelecia entre o seringueiro e o “patrão”. Aquele se torna devedor a partir do momento que aceitava se deslocar para o interior da densa floresta para atuar nas “estradas de seringais”. O patrão financiava todas as despesas para viabilizar a chegada a “colocação” e depois faziam a cobrança, via recebimento do fruto do trabalho, a borracha.

A crise da cadeia produtiva envolvida com a produção do látex, especialmente a partir do início do século XX, devido a perda de mercado consumidor para a Malásia, alterará a dinâmica econômica marajoara e conseqüentemente sua conformação social. Neste novo ciclo, ganha destaque a produção pecuária, pois os grandes fazendeiros direcionam seu interesse para a criação de búfalos e consolidam a importância deste sistema produtivo ao longo da primeira metade do século XX. Nas

áreas de florestas densas, há o avanço das empresas e empresários individuais, enquanto que nas áreas de várzea os agricultores e agricultoras familiares produzirão com suas práticas tradicionais.

A segunda metade do século XX trará novas mudanças sociais, econômicas e históricas para a ocupação do Marajó. A pecuária marajoara sofrerá um duro golpe, na medida em que as práticas de manejo ainda eram as mesmas do século XVII, quando o gado era criado solto no pasto natural e as mesmas não conseguiam o nível de produtividade que se alcançava nos novos pólos de produção pecuária no estado do Pará, como relata Ximenes (IPAR, 2006: 6):

E o Pará se abastecia da carne do arquipélago (do Marajó). Mas as coisas começaram a mudar quando chegou ao Pará o gado de Goiânia. E quando a grande produção de gado se instala na região da Transamazônica, começa, de fato, a competição. O Marajó ainda perdeu a corrida tecnológica para a região de Paragominas.

A partir desta nova crise, o Marajó sofrerá alterações em sua conformação populacional, com a emergência de novas categorias sociais. Isso se deve ao fato de que se constrói uma nova espacialização da região.

Nos campos naturais, para se manter com o mínimo de competitividade o setor pecuário precisará investir em tecnologia, especialmente no melhoramento genético dos bubalinos.

Já nas florestas densas, vai se intensificar a extração de madeira de alto valor comercial para a exportação, de tal forma que o setor madeireiro envolverá trabalhadores rurais que fornecerão matéria-prima para as serrarias.

Ao longo dos rios e igarapés, vão se consolidar as comunidades de ribeirinhos, nas quais a produção extrativa e os recursos tecnológicos disponíveis conferem à dinâmica da natureza local o papel de forte determinante em sua vida e seu trabalho: extração de madeiras brancas (virola, pau mulato, sumaúma), do açaí (fruto e palmito), da borracha, pela pesca de peixes e camarões, e produção de produtos agrícolas, voltados principalmente para o consumo familiar (milho, melancia, arroz).

Conformou-se, assim, um sistema agrário complexo, com categorias sociais representativas:

As principais categorias sociais que se destacarão neste sistema agrário são: o empresário madeireiro; o empresário da serraria; o grande fazendeiro agropecuário; os trabalhadores extrativistas; os trabalhadores

assalariado do serviço público e privado; os empresários exportadores de madeira; o empresário do setor turismo; e as populações tradicionais quilombolas; as populações tradicionais das áreas de unidade de conservação. Este conjunto de sujeitos, às vezes, interage de maneira convergente, mas na maioria das vezes possuem interesses divergentes. Os objetivos de cada um desses grupos dependerão do grau de interesse de acumulação e apropriação dos recursos naturais ou da defesa do uso sustentável da floresta e dos demais ecossistemas.

É a partir desta complexidade que também se conforma o Território da Cidadania do Marajó.

2.2. Caracterização Populacional do Território do Marajó

A divulgação dos primeiros dados populacionais do censo 2010 permite construir, ainda que preliminarmente, uma visão mais precisa da dinâmica populacional no território do Marajó nos últimos 10 anos, ao compará-lo com os dados do censo 2000, como na tabela 02.

Quando se considera o censo realizado em 2000, a população total dos municípios que compõem o território somava 380.555 habitantes, o que equivalia, à época, a 6,15% da população paraense e a 1,80% do contingente populacional da Amazônia Legal.

Os dados de então apontavam ainda que o ritmo de crescimento da população do Marajó era semelhante à média do estado do Pará, e um pouco acima da média nacional. Entre 1991 e 2000, o crescimento foi à razão de 2,05% ao ano.

Em 2000, a densidade demográfica era de 3,65 habitantes/km², cerca de 30% inferior a já baixa média paraense e correspondente a menos de 1/5 da média nacional. Tal fato era influenciado por uma base econômica que não tinha grande amplitude. Esta mesma estrutura econômica determinava igualmente uma taxa de urbanização muito baixa: apenas 38,8% em 2000, ou menos da metade da média nacional. Cerca de 61% da população local residia nas áreas rurais, enquanto a média do país era de 18%.

Tabela 02: População do Marajó por Município e MIRG em Valores Absolutos e Valores Percentuais

Microrregiões Município	Total da população 2010	Total da População 2000	Total de Homens 2010		Total de Mulheres 2010		Total da população Urbana 2010		Total da população Rural 2010	
			Ab	%	Ab	%	Ab	%	Ab	%
MIRG ARARI										
Cachoeira do Arari	20.460	15.783	10.552	51,57%	9.908	48,43%	7.365	36,00%	13.095	64,00%
Chaves	21.138	17.350	11.216	53,06%	9.922	46,94%	2.500	11,83%	18.638	88,17%
Muaná	34.237	25.467	17.916	52,33%	16.321	47,67%	14.523	42,42%	19.714	57,58%
Ponta de Pedras	25.989	18.694	13.379	51,48%	12.610	48,52%	12.429	47,82%	13.560	52,18%
Salvaterra	20.184	15.118	10.292	50,99%	9.892	49,01%	12.681	62,83%	7.503	37,17%
Santa Cruz do Arari	8.163	5.255	4.145	50,78%	4.018	49,22%	4.001	49,01%	4.162	50,99%
Soure	22.995	19.958	11.477	49,91%	11.518	50,09%	21.009	91,36%	1.986	8,64%
Total MIRG Arari	153.166	117.625	78.977	51,56	74.189	48,44	74.508	48,65	78.658	51,35
MIRG FURO DE BREVES										
Afuá	35.017	29.505	18.449	52,69%	16.568	47,31%	9.478	27,07%	25.539	72,93%
Anajás	24.771	18.322	12.968	52,35%	11.803	47,65%	9.492	38,32%	15.279	61,68%
Breves	92.865	80.158	47.780	51,45%	45.085	48,55%	46.561	50,14%	46.304	49,86%
Curralinho	28.582	20.016	15.073	52,74%	13.509	47,26%	10.938	38,27%	17.644	61,73%

São Sebastião da Boa Vista	22.890	17.664	11.831	51,69%	11.059	48,31%	9.907	43,28%	12.983	56,72%
Total MIRG Furo de Breves	204.125	165.665	106.101	51,98	98.024	48,02	86.376	42,32	117.749	57,68
MIRG PORTEL										
Bagre	23.855	13.708	12.136	50,87%	11.719	49,13%	10.652	44,65%	13.203	55,35%
Gurupá	29.060	23.098	15.402	53,00%	13.658	47,00%	9.580	32,97%	19.480	67,03%
Melgaço	24.789	21.064	13.208	53,28%	11.581	46,72%	5.499	22,18%	19.290	77,82%
Portel	52.166	38.043	26.817	51,41%	25.349	48,59%	24.846	47,63%	27.320	52,37%
Total MIRG Portel	129.870	95.913	67.563	52,02	62.307	47,98	50.577	38,94	79.293	61,06
Total do Território	487.161	379.203	252.641	51,86	234.520	48,14	211.461	43,41	275.700	56,59
Total: Pará	7.588.078	6.192.307	3.825.245	51,48%	3.762.833	48,52%	5.197.118	47,82%	2.390.960	52,18%
Total: Região Norte	15.865.678	12.900.704	8.004.129	51,41%	7.861.549	48,59%	11.663.184	47,63%	4.202.494	52,37%

Fonte: IBGE, Censo 2010: Primeiros resultados.
Formatação: João Daltro Paiva

Os dados coletados no censo recente contabilizam uma população total para o território do Marajó da ordem de 487.161 habitantes, sendo que o volume populacional pelas Microrregiões (MIRG) distribui-se na seguinte ordem: a MIRG Furo de Breves, com cinco municípios responde por 41,90%% da população total, seguida da MIRG Arari, com sete municípios, que possui 31,44% do total de habitantes do Marajó e finalmente a MIRG Portel, constituída de quatro municipalidades, que responde por 26,66 % do total populacional.

O contingente de habitantes do Marajó corresponde a 6,42 % da população do estado do Pará e a 3,07% da população da região Norte, quando comparado à relação feita entre população territorial e população estadual, se percebe que houve um incremento de 0,27%. Em valores absolutos, houve um aumento de 107.958 habitantes no decorrer do decênio 2000-2010, o que corresponde a um crescimento percentual de 22,16% em relação a última contagem censitária; porém, quando se considera a média de crescimento anual tem-se a razão de 2,21% ao ano, o qual em termos comparativos aos índices de 2000 significou um aumento de 0,16% ao ano em relação aos levantamentos daquele ano. A densidade demográfica do território ainda é considerada baixa, estando hoje no patamar de 4,67 habitantes/Km², mas houve um aumento de 1,02% nesta taxa.

As razões para este crescimento populacional contínuo parecem ser os mesmos aferidos por CASA CIVIL/PR (2006:20):

Mesmo sendo uma região de significativa emigração, o crescimento se mantém vigoroso em função das elevadas taxas de fertilidade e de natalidade. Em função de sua relativa proximidade, a maior parte da população migrante marajoara se direciona para Belém e sua área metropolitana, estimando-se em mais de 200 mil o contingente marajoara residente em Belém e cidades vizinhas.

Em relação ao processo de urbanização, os dados indicam que o Marajó continua a ser um território predominantemente constituído por municípios onde a maioria da população está assentada em áreas rurais, mantendo em seu conjunto taxas percentuais próximas às do estado do Pará (52,18%) e da região Norte (52,37%), na medida em que sua população rural corresponde a 56,59% da população territorial.

Ao se analisar mais detidamente os dados por município é possível identificar alguns destaques. Dos dezesseis municípios que constituem o território, apenas três possuem um contingente de habitantes em áreas urbanas superiores às áreas rurais, são eles a cidade de Soure, com 91,36% de seus moradores na área urbana; Salvaterra, onde 62,83% de seus habitantes localizam-se no meio urbano e,

finalmente, Breves, na qual 50,14% de sua população é considerada como urbana. Uma informação relevante em relação à questão urbana no Marajó é que apesar dos valores absolutos e percentuais terem se alterado, a situação ainda é a mesma de 2000, quando igualmente estes municípios foram identificados como os únicos a ter população urbana superior à população rural, assim como o fato de que os mesmos, juntamente com o município de Portel, continuam a ser os principais centros urbanos da região.

3. DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO MARAJÓ

3.1. Perfil Social e Cultural do Marajó

3.1.1. Índice de Desenvolvimento Humano

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o conceito de Desenvolvimento Humano parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Quando o relatório de 2000 foi lançado no contexto da publicação Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB), treze dos dezesseis municípios marajoaras ficaram em posição desconfortável, pela colocação no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do estado do Pará.

Ao mesmo tempo, o mesmo apresentou disparidades extremas, onde de um lado aparece Melgaço como o município com o mais baixo IDH do estado, enquanto que no mesmo território Soure emerge em 18º no ranking, estado em melhor situação que 125 municípios paraenses. Em relação aos outros municípios do Brasil, Melgaço apresenta uma situação também ruim: ocupa a 5438ª posição, sendo que 5437 municípios (98,7%) estão em situação melhor e 69 municípios estão em situação pior ou igual a sua.

A tabela 03 permite uma visualização da posição dos municípios marajoaras no ranking do IDH em relação aos outros 143 municípios do Pará, em especial a Belém, que está em primeiro lugar.

Tabela 03: IDH dos municípios do território Marajó

UNICÍPIOS	IDH	IDH Educação	IDH Longevidade	IDH Renda	TAXA BRUTA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	SITUAÇÃO NO ESTADO
Melgaço	0,525	0,546	0,598	0,431	47,62	58,09	143º.
Bagre	0,571	0,624	0,637	0,453	55,54	65,80	141º.
Chaves	0,581	0,568	0,710	0,464	44,50	62,89	139º.
Anajás	0,595	0,529	0,733	0,524	57,37	50,63	136º.
Curralinho	0,596	0,666	0,655	0,468	64,22	67,72	135º.
Portel	0,608	0,574	0,721	0,528	60,53	55,90	132º.
Afuá	0,612	0,598	0,745	0,494	66,66	56,39	130º.
Breves	0,630	0,671	0,706	0,514	72,74	64,22	114º.
Santa Cruz do Arari	0,630	0,733	0,664	0,492	62,95	78,52	114º.
Gurupá	0,631	0,679	0,721	0,493	73,75	64,96	113º.
Ponta de Pedras	0,652	0,736	0,710	0,510	62,99	78,83	95º.
Muaná	0,653	0,734	0,710	0,514	62,76	78,78	93º.
São Sebastião da Boa Vista	0,666	0,779	0,734	0,484	75,89	78,95	76º.
Cachoeira do Arari	0,680	0,766	0,710	0,563	66,92	81,49	58º.
Salvaterra	0,715	0,856	0,745	0,544	80,61	88,16	23º.
Soure	0,723	0,858	0,747	0,564	83,73	86,89	18º.
Belém	0,806	0,928	0,758	0,732	88,55	94,96	1º.

Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Formatação; João Daltro Paiva

Continuando a análise do IDH, agora sob o ponto de vista da evolução dos indicadores no período de 1991 a 2000, os dados são igualmente preocupantes, conforme CASA CIVIL/PR (2006:73):

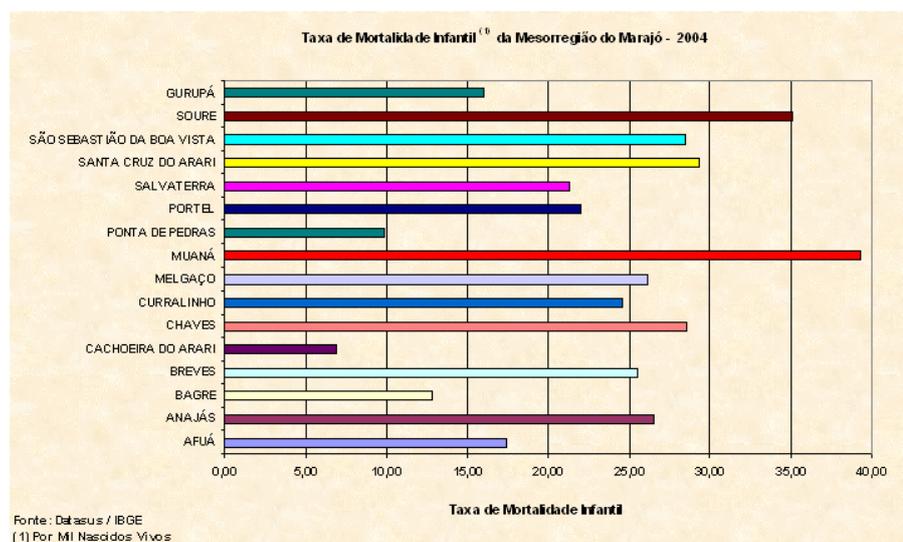
Uma interpretação do IDH permite concluir que a renda manteve-se estagnada na maioria dos municípios no período de 1991 a 2000. No mesmo período houve ligeiro ganho de longevidade em todos os municípios. Na educação, o quadro é preocupante, principalmente nos municípios mais distantes da capital do estado. Em resumo, o arquipélago apresenta baixíssimo índice global de desenvolvimento humano.

A qualidade de vida dos habitantes dos municípios pertencentes ao arquipélago do Marajó, medida pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), mesmo tendo apresentado algum crescimento na comparação entre 1991 e 2000, continua muito baixo, localizando-se entre os piores do país. O crescimento global do IDHM no arquipélago no período foi de 0,08. Isso significa crescimento anual no índice de 0,008 pontos

3.1.2. Saúde

No território do Marajó, os dados em relação às condições de saúde da população são preocupantes, como mostra a figura 02 com dados de 2004. Há elevadas taxas de mortalidade infantil, sendo que do total de dezesseis municípios, seis tem taxas superiores a 25%: Muaná (39,31%), Soure (35,4), Santa Cruz do Arari (29,41), Chaves (28,57), São Sebastião da Boa Vista (28,47) e Melgaço (26,17). De outro lado, os menores percentuais estão situados nos municípios de Cachoeira do Arari (6,90) e Pontas de Pedras (9,84).

Figura 02: Taxa de Mortalidade Infantil da Mesorregião do Marajó (2004)



Fonte: Casa Civil/PR, PDTSAM, 55

Analisando a oferta de infraestrutura hospitalar na mesorregião, há alterações no quadro apresentado pelo Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (CASA CIVIL/PR, 2006: 55-56). No ano de 2003, o quadro era o seguinte: a ampla maioria dos municípios da mesorregião possuía menos de 1,5 leitos por mil habitantes, à exceção de Soure, com índice de 2,5. Ainda mais preocupante era o fato de que Afuá, Bagre, Cachoeira do Arari, Chaves, Melgaço, Pontas de Pedras e Santa Cruz do Arari se deparavam com este indicador em 0,0 (zero), o que demonstrava a fragilidade total na área de saúde nesta região.

Tabela 04: Disponibilidade de Geral de Leitos e de Leitos por mil habitantes no Território do Marajó (2006 e 2009)

Município	Total Geral de Leitos		Leitos por mil habitantes	
	2006	2009	2006	2009
Afuá	10	30	0,3	0,9
Anajás	21	20	0,9	0,7
Bagre	0	0	0,0	0,0
Breves	110	80	1,3	1,0
Cachoeira do Arari	17	17	0,9	0,8
Chaves	10	9	0,6	0,4
Currálinho	25	23	1,0	0,8
Gurupá	24	23	0,9	0,9
Melgaço	0	0	0,0	0,0
Muaná	20	25	0,7	0,9
Ponta de Pedras	10	10	0,5	0,4
Portel	20	19	0,4	0,4
Salvaterra	20	20	1,1	1,1
Santa Cruz do Arari	15	15	2,6	2,4
São Sebastião da Boa Vista	48	44	2,4	2,0
Soure	39	49	1,8	2,2
Total	389	384		

Fonte: Para 2006, DATASUS/CNES. Julho/2007. Para 2009, DATASUS/CNES Situação da base de dados nacional em 10/04/2010.

Nota: Não inclui leitos complementares

Formatação: João Daltro Paiva

Os dados mais recentes do período decorrido entre 2006 e 2009 (tabela 04) apontam mudanças: dos sete municípios que tinham indicador zero em 2003, apenas Bagre e Chaves permanecem na mesma situação. Todo os demais

municípios avançaram nos indicadores, especialmente Santa Cruz do Arari que passou a 2,4, ficando acima de todos os demais municípios do território.

Porém, os avanços foram tímidos, na medida em que treze municípios ainda se mantêm abaixo de 1,5 leitos por mil habitantes e dentre este total, onze municípios não alcançam 1,0 leito por mil habitantes, demonstrando que ainda há sérias lacunas na infraestrutura hospitalar da região.

A política de saúde no Brasil tem incorporado cada vez mais a lógica da prevenção, em vista de superar a visão de medicina curativa. Neste sentido, os programas de Atenção Básica a Saúde, em especial o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e o Programa Saúde da Família (PSF), têm trazido avanços significativos no âmbito dos municípios, na medida em que atua focado na vigilância à saúde e à busca pela qualidade de vida, interagindo com as famílias e comunidades.

Tabela 05: Cobertura do PFS por município do Marajó

Município	População coberta ⁽¹⁾	% da população coberta ⁽²⁾
Afuá	39.605	121,4
Anajás	21.779	79,5
Bagre	12.064	59,2
Breves	68.838	68,1
Cachoeira do Arari	17.916	87,8
Chaves	10.068	49,1
Curralinho	13.703	49,8
Gurupá	23.611	92,5
Melgaço	15.996	90,6
Muaná	13.289	43,5
Ponta de Pedras	21.530	81,4
Portel	36.684	75,0
Salvaterra	16.971	93,6
Santa Cruz do Arari ⁽³⁾	-	-
São Sebastião da Boa Vista	15.405	70,4
Soure	24.173	107,6
Total do Território	351.632	

Fonte: SIAB. Situação da base de dados nacional em 22/02/2010.

Notas:

(1) Situação no final do ano

(2) Alguns municípios ultrapassam 100% porque a população de 2009 foi estimada.

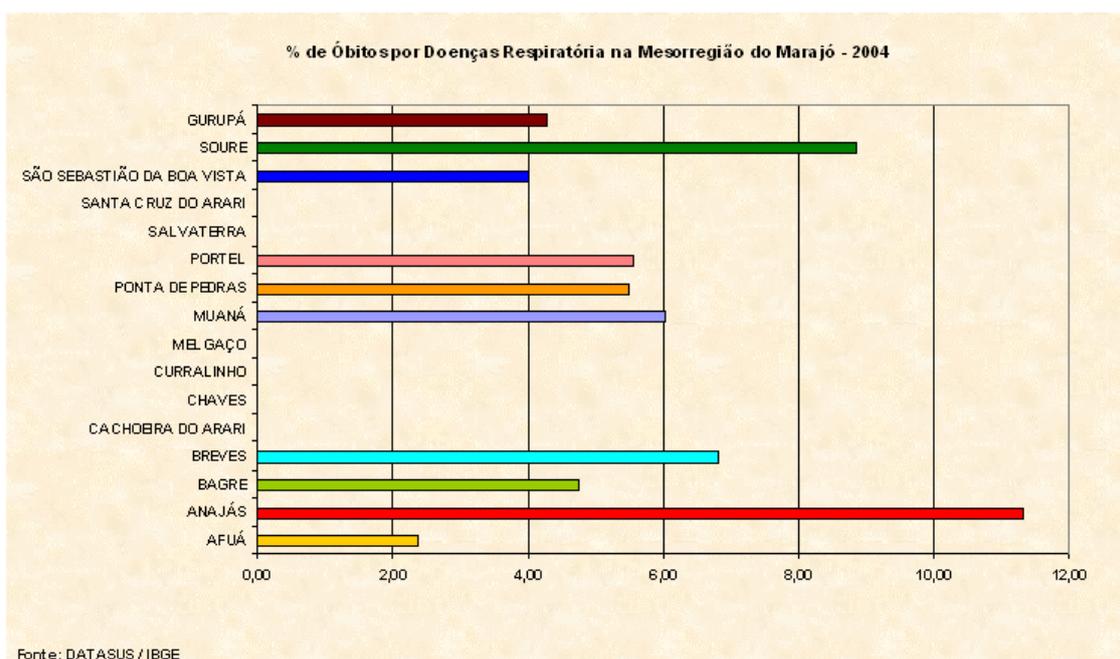
(3) Não foram encontrados dados.

Formatação: João Daltro Paiva

A tabela 05 apresenta os indicadores de cobertura do ano de 2009 no território do Marajó. Os índices de cobertura são muito satisfatórios: cinco municípios (marcados em verde) estão acima dos 90% e apenas três estão abaixo dos 50% (marcados em marrom), com os municípios de Afuá e Soure na liderança em termos percentuais positivos.

Contudo, um indicador que aponta a necessidade de uma avaliação mais apurada em relação à qualidade do processo de implementação destes programas é o fato de que alguns municípios da mesorregião, em 2004, já possuíam mais de 5% do total de óbitos do município causados por problemas respiratórios como apresentado na figura 03, onde Anajás (11,32%), Soure (8,85%) e Breves (6,82%) apresentaram os maiores percentuais no ano.

Figura 03: Percentual de óbitos por doenças respiratórias na Mesorregião do Marajó (2004)



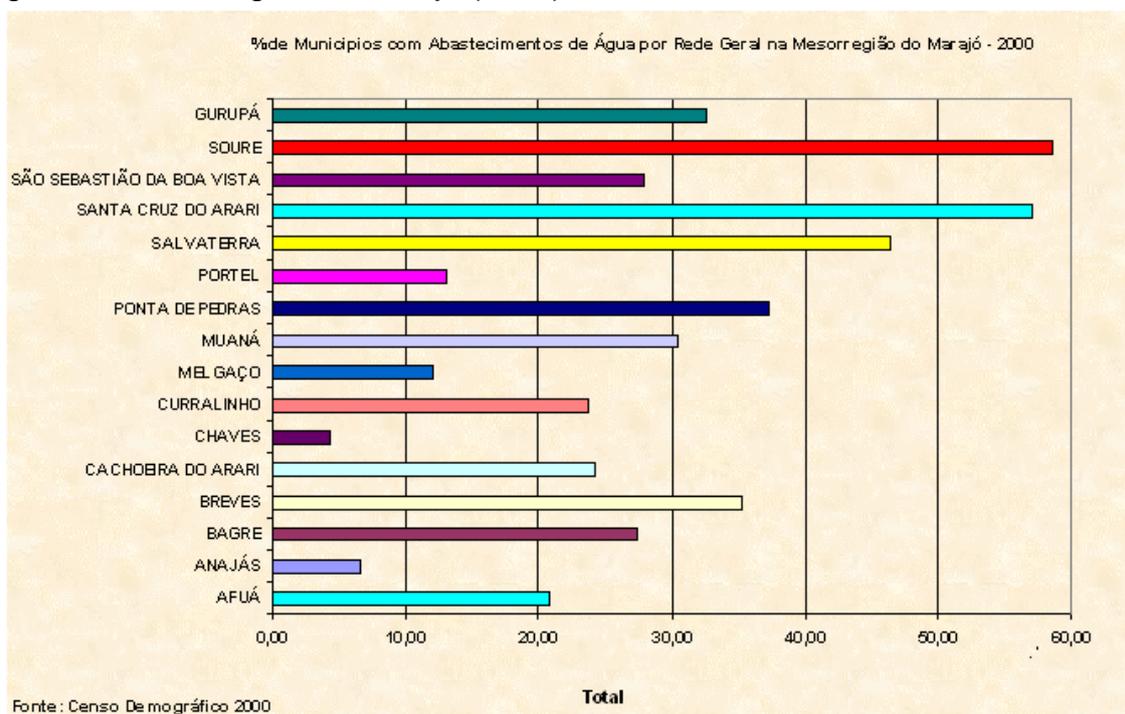
Fonte: CASA CIVIL/PR, PDTSAM, 58

3.1.3 – Abastecimento de água e saneamento

Os dados disponibilizados pelo censo 2000 compõem um cenário preocupante quanto ao fornecimento de água para o consumo humano no território do Marajó. Isso se deve ao fato de que a água consumida por esta população não tem em sua maioria o tratamento adequado. Segundo os dados censitários

daquele ano, apenas 42,80% dos domicílios da mesorregião tinham serviço de água por rede geral, conforme atestado por Casa Civil/PR e demonstrado na figura 06, extraída do PDTSAM (2006: 65), onde se destacam os municípios de Soure, Santa Cruz do Arari e Salvaterra; os três se destacaram com o maior percentual de domicílios atendidos pelo fornecimento de água rede geral e os municípios Chaves e Anajás com maior carência no serviço.

Figura 04: Percentual de municípios com abastecimento de água por rede geral na Mesorregião do Marajó (2000)



Fonte: CASA CIVIL/PR, PDTSAM, 65

A precariedade na infraestrutura de saneamento ambiental tem ainda outros graves componentes, quais sejam, a reduzida oferta de serviço de esgotamento sanitário - somente sete municípios possuem domicílios com esgotamento sanitário e rede geral -, gerando a utilização de outras formas de depósito de dejetos (fossas rudimentares, valas, rios, lagos ou mar) e o fato de que todos os municípios apresentam índice abaixo de 50% de domicílios atendidos pela coleta de lixo. Este quadro fica patente na tabela 06, abaixo.

Tabela 06: Percentual de domicílios particulares com acesso a esgoto sanitário e coleta de lixo no território do Marajó – 2000

MUNICÍPIO	% DE DOMICÍLIOS COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO			% DE DOMICÍLIOS COM COLETA DE LIXO
	Rede Geral Esgoto ou Pluvial	Fossa Séptica	Outros Escoadores *	
Afuá	0,00	0,20	99,80	22,47
Anajás	0,00	0,78	99,22	23,95
Bagre	0,00	5,86	94,14	16,51
Breves	0,00	4,43	95,57	31,19
Cachoeira do Arari	0,00	21,41	78,59	0,53
Chaves	0,00	2,30	97,70	2,24
Curralinho	0,28	7,29	92,43	19,96
Gurupá	0,63	7,09	92,28	17,55
Melgaço	0,00	4,19	95,81	8,57
Muaná	0,12	6,11	93,78	16,45
Ponta de Pedras	7,38	8,55	84,07	14,39
Portel	0,17	5,39	94,44	25,19
Salvaterra	0,37	35,06	64,57	19,66
Santa Cruz do Arari	0,00	3,06	96,94	0,00
São Sebastião da Boa Vista	0,00	5,00	95,00	13,75
Soure	1,03	36,11	62,86	27,01
Total do Território	0,57	8,76	90,68	19,93
Total do Pará	7,49	31,00	61,51	53,68

Fonte: Casa Civil/PR, PDTSAM
Formatação: João Daltro Paiva

O mesmo documento alerta para o desafio constante que é o combate às endemias na região, especialmente por sua configuração ecológica singular (CASA CIVIL/PR, 2006: 65-66) e pelas precárias condições de moradia que se encontra a população local

O combate às endemias é um desafio constante, dado o fato de que na época de inundação, a água é mantida represada no campo, propiciando a proliferação dos mosquitos e de todo o ciclo. Existe a época das rãs, dos grilos, das caturras (pequenos besouros), do cupim-de-asa, das baratas d'água, enfim, seria necessário quebrar todo o ciclo ecológico para que se pudessem controlar as endemias nas fazendas e vilas. Nos centros urbanos é menos difícil.

[...] O déficit habitacional dos municípios que compõem a mesorregião do Marajó é alarmante para a grande maioria, quando consideramos a necessidade de reposição (domicílios habitados em condições precárias) e incremento (população sem domicílio próprio). Os municípios de Santa Cruz do Arari (70%), Soure (65%), Ponta de Pedras (56%), Breves (56%) e Cachoeira (53%)

apresentam déficit habitacional acima de 50% do total de domicílios existentes.

3.1.4. Educação

Tendo em conta que a Educação Infantil comporta alunos matriculados em creches e unidades escolares de pré-escolar, observa-se um decréscimo nas matrículas referentes a esta modalidade de ensino, uma vez que Casa Civil/PR (2006: 70) apontava um total de 21.254 matriculados, enquanto que dados de 2009 (tabela 07) indicam um total de 19.662 matriculados. No conjunto global do número de matrículas, o território responde por 7,60% das matrículas do estado do Pará, sendo a seguinte situação percentual em cada um dos níveis de ensino: pré-escola com 7,77% do total do estado, o ensino fundamental corresponde a 8,34% das matrículas em todo o Pará e finalmente as matrículas do ensino médio no Marajó equivalem a 4,16% dos estudantes matriculados no território paraense.

Esta defasagem significativa relaciona-se diretamente com a rede escolar instalada nos municípios do Marajó. A oferta estrutural para o ensino médio é uma referência do quadro: são vinte e nove unidades escolares, sendo que dos dezesseis municípios, oito possuem apenas 1 unidade escolar, enquanto que o município de Breves concentra quatro unidades, seguido de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari, que possuem três unidades cada um.

Este quadro toma contornos ainda mais delicados quando se leva em conta a constatação feita pelo Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (CASA CIVIL/PR, 2006: 69):

Todos os municípios da mesorregião do Marajó ofertam o ensino médio, atendendo a 14.287 alunos, incluindo as modalidades Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, equivalente a 3,8% do total de matrículas no ensino médio na rede estadual. Na mesorregião do Marajó não existe escola exclusiva para o atendimento do ensino médio. O único município que possui escola exclusiva de educação profissional é Salvaterra que beneficia 103 alunos no curso técnico em Agroindústria.

Tabela 07: Estrutura Escolar e Matrículas (2009)

Município	Nº de Matrículas por Nível de Ensino				Nº de Escolas por Nível de Ensino			
	Fundamental	Médio	Pré-escolar	Total	Fundamental	Médio	Pré-escolar	Total
Afuá	12.245	817	2.218	15.280	189	1	156	346
Anajás	8.538	479	755	9.772	117	1	12	130
Bagre	4.438	349	659	5.446	27	1	1	29
Breves	27.510	2.748	3.045	33.303	3.211	4	33	3.248
Cachoeira do Arari	4.386	750	895	6.031	53	3	43	99
Chaves	5.089	208	1.163	6.460	101	1	100	202
Curralinho	8.592	806	1.096	10.494	51	1	27	79
Gurupá	8.586	1.067	1.577	11.230	116	2	56	174
Melgaço	5.917	333	717	6.967	73	1	11	85
Muaná	7.472	1.266	593	9.331	39	1	6	46
Ponta de Pedras	4.788	909	1.333	7.030	64	2	55	121
Portel	15.277	1.527	2.062	18.866	181	2	24	207
Salvaterra	3.945	1.005	1.116	6.066	40	3	43	86
Santa Cruz do Arari	1.405	324	205	1.934	15	2	4	21
São Sebastião da Boa Vista	5.704	775	844	7.323	45	1	30	76
Soure	4.803	955	1.384	7.142	26	3	23	52
Total do Território	128.695	14.318	19.662	162.675	4.348	29	624	5.001
Total do Pará	1.542.773	343.694	252.804	2.139.271				

Fonte: IBGE Cidades
Formatação: João Daltro Paiva

Um indicador importante para a análise da educação no território é o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que é um indicador da qualidade da educação desenvolvido pelo Ministério da Educação, no qual os valores variam de 1 a 10, e o objetivo do MEC é que o Brasil alcance o IDEB 6, no Ensino Fundamental I, até 2022. A tabela 08 possibilita uma análise comparativa do desempenho dos municípios marajoaras em relação ao estado do Pará, Região Norte e Brasil, nos anos de 2005 e 2009.

Em 2005, os índices do Brasil foram de 3,8 e 3,5 para as séries iniciais e séries finais do ensino fundamental respectivamente. Já a região Norte apresentou índices 3 e 3,1 e o no estado do Pará foram de 2,8 e 3,1, para as mesmas séries. Tanto em nível regional quanto estadual os índices ficaram aquém da média nacional, sendo que no Pará a defasagem foi muito mais significativa quando comparada com o indicador nacional.

Tabela 08: IDEB dos municípios do território do Marajó (2005 e2009)

Município	Ensino Fundamental 2005		Ensino Fundamental 2009	
	Anos iniciais	Anos Finais	Anos iniciais	Anos Finais
Afuá	2,4	3,1	3	3,2
Anajás	2,2	3,3	2,6	3,4
Bagre	1,9	3,1	2,5	3,3
Breves	2,1	3,1	2,7	3,6
Cachoeira do Arari	1,9	0	3,1	3,2
Chaves	2,7	0	1,4	3,3
Curralinho	1,9	3	2,5	3
Gurupá	2,3	0	3	3,5
Melgaço	1,6	2,5	3,7	3,7
Muaná	2,6	3,4	3,7	3,5
Ponta de Pedras	2,8	3,3	3,4	3,2
Portel	2,1	2,6	2,7	3,7
Salvaterra	2,8	3,2	3,4	3,2
Santa Cruz do Arari ⁽³⁾	0	0	2,6	3
São Sebastião da Boa Vista	1,9	2,7	3,2	3,2
Soure	2,9	0	3,4	2,9
Pará	2,8	3,1	3,6	3,4
Região Norte	3	3,2	3,8	3,6
Brasil	3,8	3,5	4,6	4

Fonte: MEC/INEP, Mapa da Educação no Brasil, Portal TODOS PELA EDUCAÇÃO

Notas:

1) Para o Ensino Médio o Ideb é calculado apenas para UF, Região e Brasil

2) Para municípios são consideradas apenas as escolas públicas

Formatação: João Daltro Paiva

Relacionando os índices municipais da mesorregião do Marajó com os níveis nacional, regional e estadual, citados anteriormente, destacam-se as seguintes conclusões: nas séries iniciais, a maioria dos municípios fica muito aquém do índice nacional, com destaque para o município de Melgaço que apresenta o indicador mais baixo (1,6), porém Ponta de Pedras e Salvaterra igualam-se ao índice estadual (2,8) e Soure o ultrapassa (2,9), colocando estes municípios próximos do índice da região Norte (3).

Quanto aos índices das séries finais, as conclusões relativas ao ano de 2005 são as seguintes: Melgaço repete o desempenho negativo e apresenta o indicador mais baixo de todos os municípios com dados disponíveis (2,5). Contudo, há uma melhora no conjunto do território, uma vez que considerando

os índices do Brasil (3,5), região Norte (3,2) e do estado do Pará (3,1), os municípios de Afuá, Bagre e Breves se igualam ao indicador estadual e Salvaterra alcança o ideb regional (3,2). Anajás, Ponta de Pedras – ambos com Ideb 3,3 – e Muaná - com Ideb 3,4 -, superam o indicador regional (3,2). Porém, todos ficam aquém do IDEB nacional.

Ao analisar os dados das séries iniciais de 2009, observa-se um salto significativo no índice nacional (4,6), mas com baixo incremento em nível regional (3,8) e estadual (3,6). Assim, os municípios marajoaras ficam muito abaixo da média nacional, uma vez que o menor índice foi de Chaves (1,4) e o maior índice ficou com os municípios de Muaná e Melgaço (3,7), lembrando que este último município teve o pior desempenho no ano de 2005. Com estes indicadores, tais municípios superaram o índice estadual (3,6) e ficaram muito próximos do nível regional (3,8).

Nas séries finais do ano de 2009, o país apresentou Ideb 4, a região Norte Ideb 3,6 e o estado do Pará, Ideb 3,4. No Marajó, o desempenho mais sofrível foi de Currálinho e Santa Cruz do Arari (3,0), ficando abaixo de todos os níveis, enquanto que Breves (3,6) se igualou ao indicador regional e Melgaço e Portel (3,7). Porém, a comparação de todos os municípios com o indicador nacional demonstra que ainda há muito por se fazer para ampliar o grau de qualidade da educação no território.

3.2. Perfil Ambiental

3.2.1. Solos, Geologia, Relevo e Hidrografia

Solos

Tendo em conta o nível de fertilidade dos solos no território do Marajó, são encontrados os solos hidromórficos de tipo Gley (húmicos e pouco húmicos) nas áreas de várzea, os quais se compuseram sobre sedimentos recentes do quaternário, em geral ácidos e com textura argilosa. Estes solos apresentam um horizonte superficial em torno de 25 a 30 cm, com alta porcentagem de matéria orgânica, sobre uma camada mineral originária de material sedimentar. É sobre esta camada superficial que se concentra a fertilidade dos solos de

várzea. Isso acontece porque há liberação de nutrientes pela matéria orgânica oriunda da decomposição de material vegetal florestal e porque ocorre a deposição sobre o solo de substâncias minerais e orgânicas em suspensão nas águas barrentas do rio Amazonas causada pela movimentação das marés.

Em terra firme, uma grande extensão da área é coberta por latossolo amarelo, encontrando-se também os podzóis e as lateritas hidromórficas. Estes solos originários do terciário são profundos, bem drenados, arenosos e com acidez elevada. A fertilidade do solo é baixa, concentrando-se na sua camada superficial, apresentando uma variação de 10 a 15 cm. Dadas as condições climáticas da região, as características físicas, químicas e biológicas destes solos fazem com que os mecanismos de erosão e de oxidação da matéria orgânica se processem rapidamente após a derrubada de sua cobertura vegetal, diminuindo assim a sua fertilidade.

Geologia

A formação geológica estratigráfica da região data do período quaternário e é composta pela unidade dos aluviões. Os aluviões são coberturas sedimentares recentes, compreendendo depósitos aluviais inconsolidados de variada granulometria, que formam a ampla planície aluvial do Amazonas, na região da Ilha do Marajó, Caviana, Mexiana e Ilha Grande de Gurupá. A estrutura geológica local é composta pelo Arco de Gurupá, que se estende entre os Cratons Guianês e Guaporé e sob a ilha Grande de Gurupá, com direção geral NW. Destaca-se essa feição estrutural com direção geral do grupo Vila Nova e Gnaisse Tumucumaque (RADAM BRASIL, 1974).

Relevo

A distribuição das formas de relevo da região é marcada por uma brusca interrupção da planície de aluviões holocênicas da calha do Amazonas, logo abaixo da foz do Xingu. A montante desta área corre o rio Amazonas em extensa planície, que está em pleno processo de colmatação, por mecanismos muito específicos daquele rio. A jusante, a sedimentação mais significativa já foi feita quase totalmente. Ocorre, então, uma nítida separação entre duas feições geomorfológicas diferentes e bem identificadas. Estas duas feições são separadas pelo arco de Gurupá, que coincide sua posição com a separação entre duas formas de deposição. Isto é demonstrativo de que os altos

estruturais continuaram sua movimentação até tempo geológico holocênico, apesar de os falhamentos da Fossa Marajoara, associados aos altos estruturais, terem sua datação correlacionada à reativação Wealdeniana. Os comprovantes geológicos destes eventos são definidos na estratigrafia da Fossa do Marajó. O basculamento e a erosão ativa estão relacionados a um processo de subsidência seguida de transgressão nesta fossa. O nível de aplainamento da região é designado genericamente de pediplano Pleiocênico e pediplano Pleistocênico, desigualmente distribuídos na região. Os complexos problemas da hidrografia amazônica são em sua maioria decorrentes das movimentações, reativações e colmatações, acima descritos e da transgressão Flandriana, que juntos, explicam a formação das baías e furos na região de Breves, Caxiuanã, Portel e Melgaço, e a drenagem arborescente do Canal do Norte na frente de Gurupá (RADAM BRASIL, 1974).

Hidrografia

A hidrografia da região é caracterizada por uma intrincada rede de drenagem, formada por emaranhado de canais recentes, paleocanais, furos, baías, paranás, meandros abandonados, lagos e igarapés, marcando um complexo em evolução, onde se destacam os rios Amazonas, Pará, Anapu, Jacundá e Anajás, com seus inúmeros afluentes. O movimento sazonal e diário das águas é o principal elemento definidor da paisagem da região, onde se destacam as várzeas e os igapós. Nestas áreas, a variação diária do nível da maré pode ultrapassar os três metros.

A hidrografia regional tem importância vital, destacando-se seu aproveitamento econômico: a) como único meio de transporte e comunicação entre as cidades e vilas; b) como potencial pesqueiro; e c) como enriquecedor sedimentar das várzeas, através da ação dos rios de água barrenta.

3.2.2. Clima, Vegetação e Patrimônio Ambiental

Clima

A classificação climática da região, segundo Köppen, é do tipo Ami, cujo regime pluviométrico anual define uma estação seca, porém com total pluviométrico suficiente para manter este período, não caracterizando déficit hídrico. A subdivisão climática da região, segundo a classificação bioclimática da Amazônia de Bagnoul e Gaussen, caracteriza-a como sub-região eutermaxérica que compreende um clima equatorial com temperatura média do mês mais frio superior a 20 °C e temperatura média anual de 26°C. A precipitação anual é sempre maior que 2.000 mm. As estações são inexistentes ou pouco acentuadas. A amplitude térmica é muito fraca e os dias têm a mesma duração das noites. A umidade relativa do ar é alta (> 80%), com ausência total de período seco. Nesta região, predomina o centro de massa de ar equatorial e surgem, também, bolsões de ar na foz do rio Amazonas (Vieira & Santos, 1987; RADAM BRASIL, 1974).

Vegetação

A vegetação tem influência direta da hidrografia que define os principais ecossistemas regionais. A população da área de estudo convive essencialmente com quatro tipos de ecossistemas: a várzea, o igapó, a terra firme e os campos naturais.

A formação vegetal da terra firme é caracterizada como Floresta Ombrófila Densa (Floresta Pluvial Tropical). As principais espécies são a maçaranduba (*Manilkara huberi*), o breu (*Protium spp.*), o louro (*Ocotea spp.*), a sucupira (*Vatairea sericea*), e a castanheira (*Bertholletia excelsa*), dentre outras. Observa-se que a floresta de terra firme é composta por árvores cuja madeira é caracterizada como “madeira de lei”, com poucas palmeiras, e não apresenta um estrato arbustivo tal qual o observado nas florestas de várzea. Estas são encontradas principalmente nas inúmeras ilhas do estuário e às margens do Rio Amazonas e Pará, sendo caracterizada como *Floresta Ombrófila Densa Aluvial Latifoliada*. São áreas alagadas periodicamente, apresentando cobertura arbórea destacando emergentes. Neste ambiente, predominam espécies com madeira de grande valor econômico como a ucuúba (*Virola*

surinamensis), a sumaúma (*Ceiba pentandra*), a andiroba (*Carapa guianensis*) e o açacu (*Hura crepitans*). Como fornecedoras de produtos não madeireiros destacam-se: a seringueira (*Hevea brasiliensis*), o açazeiro (*Euterpe oleracea*), o pracaxi (*Pentaclethra macroloba*), o buriti (*Mauritia flexuosa*) e o taperebá (*Spondias lutea*).

Nas áreas deprimidas, que sofrem alagamento periódico, encontram-se as *Formações Pioneiras*, representadas pelos campos naturais do leste da Ilha de Marajó, que são áreas destituídas de mata e que apresentam cobertura de gramíneas e outras herbáceas, além de árvores e palmeiras, formando pequenas “ilhas” de vegetação lenhosa e constituindo-se um ecossistema bastante complexo, em função das suas variadas condições edafo-climáticas, as quais podem definir comunidades vegetais totalmente diversas em composição botânica.

Em áreas onde a mata foi removida para a realização de cultivos ocorre, a floresta secundária resultante da regeneração vegetal. A capoeira e o capoeirão são expressões também utilizadas pelos lavradores para designar os estágios de cobertura vegetal da floresta secundária.

Fauna

Nos diversos ambientes do arquipélago marajoara vivem inúmeras espécies da fauna.

A convivência do caboclo marajoara com o seu meio o tornou um bom conhecedor da fauna da região, porém muitas vezes limitado aos animais de caça, às aves mais “populares”, às cobras e a alguns peixes. Estes animais despertam algum interesse na população pelo fornecimento de alimento ou pelo perigo que possam representar. Já outros animais como os pequenos peixes e os anfíbios são menos conhecidos, apesar de se saber da existência de várias espécies. Porém, eles possuem nomes generalizados, como as cutacas e os sapos, muitos das quais figuram na lista de espécies ameaçadas de extinção.

Dentre os animais, chamam mais a atenção a onça pintada (*Felis onca*), a sussuarana (*Felis concolor*), os maracajás (*Felis wiedii*), os gatos mouriscos (*Herpailurus yagouarundi*), a raposa da mata (*Pseudolopes gymnocercua*), o jupará (*Potos flavus*), a anta (*Tapirus terrestris*), o quati (*Nasua nasua*) e o

guaxinim (*Procyon cancrivorus*). Os peixes são também outra grande riqueza do arquipélago, sendo os mais conhecidos o tucunaré (*Cichla ocellaris*), o puraquê ou peixe-elétrico (*Gymnotus electricus*), a pescada (*Sciaena amazônica*), a piraíba (*Piratinga piraiba*), o pirarucu (*Arapaima gigas sp.*), as piranhas (*Serrasalmo sp.*), o candiru (*Vandellia cirrhosa*) e o tamuatá (*Callichthys sp.*).

Os manguezais servem como local de reprodução e de alimentação para várias espécies de animais marinhos e de água doce, além de abrigarem uma fauna, também com baixa diversidade específica, porém com muitos indivíduos, alguns deles de importância econômica como o camarão, caranguejo e a ostra.

Em recente levantamento realizado pela equipe de técnicos do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Norte do Brasil (CEPNOR/Ibama), pôde-se constatar a riqueza de espécies de interesse comercial existente nos manguezais do Marajó. Entre os crustáceos, foram identificadas espécies de caranguejos: aratu ou sarará (*Aratus pisonii*), caranguejo uca (*Ucides cordatus*) e o chama-marés (*Uca sp.*); de camarão: camarão canela ou regional (*Macrobrachium amazonicum*); de siri: siri azul (*Callinectes sp.*); de isópode: turu (*Limnoria lignorum*). Dentre os moluscos, destacam-se os caramujos e mexilhões, e dentre os peixes capturados durante o período da pesquisa, cita-se a tainha, o baiacu, a sardinha de gato, a branquinha, a sardinha, o matupiri, a pirapema, a arraia, o bagre, o camurim, o jandirá, o pacamun e a pescada branca. Outras espécies não capturadas podem estar associadas à sazonalidade, à eficiência de captura do petrecho de pesca e ao período.

3.2.3 - As Unidades de Conservação

O território do Marajó comporta seis unidades de conservação (UC) federais, com uma área total de 726.653 hectares, correspondentes a 7% da área total do arquipélago. Estas unidades são reconhecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), todas estão incluídas no grupo das UCs de Uso Sustentável, que tem o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com a exploração sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

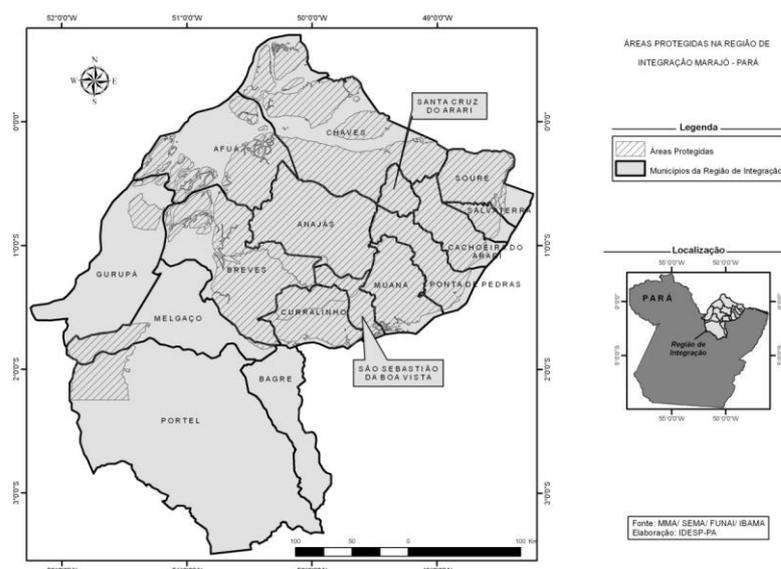
3.2.3.1 – Unidades de Conservação Estaduais

Em relação a Unidades de Conservação (UC) estaduais, não se encontra nenhum registro no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente. Ainda que esta situação persista atualmente, mas desde o ano de 1989, por meio do art. 13, parágrafo 2º da Constituição do Estado do Pará, o arquipélago do Marajó foi considerado Área de Proteção Ambiental (APA Marajó).

Segundo a interpretação de CASA CIVIL/PR (2006: 27-28), a área de abrangência da APA Marajó compreenderia o território dos 12 municípios que compõem as microrregiões de Arari (Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure) e Furos de Breves (Afuá, Anajás, Breves, Currálinho e São Sebastião da Boa Vista), num total de 5.904.400 hectares, fazendo limite com o oceano Atlântico, o rio Amazonas e a baía do Marajó.

No entanto Idesp – Instituto de Desenvolvimento do Estado do Pará (2010: 154-156) afirma que a APA alcança a totalidade dos municípios do Território (figura 05 e tabela 09)

Figura 05: Áreas Protegidas do Marajó



Fonte: IDESP. Indicadores de Qualidade dos Municípios do Estado do Pará. 2010

Tabela 09: Percentual de Áreas Protegidas dos municípios do Marajó.

Municípios	Área territorial (km ²)	Área Protegida (km ²)	%
Afuá	8.372,77	4.379,17	52,30%
Anajás	6.921,71	6.921,71	100%
Bagre	4.397,29	0,88	0,02%
Breves	9.550,45	7.460,18	78,11%
Cachoeira do Arari	3.102,08	2.750,69	88,67%
Chaves	13.084,88	9.323,84	71,26%
Currálinho	3.617,24	3.617,24	100%
Gurupá	8.540,03	808,04	9,46%
Melgaço	6.773,98	1.387,19	20,48%
Muaná	3.765,52	3.366,57	89,41%
Ponta de Pedras	3.365,13	2.978,91	88,52%
Portel	25.384,78	1.890,29	7,45%
Salvaterra	1.043,50	767,98	73,60%
Santa Cruz do Arari	1.074,85	1.074,16	99,94%
São Sebastião da Boa Vista	1.632,22	1.632,22	100%
Soure	3.512,86	2.873,21	81,79%

Fonte: IDESP. Indicadores de Qualidade dos Municípios do Estado do Pará. 2010

Ainda que se reconheça uma significativa diferença na interpretação elaborada nestas duas análises, importa concluir que seja no arquipélago ou no Território da Cidadania do Marajó, há restrições bem amplas no uso do solo e legislações específicas visando a proteção e conservação deste delicado ecossistema.

Tal disparidade interpretativa quanto aos limites de abrangência pode estar associada à falta de efetividade administrativa e jurídica em relação à APA Marajó, conforme atesta Casa Civil/PR (2006: 28):

Apesar de ter sido instituída com o objetivo de elaborar e executar o zoneamento ecológico-econômico, visando à conservação da biodiversidade, o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população marajoara; preservar as espécies ameaçadas de extinção e amostras representativas dos ecossistemas e implementar projetos de pesquisa científica, educação ambiental e ecoturismo, *nada foi feito neste sentido* (grifo é nosso).

Para efeito legal, o governo estadual deve realizar o registro da referida APA no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), assim como proceder a sua adequação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), *inclusive precisando melhor sua delimitação* (o grifo é nosso).

3.2.3.2 Unidades de Conservação Federais e Projetos de Assentamento Agroextrativistas:

A situação em relação às UC federais é significativamente distinta da APA Marajó, com um maior grau de institucionalização, da mesma forma Projetos de Assentamento Agroextrativistas – PAEx. Segue abaixo a transcrição da detalhada descrição feita no PDTSAM de cada uma delas e dos PAEx- (CASA CIVIL/PR, 2006: 25-27)

a) - Floresta Nacional de Caxiuanã

A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

A Floresta Nacional de Cuxianã foi criada pelo Decreto nº 239, de 28 de novembro de 1961. Com área aproximada de 200.000 hectares, está situada nas proximidades da baía de Caxiuanã, entre os rios Xingu e Tocantins, no município de Melgaço e tem como limites a leste, a margem esquerda do rio Anapu, da baía de Pracui e da baía Caxiuanã; ao norte, partindo da margem esquerda da baía do Caxiuanã, em direção oeste pelo divisor de águas entre os afluentes do rio Caxiuanã e os afluentes da margem direita do rio Amazonas; a oeste, acompanhando na direção sul, o divisor de águas entre os afluentes da margem direita do rio Xingu e os afluentes da baía do Caxiuanã, da baía de Pracui e do rio Anapu; ao sul, seguindo o paralelo 2º e 15" S,

desde o limite oeste até a margem esquerda do rio Anapu.

O Museu Paraense Emílio Goeldi mantém, desde 1993, em área cedida pelo Ibama, uma estação que desenvolve pesquisa científica sobre a fauna, a flora, o ambiente físico e o homem da região. Em 2003 a área da Floresta Nacional de Caxiuanã passou a fazer parte de uma rede de estações de monitoramento da biodiversidade estabelecida pela organização não governamental *Conservation International* (CI). Tal rede é conhecida como TEAM (*Tropical Ecology, Assessment and Monitoring Initiative*). Por meio de um acordo estabelecido com o Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG) e a administração da floresta nacional, estão sendo coletados diversos dados sobre a biodiversidade por meio de protocolos de pesquisa padronizados e definidos pela CI.

b) - Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Itatupã-Baquiá

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência se baseia em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Itatupã-Baquiá foi criada pelo Decreto de 14 de junho de 2005, no Município de Gurupá, Estado do Pará, com a área de 64.735 hectares e tem por objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e qualidade de vida, bem como a exploração dos recursos naturais pelas populações tradicionais, além de

valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvidas por essas populações.

c) - Reserva Extrativista Mapuá

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência se baseia no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

A Reserva Extrativista Mapuá localizada no Município de Breves foi criada pelo Decreto de 20 de maio de 2005, com uma área de 94.463 hectares e com o objetivo de proteger o meio ambiente e garantir a utilização dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência.

d) - Reserva Extrativista Marinha de Soure

A Reserva Extrativista Marinha de Soure foi criada pelo Decreto de 22 de novembro de 2001 no Município de Soure. Abrange uma área de 27.463 hectares e tem como objetivo assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local. Apresenta vegetação típica de manguezal, com predomínio de mangueiro, siriúba, e tinteira. Esta RESEX compatibiliza o desenvolvimento comunitário e a conservação ambiental, uma vez que o uso dos recursos naturais de modo sustentável constitui uma base para o bem estar das comunidades locais, com sua participação no processo de gestão ambiental e preservando sua identidade cultural.

A reserva foi objeto da ação do INCRA/SR(01)Belém-PA, Reconhecimento de Famílias Tradicionais de Reserva Extrativista, tendo atendido parte das famílias com créditos de Reforma Agrária, como política pública de inclusão social, melhorando as atividades já desenvolvidas pelas famílias.

e) - Reserva Extrativista Terra Grande-Pracuúba

A Reserva Extrativista Terra Grande - Pracuúba, na Ilha do Marajó, nos municípios de Curalinho e São Sebastião da Boa Vista foi criada pelo Decreto de 05 de junho de 2006, com área de 194.695 hectares, e tem como objetivo básico proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência.

f) - Reserva Extrativista Gurupá-Melgaço

A Reserva Extrativista Gurupá-Melgaço, nos municípios de Gurupá e Melgaço, com área de 145.297 hectares, foi criada pelo Decreto de 30 de novembro de 2006 com o objetivo de proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

g) - Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEx):

O Projeto de Assentamento Agroextrativista é uma modalidade de projeto que se afirma como opção natural para as áreas dotadas de riquezas extrativistas, de modo particular na Amazônia e ou em áreas que necessitam de uma proteção especial. É uma modalidade de projeto que foi pensada tendo como foco principal as especificidades ecológicas que possibilitem o desenvolvimento de atividades agroextrativista, as quais propiciem às populações que ocupam ou venham ocupar mencionadas áreas, bases econômicas

auto-sustentáveis, não interferindo sobre os ecossistemas colocados em uso e assegurando a manutenção das condições naturais nele predominante.

No arquipélago do Marajó, o Incra/SR(01)/Belém-PA, criou em 2006, 35 (trinta e cinco) Projetos de Assentamento Agroextrativistas, em ilhas localizadas em 08 (oito municípios): Portel, São Sebastião da Boa Vista, Cachoeira do Ararí, Ponta de Pedras, Muaná, Gurupá, Melgaço e Curralinho, com um total de 138.931,272 ha e capacidade para atender 2.653 famílias tradicionais, sendo que 2.363 famílias constam da Relação de Beneficiários do INCRA, por meio do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária-SIPRA, cuja melhoria da qualidade de vida é assegurada através de créditos da Reforma Agrária.

Esta ação encontra respaldo no Termo de Cooperação Técnica Incra/SPU, DOU 22/11/2005, com o seguinte objeto: discriminação de áreas insulares centrais de domínio do Estado, do Município ou de particular por justo título; determinação da LPM 1831 em áreas contíguas àquelas discriminadas; identificação das situações possessórias existentes em áreas arrecadadas, como terrenos de marinha, seus acréscimos ou várzeas, para implementação de ações de regularização fundiária ou criação de projetos agroextrativistas, adequados ao ecossistema ribeirinho amazônico.

3.2.3.3 – O desafio do desmatamento e das queimadas:

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), sistematizados pelo Idesp, o Marajó possui um total de 3.315,00 km² de áreas desmatadas até 2009, correspondendo a 3,18 % do seu território. Em 2001, ocorreram os maiores índices de desmatamento, pois foram identificados os maiores incrementos de desmatamento nos municípios que compõem a Região. Portel apresentou o maior incremento em todos os anos analisados, 494,70 Km² em 2001 e 24,70 Km² em 2009. Alguns municípios apresentam incremento de desmatamento zerado, podendo ser explicado pela grande quantidade de nuvens incidentes na região no momento da passagem do satélite (tabela 10).

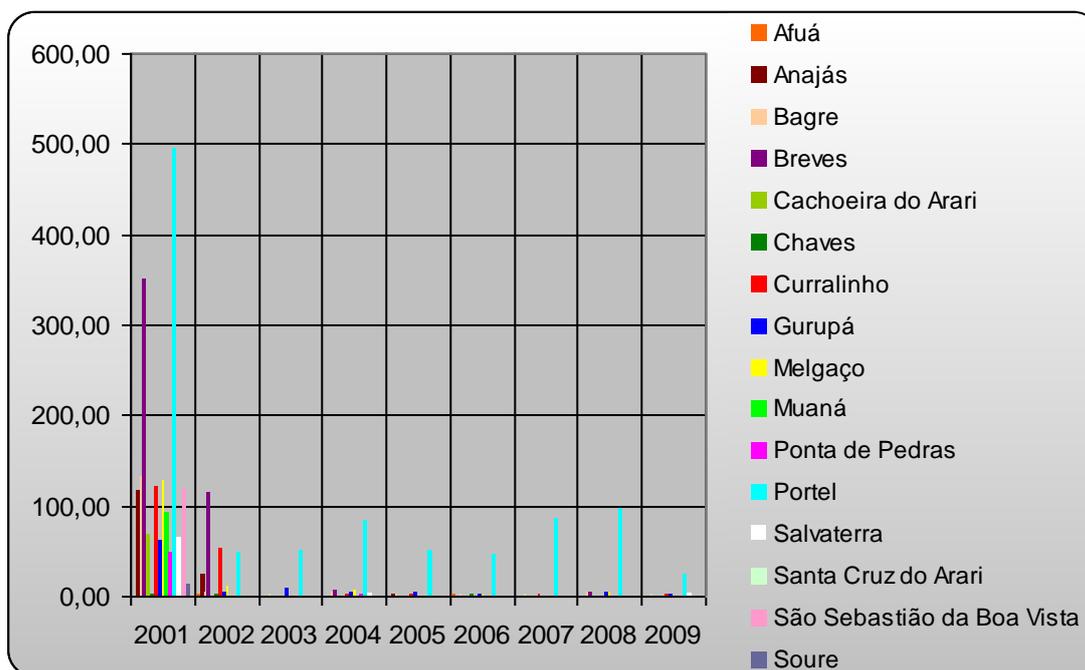
Tabela 10: Índice de desmatamento dos municípios do Marajó.

Incremento do desmatamento 2001-2009 (Km ²)									
Municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Afuá	0,30	3,10	1,10	0,20	1,10	3,00	0,10	0,10	0,00
Anajás	116,70	24,30	0,40	0,70	1,60	0,40	0,10	0,00	0,80
Bagre	133,30	3,70	2,50	3,70	2,70	1,40	1,20	3,70	1,30
Breves	349,70	114,60	0,30	6,50	1,00	0,10	0,20	3,90	0,80
Cachoeira do Arari	68,50	0,00	0,10	0,80	0,30	0,20	0,20	0,00	0,30
Chaves	3,00	2,20	0,80	0,10	0,80	1,80	0,30	0,20	0,40
Currálinho	121,70	53,70	0,40	1,80	1,40	0,40	1,80	0,60	2,80
Gurupá	62,40	4,90	9,00	4,80	3,80	1,70	0,70	3,50	1,90
Melgaço	128,70	11,80	0,40	5,70	0,90	1,60	0,30	4,40	0,10
Muaná	92,30	0,10	0,00	0,50	0,40	0,40	0,40	0,00	0,70
Ponta de Pedras	48,80	0,50	0,00	1,70	0,20	0,00	0,00	0,00	0,40
Portel	494,70	48,20	50,10	83,30	50,20	46,00	86,70	96,80	24,70
Salvaterra	64,80	0,60	0,40	1,20	0,30	0,30	0,00	0,30	1,60
Santa Cruz do Arari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Sebastião da Boa Vista	119,00	0,00	0,00	0,20	0,20	0,30	0,20	0,00	0,40
Soure	12,30	0,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00	0,20

Fonte: IDESP. Indicadores de Qualidade dos Municípios do Estado do Pará. 2010

No que se refere à área desmatada até 2009, tem-se uma diminuição dos incrementos de desmatamento de todos os municípios do Marajó. Porém, Portel apresentou os maiores incrementos do desmatamento no período de 2001 a 2009 (Gráfico 01)

Gráfico 01: Incremento de desmatamento no Marajó no período de 2001 a 2009.



Fonte: IDESP. Indicadores de Qualidade dos Municípios do Estado do Pará. 2010

Em relação às queimadas, os dados apontados pelo Idesp são ainda mais alarmantes e chamam a atenção como um sério risco à biodiversidade do território do Marajó. Os indicadores demonstram que os focos de queimadas aumentaram 1.974% entre 2006 e 2009 na RI Marajó. Em 2006 foram identificados 105 focos de queimadas, em 2007, identificou-se 84, em 2008 registrou-se 660 e em 2009 esse número aumentou para 2.178. Portel é o município que registrou o maior número de focos em todos os anos, 1.304 ocorrências em 2009. Afuá foi o município que apresentou o menor número, 5 focos em 2006, 1 foco em 2007 e 5 focos em 2009 (Tabela 11).

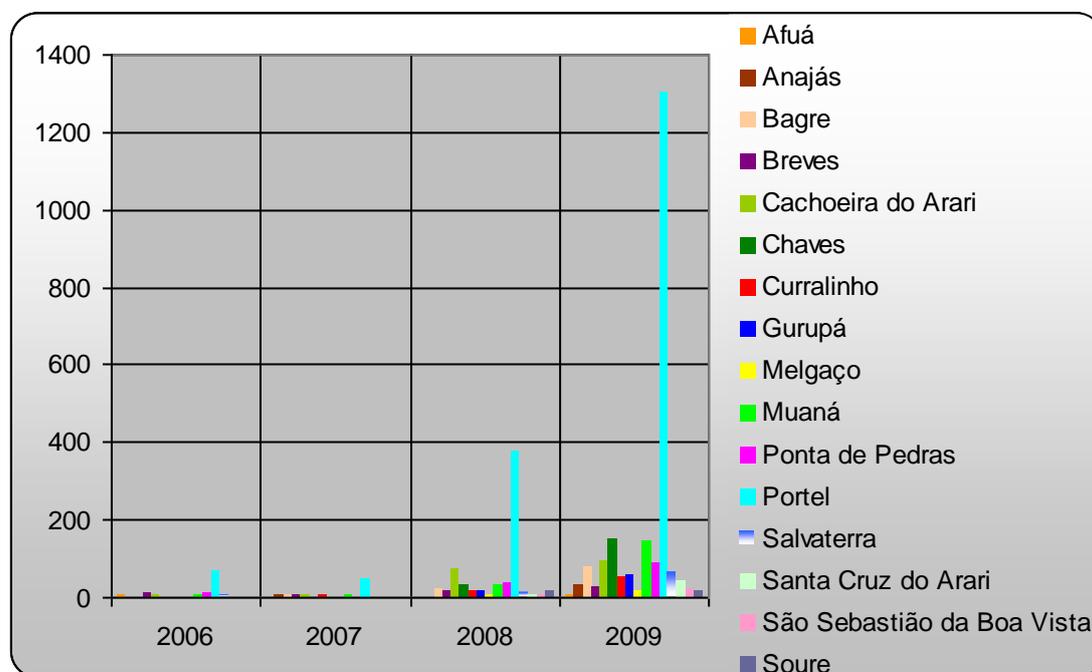
Tabela 11: Índice de focos de queimadas nos municípios do Marajó.

Municípios	2006	2007	2008	2009
Afuá	5	1	-	5
Anajás	-	3	-	29
Bagre	1	3	22	75
Breves	10	7	17	26
Cachoeira do Arari	3	6	73	91
Chaves	-	2	32	151
Curralinho	2	6	18	53
Gurupá	2	-	13	55
Melgaço	-	1	6	18
Muaná	4	5	32	146
Ponta de Pedras	9	2	38	90
Portel	65	46	377	1304
Salvaterra	3	-	8	60
Santa Cruz do Arari	-	-	6	39
São Sebastião da Boa Vista	-	1	4	19
Soure	1	1	14	17

Fonte: IDESP. Indicadores de Qualidade dos Municípios do Estado do Pará. 2010

No Marajó, houve um aumento de focos de calor identificados em todos os municípios no período de 2006 a 2009, indicando aumento de incidência de queimadas e incêndios florestais (Gráfico 02).

Gráfico 02: Incidência de queimadas no Marajó.



Fonte: IDESP. Indicadores de Qualidade dos Municípios do Estado do Pará. 2010

3.3. Perfil Econômico e Produtivo

O Produto Interno Bruto (PIB), conjunto dos dezesseis municípios que integram o território do Marajó, totalizou 933,368 milhões de reais em 2004 (tabela 12), sendo os municípios de maiores PIB em ordem decrescente: Breves, seguido de Portel, Afuá e Chaves. Em relação ao PIB per capita daquele ano, todos os municípios da região encontravam-se abaixo da média estadual, sendo os maiores registrados em Chaves, Santa Cruz do Arari e Portel.

Ao se analisar os dados de 2008, constata-se que Breves, Portel e Afuá mantêm as mesmas posições, porém Chaves foi superada por Soure e Gurupá, sendo o único município a apresentar um desempenho negativo no PIB Total, quando se comparam os anos de 2004 e 2008. Em relação ao PIB Per Capita, o desempenho negativo se disseminou para cinco municípios, dentre os quais o que teve o maior índice negativo foi justamente Chaves, com uma retração de 46,73%. Contudo, houve desempenho positivo acima de 30% no PIB Per Capita em seis municípios, sendo que Melgaço alcançou o patamar de 55,74%.

Tabela 12: PIB dos municípios do Marajó comparado (2004 – 2008)

Município	PIB 2004		PIB 2008		Valoração Comparativa 2004 - 2008			
	Total	Per Capita	Total	Per Capita	PIB Total		PIB Per Capita	
					Ab	%	Ab	%
MIRG ARARI								
Cachoeira do Arari	41.981,00	2.451,00	53.946,00	2.697,83	11.965,00	22,18	246,83	9,15
Chaves	80.584,00	4.652,00	64.131,00	3.170,42	-16.453,00	-25,66	-1.481,58	-46,73
Muaná	45.683,00	1.685,00	67.000,00	2.242,67	21.317,00	31,82	557,67	24,87
Ponta de Pedras	44.624,00	2.247,00	67.046,00	2.604,45	22.422,00	33,44	357,45	13,72
Salvaterra	37.704,00	2.241,00	61.417,00	3.439,16	23.713,00	38,61	1.198,16	34,84
Santa Cruz do Arari	17.769,00	3.225,00	19.927,00	3.219,24	2.158,00	10,83	-5,76	-0,18
Soure	46.450,00	2.184,00	72.928,00	3.278,54	26.478,00	36,31	1.094,54	33,38
PIB da MIRG Arari	314.795,00	2.521,00	406.395,00					
MIRG FURO DE BREVES								
Afuá	82.977,00	2.403,00	89.687,00	2.770,86	6.710,00	7,48	367,86	13,28
Anajás	46.240,00	2.255,00	55.931,00	2.105,61	9.691,00	17,33	-149,39	-7,09
Breves	182.528,00	2.163,00	251.684,00	2.536,55	69.156,00	27,48	373,55	14,73
Curralinho	27.736,00	1.229,00	51.040,00	1.899,93	23.304,00	45,66	670,93	35,31
São Sebastião da Boa Vista	28.052,00	1.468,00	48.929,00	2.275,89	20.877,00	42,67	807,89	35,50
PIB daMIRG Furo de Breves	367.533,00	2.042,00	497.271,00					
MIRG PORTEL								
Bagre	32.160,00	2.358,00	41.373,00	2.091,67	9.213,00	22,27	-266,33	-12,73
Gurupá	49.347,00	1.952,00	71.266,00	2.816,16	21.919,00	30,76	864,16	30,69
Melgaço	28.171,00	1.149,00	46.683,00	2.595,08	18.512,00	39,65	1.446,08	55,72
Portel	141.362,00	3.391,00	154.561,00	3.222,24	13.199,00	8,54	-168,76	-5,24
PIB da MIRG Portel	251.040,00	2.383,00	313.883,00					
PIB do Território	933.368,00		1.217.549,00					

Fonte: Para 2004, PDTSAM, Para 2008, IBGE Cidades
Formatação: João Daltro Paiva

3.3.1. Atividades Agrícolas

Para compor a análise das atividades agrícolas do território do Marajó foram tomadas como referências as culturas temporárias avaliadas no PDTSAM (CASA CIVIL/PR, 2006: 32-36), de maneira que permitisse uma avaliação comparativa entre os dados apresentados naquele documento e o mais recente levantamento feito pelo IBGE por meio da pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2009. As culturas agrícolas selecionadas foram mandioca, abacaxi, feijão, arroz, milho, côco da baía e banana no período de 2004 a 2009.

A base de comparação foram os dados nominais e percentuais relativos à área colhida em hectares (ha) e a quantidade produzida em toneladas (t), por possibilitarem uma visualização direta do desempenho quanto aos resultados alcançados pelos municípios nos anos-base da comparação analítica.

Produção de mandioca

Os dados da tabela 13 indicam que em relação à mandiocultura a maior produção se encontra na MIRG Furo de Breves, que respondeu em 2004 por 1.300 ha de área colhida e 3.500 t de quantidade produzida e em 2009 teve 1.250 ha de área colhida e 13.250 t de quantidade produzida.

Em termos microrregionais, nesta MIRG o maior produtor foi Breves, com 800 ha e 8.800 t em 2004 e 750 ha e 8.250 t em 2009. Contudo, em termos globais esta MIRG teve redução em sua área colhida e plantada no período analisado, pois dos 4 municípios que a compõem apenas Currealinho não teve evolução negativa, mas ficou estagnado, sem alteração nominal ou percentual.

Na MIRG Arari, o maior produtor em 2004 foi Muaná (80 ha e 960 t), repetindo o feito em 2009 (100 ha e 1.200 t). Destacando-se como único município desta MIRG com desempenho positivo em termos relativos, com crescimento de 2% em sua área colhida e 20% em quantidade produzida no período 2004-2009.

Os dados da MIRG Portel indicam que o maior produtor foi Gurupá, sendo que no período não houve aumento de área colhida (ficando em 300 ha), mas a quantidade produzida saltou de 3.900 t em 2004 para 4.500 t em 2009, com um crescimento relativo de 13%. Sendo que nesta microrregião, dos 4 municípios que a compõem, apenas Bagre teve um desempenho negativo (redução de - 33% de área colhida e de quantidade produzida).

Tabela 13: Comparativo da produção de mandioca (2004 – 2009)

Município	2004		2009		Variações 2004-2009			
	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)	Área colhida (ha)		Qt. Produzida (t)	
					Ab	%	Ab	%
MIRG ARARI								
Cachoeira do Arari	51	612	33	330	-18	-5	-282	-85
Muaná	80	960	100	1.200	20	2	240	20
Ponta de Pedras	50	500	25	250	-25	-10	-250	-100
Salvaterra	45	450	20	200	-25	-13	-250	-125
Soure	2	50	0	0	-2		-50	
Total MIRG Arari	228	2.572	178	1.980				
MIRG FURO DE BREVES								
Anajás	50	500	100	1.000	50	50	500	50
Breves	800	8.800	750	8.250	-50	-7	-550	-7
Currálinho	100	1.000	100	1.000	0	0	0	0
São Sebastião da Boa Vista	350	3.500	300	3.000	-50	-17	-500	-17
Total MIRG Furo de Breves	1.300	13.800	1.250	13.250				
MIRG PORTEL								
Bagre	120	1.200	90	900	-30	-33	-300	-33
Gurupá	300	3.900	300	4.500	0	0	600	13
Melgaço	200	2.000	210	2.100	10	5	100	5
Portel	400	4.400	400	4.400	0	0	0	0
Total MIRG Portel	1.020	11.500	1.000	11.900				
Total Território	2.548	27.872	2.428	27.130				
Total do Pará	298.400	4.445.522	289.980	4.548.748				
Total Região Norte	455.866	6.559.895	477.550	7.147.034				

Fonte: IBGE – PAM / Formatação: Daltrô Paiva

Produção de abacaxi

Conforme a tabela 14, dos 16 municípios que compõem o território apenas 7 se dedicam à produção de abacaxi. Deste total, o líder em termos de área colhida e quantidade produzida é Salvaterra. Em 2004, foram 400 ha de área colhida e 10.000 t produzidas, fato que repete em 2009, com 475 ha de área colhida, que renderam 11.875 t de quantidade produzida. Em termos relativos, isso significou um crescimento de 16% em área colhida e quantidade produzida no período de 2004 a 2009.

Os demais municípios têm um desempenho em termos de quantidade de área e volume de produção bem abaixo de Salvaterra. Os dados demonstram que o incremento nominal desta cultura para outros municípios do território ainda é pouco significativo – varia de 0 em área ampliada à 5 ha -, porém em termos relativos há municípios que foram expressivos no período de 2004 a 2009, como Breves (aumento de 100% em área colhida e quantidade produzida) e Gurupá (aumento de 42% em área colhida e 80% em quantidade produzida).

Porém, o quadro geral tem apontado para uma concentração desta cultura agrícola no município de Salvaterra, que respondeu em 2009 por 93,21% do total de área colhida territorial e 96,33% da quantidade produzida do Marajó.

Tabela 14: Comparativo da produção de abacaxi (2004 – 2009)

Município	2004		2009		Variações 2004-2009			
	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)	Área colhida (ha)		Qt. Produzida (t)	
					Ab	%	Ab	%
MIRG ARARI								
Cachoeira do Arari	61	1.525	60	1.500	-1	-2	-25	-2
Salvaterra	400	10.000	475	11.875	75	16	1.875	16
Total MIRG Arari	461	11.525	535	13.375				
MIRG FURO DE BREVES								
Anajás	5	50	5	50	0	0	0	0
Breves			5	50	5	100	50	100
Curralinho	8	80	10	100	2	20	20	20
Total MIRG Furo de Breves	13	130	20	200				
MIRG PORTEL								
Gurupá	7	49	12	240	5	42	191	80
Portel	7	70	7	70	0	0	0	0
Total MIRG Portel	14	119	19	310				
Total Território	488	11.774	574	13.885				
Total do Pará	12.444	315.428	9.978	241.098				
Total Região Norte	18.716	386.185	16.626	330.017				

Fonte: IBGE - PAM

Formatação: João Daltro Paiva

Produção de feijão

Ao analisar a quantidade produzida de feijão no território com a produção do estado do Pará (tabela 15), observa-se que esta cultura no Marajó é fundamentalmente para a manutenção das famílias, sendo que a comercialização da produção excedente é feita internamente e até mesmo por meio de escambo, nas comunidades mais afastadas das sedes municipais.

Em 2004 o total de feijão produzido no Marajó correspondia a 0,26% da produção estadual e, em 2009, o percentual de participação se eleva para 0,70%, porém se deve ter em conta que houve redução da produção estadual no período.

Neste sentido, os dados podem indicar que se esteja entrando em uma zona de risco para a segurança alimentar e nutricional das famílias marajoaras, pois dos 10 municípios produtores de feijão no Marajó, 3 ficaram em 2009 no mesmo patamar de 2004 (Cachoeira do Arari, Anajás e Melgaço) e 3 tiveram redução de área colhida e quantidade produzida (Muaná, Soure e São Sebastião da Boa Vista).

Os municípios com indicadores de crescimento foram Ponta de Pedras, Currealinho, Bagre e Gurupá, sendo que o melhor desempenho foi do primeiro, com aumento de 64% de área colhida e 76% de quantidade produzida no período de 2004 a 2009.

Tabela 15: Comparativo da produção de feijão (2004 – 2009)

Município	2004		2009		Variações 2004-2009			
	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)	Área colhida (ha)		Qt. Produzida (t)	
					Ab	%	Ab	%
MIRG ARARI								
Cachoeira do Arari	15	9	15	9	0	0	0	0
Muaná	40	14	30	18	-10	-33	4	22
Ponta de Pedras	50	17	140	70	90	64	53	76
Soure	3	3			-3		-3	
Total MIRG Arari	108	43	185	97				
MIRG FURO DE BREVES								
Anajás	15	9	15	9	0	0	0	0
Curralinho	40	24	50	30	10	20	6	20
São Sebastião da Boa Vista	30	18	12	8	-18	-150	-10	-125
Total MIRG Furo de Breves	85	51	77	47				
MIRG PORTEL								
Bagre	100	60	110	66	10	9	6	9
Gurupá	12	8	52	31	40	77	23	74
Melgaço	10	5	10	5	0	0	0	0
Total MIRG Portel	122	73	172	102				
Total Território	315	167	434	246				
Total do Pará	76.111	63.829	54.588	35.236				
Total Região Norte	169.527	126.422	158.892	118.183				

Fonte: IBGE - PAM

Formatação: Daltro Paiva

Produção de arroz

A análise feita anteriormente se adéqua à cultura do arroz: os dados sistematizados pelo IBGE, em 2009, e comparados com as informações de 2004, indicam que a produção territorial é inexpressiva se comparada ao estado do Pará (tabela 16).

Em termos relativos, o Marajó respondeu por 0,11% da área colhida de arroz em nível estadual, tanto em 2004 quanto em 2009. Quanto à quantidade produzida, os percentuais informam que o Marajó participou, em 2004, com 0.06% da quantidade produzida no estado e, no ano 2009, o percentual alterou-se para 0,11%.

Além do fato de que esta cultura, juntamente com a cultura do feijão, cumpre fundamentalmente o papel de nutrir as famílias marajoaras, há fatores climáticos e ecológicos que dificultam esta produção na área do Marajó (CASA CIVIL/PR, 2006: 34):

Os produtos agrícolas como arroz e feijão apresentam um volume inexpressivo na região se comparados a outros produtos. Deve-se ressaltar que a atividade agrícola na maior parte da região só é possível em pequena escala ou para culturas alagadas, devido à inundação recorrente no período de janeiro a julho, que transforma o solo argiloso duríssimo do verão em uma lama fluida, dificultando o acesso às áreas de cultivo.

Contudo, é necessário levar em conta que este quadro provavelmente sofrerá drásticas alterações com a instalação de arroseiros nos municípios marajoaras, fato que já está em andamento no território. Além das alterações nos indicadores econômicos desta cultura agrícola – que só poderão ser mensurados a partir da primeira colheita das plantações extensivas de arroz - poderá haver substanciais modificações nas relações sociais com as comunidades tradicionais e até mesmo o acirramento dos conflitos agrários.

Tabela 16: Comparativo da produção de arroz (2004 – 2009)

Município	2004		2009		Variações 2004-2009			
	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)	Área colhida (ha)		Qt. Produzida (t)	
					Ab	%	Ab	%
MIRG ARARI								
Cachoeira do Arari	2	2			-2	-100	-2	-100
Muaná	40	24			-40	-100	-24	-100
Ponta de Pedras	10	15	6	3	-4	-40	-12	-80
Salvaterra	5	2	5	2	0	0	0	0
Total MIRG Arari	57	43	11	5				
MIRG FURO DE BREVES								
São Sebastião da Boa Vista	1	3	15	9	14	93	6	67
Total MIRG Furo de Breves	1	3	15	9				
MIRG PORTEL								
Gurupá	44	65	50	80	6	12	15	19
Melgaço	60	72	40	48	-20	-50	-24	-50
Portel	150	180	150	180	0	0	0	0
Total MIRG Portel	254	317	240	308				
Total Território	312	363	266	322				
Total do Pará	297.065	636.645	156.347	302.989				
Total Região Norte	608.766	1.439.274	391.540	959.393				

Fonte: IBGE - PAM

Formatação: João Daltro Paiva

Produção de milho

Os dados referentes à cultura do milho no Marajó (tabela 17) apontam-na como sendo a cultura com maior presença no território, juntamente com a mandioca (13 municípios produzem milho e mandioca). Em nível microrregional, a maior produção se encontra na MIRG Furo de Breves, que em 2004 teve 400 ha de área colhida e 276 t de quantidade produzida, sendo que no ano de 2009 houve redução nestes indicadores (290 ha de área colhida e 212 t de quantidade produzida), mas a mesma se manteve como líder no ranking.

Analisando os municípios, o maior produtor no período foi Breves, tanto em 2004 (250 ha de área colhida e 150 t de quantidade produzida) e 2009 (100 ha de área colhida e 60 t de quantidade produzida), contudo foi também onde aconteceram os maiores índices de redução.

Globalmente, dos 13 municípios produtores dois não tiveram alteração dos indicadores no período, mas seis tiveram reduções de área colhida e quantidade produzida. Deste conjunto, foi Muaná que registrou as maiores reduções percentuais: - 567% em área colhida e - 540% em quantidade plantada.

Comparativamente à produção estadual de milho, o Marajó apresenta os seguintes dados: em 2004 respondeu por 0,29% da área colhida estadual e 0,09% da quantidade produzida no Pará e em 2009 foi responsável por 0,28% da área colhida e 0,08 da quantidade produzida.

Tais dados demonstram o caráter de manutenção familiar que esta cultura adquire no território, a qual deve ser valorizada, uma vez que implica na segurança alimentar e nutricional das famílias marajoaras, além de ser uma forma de redução dos custos para alimentação dos pequenos animais e aves.

Tabela 17: Comparativo da produção de milho (2004 – 2009)

Município	2004		2009		Variações 2004-2009			
	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)	Área colhida (ha)		Qt. Produzida (t)	
					Ab	%	Ab	%
MIRG ARARI								
Cachoeira do Arari	10	4			-10		-4	
Muaná	80	32	12	5	-68	-567	-27	-540
Ponta de Pedras	30	9	13	13	-17	-131	4	31
Salvaterra	10	8	10	8	0	0	0	0
Soure	10	10			-10		-10	
Total MIRG Arari	140	63	35	26				
MIRG FURO DE BREVES								
Anajás	60	60	80	80	20	25	20	25
Breves	250	150	100	60	-150	-150	-90	-150
Curralinho	60	36	80	48	20	25	12	25
São Sebastião da Boa Vista	30	30	30	24	0	0	-6	-25
Total MIRG Furo de Breves	400	276	290	212				
MIRG PORTEL								
Bagre	85	51	100	60	15	18	9	15
Gurupá	15	12	35	28	20	133	16	57
Melgaço	15	10	10	6	-5	-33	-4	-67
Portel	200	120	200	120	0	0	0	0
Total MIRG Portel	315	193	345	214				
Total Território	855	532	670	452				
Total do Pará	294.222	570.311	240.387	552.104				
Total Região Norte	556.388	1.071.982	518.603	1.273.569				

Fonte: IBGE – PAM / Formatação: João Daltro Paiva

Produção de côco-da-baía

A produção de côco-da-baía no Marajó está concentrada na MIRG Arari, a qual é composta por cinco municípios (tabela 18). Os dados apontam significativas variações nos indicadores de cada ano-base da análise comparativa.

Em 2004, os dois maiores produtores foram, por ordem decrescente, Soure (120 ha de área colhida e 1.440 t de quantidade produzida) e Ponta de Pedras (206 ha de área colhida e 1.236 t de quantidade produzida). Observa-se que apesar de ter uma área maior que Soure, a produção de Ponta de Pedras ficou aquém daquele município.

No ano de 2009, teve alterações no ranking da produção. Soure manteve-se como o maior produtor (180 ha de área colhida e 2.160 t de quantidade produzida), porém, agora o segundo maior produtor passa a ser Muaná (120 ha de área colhida e 1.800 t de quantidade produzida).

Esta alteração se explica pelo fato de que Ponta de Pedras foi o único município a apresentar um desempenho negativo no período analisado, tanto em termos nominais quanto relativos. As reduções foram as seguintes: - 106 ha de área colhida, correspondendo a - 106% e - 1.036 t de quantidade produzida, que significa uma redução de - 518% no período analisado.

Tabela 18: Comparativo da produção de côco da baía (2004 – 2009)

Município	2004		2009		Variações 2004-2009			
	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)	Área colhida (ha)		Qt. Produzida (t)	
					Ab	%	Ab	%
MIRG ARARI								
Cachoeira do Arari	6	45	6	45	0	0	0	0
Muaná	40	624	120	1.800	80	67	1.176	65
Ponta de Pedras	206	1.236	100	200	-106	-106	-1.036	-518
Salvaterra	73	584	73	584	0	0	0	0
Soure	120	1.440	180	2.160	60	33	720	33
Total MIRG Arari	445	3.929	479	4.789				
Total Território	445	3.929	479	4.789				
Total do Pará	23.660	240.664	24.457	248.188				
Total Região Norte	26.145	265.785	30.018	281.746				

Fonte: IBGE - PAM

Formatação: João Daltro Paiva

Produção de banana

Os dados tabulados acerca da produção de banana (tabela 19) não são alentadores em relação a este cultivo. Dos oito municípios produtores, apenas dois tiveram um desempenho positivo: Muaná (incremento de 40% em área colhida e 67% em quantidade produzida) e Gurupá (aumento de 6% de área colhida e quantidade produzida).

Entre os demais, três municípios não apresentaram variação no período analisado (Breves, Melgaço e Portel) e três tiveram desempenhos negativos, destacando-se o município de São Sebastião da Boa Vista que de 2004 para 2009 teve sua área colhida e quantidade produzida reduzidas a zero.

Tabela 19: Comparativo da produção de banana (2004 – 2009)

Município	2004		2009		Variações 2004-2009			
	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)	Área colhida (ha)		Qt. Produzida (t)	
					Ab	%	Ab	%
MIRG ARARI								
Muaná	30	264	50	440	20	40	176	67
Ponta de Pedras	25	250			-25			
Total MIRG Arari	55	514	50	440				
MIRG FURO DE BREVES								
Breves	250	2.500	250	2.500	0	0	0	0
Curralinho	52	572	25	275	-27	-108	-297	-108
São Sebastião da Boa Vista	200	1.600			-200		-1.600	
Total MIRG Furo de Breves	502	4.672	275	2.775				
MIRG PORTEL								
Gurupá	15	90	16	96	1	6	6	6
Melgaço	10	100	10	100	0	0	0	0
Portel	150	1.500	150	1.500	0	0	0	0
Total MIRG Portel	175	1.690	176	1.696				
Total Território	732	6.876	501	4.911				
Total do Pará	42.234	540.312	38.925	501.344				
Total Região Norte	98.040	1.087.329	74.218	812.941				

Fonte: IBGE - PAM

Formatação: João Daltro Paiva

3.3.2 – Pecuária Bovino-Bubalina e Suinocultura

Enquanto a análise da atividade agrícola indica que nem todas as culturas agrícolas estão presentes na totalidade dos municípios, ao mesmo tempo em que se percebe uma especialização de alguns municípios em certa modalidade produtiva (Salvaterra na produção do abacaxi, por exemplo), os dados referentes à pecuária bovino-bubalina e à suinocultura (tabela 20), demonstram que estas são atividades econômicas presentes em todos os municípios do território marajoara, ainda que haja diferenciações quanto à intensidade das mesmas em cada localidade.

No âmbito da pecuária bovino e bubalina, esta universalidade da atividade tem raízes na própria história de conformação territorial e sócioeconômica do Marajó, garantindo-lhe um significado cultural: a agropecuária praticada no Marajó é a mais antiga no estado do Pará, com cerca de 300 anos (CASA CIVIL/PR, 2006: 36). O mesmo se dá em relação à suinocultura: os suínos constituem o terceiro maior rebanho no arquipélago, vivem em sistemas agrosilvipastoris, são comercializados localmente e no mercado regional. (CASA CIVIL/PR, 2006: 40).

A microrregião com a maior participação na pecuária bovino-bubalina e suinocultura territorial é a MIRG Arari. Em 2004, tinha um efetivo de 210.524 cabeças de bovinos (88,51% da quantidade territorial) e em 2009 271.135 cabeças (91,13% do total do Marajó). A pecuária bubalina desta MIRG apresentou em 2004 um total de 234.252 cabeças (96,90% da totalidade do território) e para o ano de 2009 teve 249.369 cabeças (93,90% do total territorial). Finalmente, quanto à suinocultura, a MIRG Arari apresentou os seguintes dados: em 2004 eram 98.885 cabeças de suínos (53,95% do que se tinha em todo o território) e em 2009 este quantitativo passou para 71.892 cabeças (correspondendo a 40,48% do total territorial). Ainda que tenha havido reduções na participação relativa na pecuária bubalina e suinocultura, esta microrregião se mantém como liderança nesta atividade econômica.

A análise microrregional demonstra que a MIRG Furo de Breves apresentou desempenho positivo na pecuária bovina aumentando em 93,69% o número de cabeças, enquanto que a MIRG Portel teve redução de -19,03%. Na pecuária

bubalina, ambas microrregiões ampliaram seu número efetivo de cabeças em 6,48% e 34,25% respectivamente. Quanto à suinocultura, houve incremento na MIRG Furo de Breves da ordem de 16,71% e na MIRG Portel de 67,52.

Este conjunto de dados relativos a estas atividades econômicas indica uma tendência de crescimento contínuo das mesmas nas microrregiões citadas acima.

Já os dados da microrregião que lidera estas atividades econômicas no Marajó – MIRG Arari – indicam incremento na pecuária bovina (28,79%) e bubalina (6,45%), mas um acentuado decréscimo na suinocultura (-27,30%) no período de 2004 a 2009. Destaque-se em relação a este dado que o município de Chaves será o único a ter redução, na ordem de 72,60%, mas influenciando decisivamente o desempenho da microrregião no período e permitindo ao município de Chaves tomar a dianteira na produção nominal de suínos (24.928 cabeças) no ano de 2009, ainda que o mesmo só tenha tido um incremento de 16,31% de cabeças no período analisado.

Tabela 20: Comparativo do número efetivo de cabeças Bovina-Bubalina-Suina do Marajó entre 2006-2009

Município	2006			2009			Valoração Comparativa 2006 - 2009					
	Nº de Cabeças			Nº de Cabeças			Bovinos		Bubalinos		Suínos	
	Bovinos	Bubalinos	Suínos	Bovinos	Bubalinos	Suínos	Ab	%	Ab	%	Ab	%
MIRG ARARI												
Cachoeira do Arari	36.757	23.273	4.504	49.211	36.345	5.397	12.454	33,88	13.072	56,17	893	19,83
Chaves	74.544	94.637	21.433	83.744	81.120	24.928	9.200	12,34	-13.517	-14,28	3.495	16,31
Muaná	10.895	25.198	60.942	15.375	29.000	16.700	4.480	41,12	3.802	15,09	-44.242	-72,60
Ponta de Pedras	27.684	36.224	3.766	40.900	28.422	6.036	13.216	47,74	-7.802	-21,54	2.270	60,28
Salvaterra	6.943	4.082	1.825	15.784	15.987	9.396	8.841	127,34	11.905	291,65	7.571	414,85
Santa Cruz do Arari	22.725	14.250	3.075	35.438	24.571	4.992	12.713	55,94	10.321	72,43	1.917	62,34
Soure	30.976	36.588	3.340	30.683	33.924	4.443	-293	-0,95	-2.664	-7,28	1.103	33,02
Total da MIRG Arari	210.524	234.252	98.885	271.135	249.369	71.892	60.611	28,79	15.117	6,45	-26.993	-27,30
MIRG FURO DE BREVES												
Afuá	2.303	1.426	32.613	4.200	3.040	42.000	1.897	82,37	1.614	113,18	9.387	28,78
Anajás	108	1.365	4.201	820	6.540	8.050	712	659,26	5.175	379,12	3.849	91,62
Breves	625	84	4.856	2.032	294	10.435	1.407	225,12	210	250,00	5.579	114,89
Curralinho	589	61	11.576	153	275	4.482	-436	-74,02	214	350,82	-7.094	-61,28
São Sebastião da Boa Vista	149	1	16.955	101	303	16.967	-48	-32,21	302	30.200,00	12	0,07
Total da MIRG Furo de Breves	3.774	2.937	70.201	7.306	10.452	81.934	3.532	93,59	7.515	255,87	11.733	16,71

MIRG PORTEL												
Bagre	409	810	3.317	1.610	450	6.950	1.201	293,64	-360	-44,44	3.633	109,53
Gurupá	4.384	4.103	6.604	4.904	5.900	5.859	520	11,86	1.797	43,80	-745	-11,28
Melgaço	1.755	367	685	1.612	295	4.350	-143	-8,15	-72	-19,62	3.665	535,04
Portel	17.011	273	3.595	10.950	810	6.630	-6.061	-35,63	537	196,70	3.035	84,42
Total da MIRG Portel	23.559	5.553	14.201	19.076	7.455	23.789	-4.483	-19,03	1.902	34,25	9.588	67,52
Total do Território	237.857	242.742	183.287	297.517	267.276	177.615	59.660	25,08	24.534	10,11	-5.672	-3,09

Fonte: Para 2006: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Para 2009: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2009

Formatação: João Daltro Paiva

Legendas:

- : Maior variação positiva
- : Menor variação positiva
- : Variação negativa

3.3.3 – Pesca e aquicultura

A atividade pesqueira na região do Marajó é incontestavelmente significativa para o modo de vida das populações locais, influenciando decisivamente em sua cultura, ou seja, uma das marcas do povo marajoara é sua ligação com as águas e com o trabalho que nelas é exercido.

Neste sentido, para uma compreensão mais apurada da importância desta atividade econômica para a região, faz-se necessário utilizar como categoria de análise *as águas de trabalho*, a qual é descrito por Nogueira (XXXXX: 4) ao citar Diegues:

O referido autor afirma que: “as águas de trabalho são responsáveis pela manutenção da produção da proteína animal necessária à vida camponesa”. Os ambientes aquáticos como rios, lagos, igarapés e furos, aonde se realiza a pesca artesanal na ilha de marajó, são muito mais que os seus componentes físico-químicos ou seus limites espaciais. Na relação com os ambientes aquáticos o homem apreende saberes, desenvolve estratégias de sobrevivência e realiza trabalho. A pesca, uma atividade extrativa secular, é introduzida neste contexto, por ter sido e ainda continuar sendo um dos mais importantes meios de subsistência das populações amazônicas.

Desta forma, ao abordar a questão da pesca no Território da Cidadania do Marajó, deve-se ter em conta que estão em jogo questões fundamentais para o desenvolvimento sustentável da região, na medida em que se trata de uma atividade produtiva multidimensional, pois comporta em sua constituição elementos sociais, culturais e políticos.

Quanto aos elementos sócio-culturais, é importante perceber de quem se está falando ao tratar da questão da pesca no Marajó. Dentro do quadro deste diagnóstico, tratam-se dos pescadores artesanais. Ainda que se discorde do adjetivo pesca de subsistência utilizado por Nogueira (2006: 8;11) - pois reduz a complexidade sócioeconômica que envolve esta atividade -, a descrição da mesma, parece apropriada:

Pescador (a) artesanal de subsistência é aquele (a) que usa instrumentos e técnicas adequadas às condições ambientais, tais como: linha-de-mão, espinhel, malhadeira com malha grossa entre outras artes de pesca. Realizam esta atividade o ano todo com seus familiares, com seus companheiros (primos e/ou primas, maridos, irmãos, filhos, esposas, cunhados, genros etc.), nas baixas, rios, igarapés e lagos próximos à comunidade com a finalidade de suprir suas necessidades básicas alimentares.

(...) No Marajó, a pesca de subsistência também envolve a comercialização do pescado no interior da comunidade, devido à necessidade da mesma em consumir produtos industrializados, como o sabão, café, açúcar, roupas etc.

(...) Há um outro grupo de pescadores artesanais cuja lógica atende à economia capitalista e que realiza a “pesca de longe”. Estes são denominados “pescadores artesanais comerciais” e tem por características utilizar métodos tradicionais de

pesca iguais aos primeiros, mas com o incremento nas relações de trabalho e produção e em locais nem sempre próximos à sua comunidade.

Esta diversidade sócio-cultural dos pescadores e pescadoras da região do Marajó expressa igualmente um conflito e tensão interno ao território em torno desta atividade produtiva, por conta do imenso potencial que a região tem como banco pesqueiro. Tal potencialidade se deve à localização privilegiada do arquipélago do Marajó.

Em sua porção noroeste, recebe águas doces, barrentas e cheias de nutrientes do Rio Amazonas; ao norte, as águas marinhas do Oceano Atlântico; a nordeste, as águas doces e barrentas da Baía do Marajó; ao sul, as águas doces e barrentas do rio Pará, propiciando pescarias em áreas continentais e marinhas, com elevada diversidade de peixes provenientes destes dois sistemas.

A área da costa marítima do arquipélago caracteriza-se por apresentar uma diversidade de espécies aquáticas. Estas espécies se concentram nessa faixa devido a grande quantidade de alimentos descarregado pelo Rio Amazonas no Oceano Atlântico, sendo considerada como zona de alimentação onde os peixes jovens migradores permanecem para se desenvolverem. O Lago Arari é o maior, mais importante e o mais piscoso do arquipélago. Está localizado na vila de Jenipapo, no município de Santa Cruz do Arari, e representa uma importante fonte pesqueira.

Pode-se visualizar esta diversidade na tabela abaixo (tabela 21), que apresenta a produção do pescado marítimo e estuarino nos municípios de Salvaterra e Soure, nos anos de 2004 e 2005.

Tabela 21: Produção do pescado marítimo e estuarino nos municípios de Salvaterra e Soure nos anos de 2004 e 2005

Ord.	Espécie	Qt (t)/Ano/Espécie				EVOLUÇÃO POR ESPÉCIE/MUNICÍPIO 2004-2005			
		2004		2005		Salvaterra		Soure	
		Salvaterra	Soure	Salvaterra	Soure	Qt. (t)	%	Qt. (t)	%
.1	Arraia	16,34	7,17	15,22	4,80	-1,12	-6,85	-2,37	-33,05
.2	Bagre	88,27	33,98	13,95	2,25	-74,32	-84,20	-31,73	-93,38
.3	Bandeirado	68,95	15,56	53,17	170,10	-15,78	-22,89	154,54	993,19
.4	Bijupirá	0,07	0,00	27,40	14,29	27,33	39.042,86	14,29	NA
.6	Camarão	0,01	0,01	0,07	0,03	0,06	600,00	0,02	200,00
.7	Cambeua	11,02	2,95	1,04	0,62	-9,98	-90,56	-2,33	-78,98
.8	Camorim	8,38	15,37	16,09	7,07	7,71	92,00	-8,30	-54,00
.9	Cangatá	8,16	2,94	1,71	0,19	-6,45	-79,04	-2,75	-93,54
.10	Canguira	0,46	0,20	15,28	8,16	14,82	3.221,74	7,96	3.980,00
	Caranguejo	0,00	0,00	61,00	17,42	61,00	NA	17,42	1,00
.11	Cavala	0,94	0,28	7,48	3,43	6,54	695,74	3,15	1.125,00
	Cioba	0,00	0,00	5,53	4,10	5,53	NA	4,10	NA
.12	Corvina	51,49	33,59	20,34	5,36	-31,15	-60,50	-28,23	-84,04
.13	Enchova	0,65	0,37	0,17	0,09	-0,48	-73,85	-0,28	-75,68
	Espadarte	0,20	0,16	0,32	0,26	0,12	60,00	0,10	62,50
	Garoupa	0,00	0,00	0,02	0,02	0,02	NA	0,02	NA
.14	Guaiuba	0,09	0,27	2,40	0,77	2,31	2.566,67	0,50	185,19
.15	Gurijuba	61,36	74,34	14,86	6,51	-46,50	-75,78	-67,83	-91,24
.16	Jurupiranga	0,48	0,09	0,31	0,03	-0,17	-35,42	-0,06	-66,67
.17	Lagosta	0,00	0,00	0,65	0,00	0,65	NA	0,00	NA
.18	Mero	1,67	0,01	27,89	1,74	26,22	1.570,06	1,73	17.300,00
.19	Mexilhão	0,01	0,01	0,00	0,00	-0,01	-100,00	-0,01	-100,00
.20	Ostra	0,00	0,00	2,06	0,00	2,06	NA	0,00	NA
.21	Pacamão	5,58	0,02	0,37	0,01	-5,21	-93,37	-0,01	-50,00
.22	Peixe Galo	0,00	0,00	0,14	0,11	0,14	NA	0,11	NA
.23	Peixe Pedra	1,29	0,52	6,15	0,71	4,86	376,74	0,19	36,54
.24	Pescada Amarela	141,44	228,06	115,63	57,47	-25,81	-18,25	-170,59	-74,80
.25	Pescada Cambuçu	0,01	0,01	14,71	2,76	14,70	147.000,00	2,75	27.500,00
.26	Pescada Gó	58,73	2,13	154,31	39,10	95,58	162,74	36,97	1.735,68
.27	Pirapema	5,80	8,42	7,44	3,12	1,64	28,28	-5,30	-62,95
.28	Serra	47,57	20,91	239,77	109,41	192,20	404,04	88,50	423,24
.29	Tainha	20,60	3,21	6,11	0,82	-14,49	-70,34	-2,39	-74,45
.30	Timbira	9,68	8,72	26,36	14,05	16,68	172,31	5,33	61,12
.31	Tubarão	17,06	30,13	57,35	27,48	40,29	236,17	-2,65	-8,80
.32	Uricica	0,67	0,38	0,34	0,07	-0,33	-49,25	-0,31	-81,58
.33	Uritinga	37,52	26,68	33,51	12,02	-4,01	-10,69	-14,66	-54,95
.34	Xaréu	6,68	10,06	20,07	10,85	13,39	200,45	0,79	7,85
.35	Outros	106,94	25,64	54,72	12,10	-52,22	-48,83	-13,54	-52,81
	TOTAL	778,12	552,19	1023,94	537,32	245,82	31,59	-14,87	-2,69

Fonte: IBAMA/CPNOR, Estatística Pesqueira do Pará, Ano Base 2004 e 2005.

Formatação: João Daltro Paiva

Notas:

1) A Estatística Pesqueira do Estado envolveu outros 12 municípios do Pará como pontos de coleta.

2) Para efeito demonstrativo deste diagnóstico foram considerados apenas Salvaterra e Soure.

3) Foram desconsideradas as espécies que apresentaram "zero" de coleta nos dois anos.

Legendas:



Três espécies com desempenho positivo mais significativo

Três espécies com desempenho negativo mais significativo

Conforme a tabela 21, há a ocorrência de 34 espécies de pescado na produção pesqueira de Salvaterra e Soure, sendo que os dois municípios totalizaram, em 2004, mais de 1.300 toneladas de pescados diversos. No ano de 2005, este volume se elevou para mais de 1.500 toneladas, contudo, observa-se que as espécies que impulsionaram este desempenho positivo foram aquelas de menor inserção no mercado e na base alimentar, entre elas se destacam a Pescada Cambuçu, que teve uma evolução de 147 mil por cento no município de Salvaterra e superou os 27 mil por cento em Soure, em seguida apareceu o Bijupirá, também no município de Salvaterra, com um aumento superior aos 39 mil por cento.

Porém, ao se analisar o conjunto das 34 espécies, identifica-se que este quadro tem somente uma aparência positiva. Das espécies referentes à Salvaterra, seis devem ser desconsideradas na contagem, tendo em conta a não-aplicação estatística às mesmas, desta forma se tem um saldo de 28 espécies a serem consideradas e deste total, 15 tiveram desempenho negativo quanto ao seu volume de captura, ou seja, mais da metade do volume de pescado (53,57%) teve redução no período de 2004 a 2005 em Salvaterra.

Ao se analisar o município de Soure, o quadro é semelhante. Considerando as espécies às quais não se aplica a contagem, há um total de 28 espécies. Deste universo, 17 espécies apresentaram desempenho negativo, o que significa que 60,71% das espécies capturadas em 2005 ficaram aquém do volume pescado em 2004.

Este quadro de decréscimo do volume de pescado nestes municípios se expressa igualmente na região do Marajó, de tal forma que ao se analisar a participação do território no conjunto da atividade em relação ao estado do

Pará, os números não são alentadores, como demonstrado na tabela 22, abaixo, correspondente à produção pesqueira do Marajó no ano de 2008.

Tabela 22: Produção Pesqueira do Marajó (2008)

MICRORREGIÕES MUNICÍPIOS	Qt (t)	Participação Municipal na Atividade em Relação à		
		MIRG %	Território %	Estado %
MIRG ARARI				
Cachoeira do Arari	0,00	0,00	0,00	0,00
Chaves	18,30	1,12	0,61	0,02
Muaná	95,80	5,85	3,18	0,10
Ponta de Pedras	182,50	11,14	6,06	0,19
Salvaterra (Industrial)	1.178,00	71,90	39,09	1,21
Salvaterra (Não industrial)	27,00	1,65	0,90	0,03
Santa Cruz do Arari	0,00	0,00	0,00	0,00
Soure	136,90	8,36	4,54	0,14
Total e Participação (%) da MIRG Arari	1.638,50	100,00	54,37	1,68
MIRG FURO DE BREVES				
Afuá	478,20	41,19	15,87	0,49
Anajás	14,60	1,26	0,48	0,01
Breves	615,80	53,04	20,43	0,63
Curralinho	15,90	1,37	0,53	0,02
São Sebastião da Boa Vista	36,50	3,14	1,21	0,04
Total e Participação (%) da MIRG Furo de Breves	1.161,00	100,00	38,53	1,19
MIRG PORTEL				
Bagre	65,70	30,69	2,18	0,07
Gurupá	0,00	0,00	0,00	0,00
Melgaço	18,30	8,55	0,61	0,02
Portel	130,10	60,77	4,32	0,13
Total e Participação (%) da MIRG Portel	214,10	100,00	7,10	0,22
Território	3.013,60			
Estado	97.686,00			

Fonte: SEPAQ, Estatística e Desembarque Pesqueiro do Estado do Pará 2008

Formatação: Daltro Paiva

Notas:

- 1) Valores em azul foram estimados com base na venda diária de mercados
- 2) Valor em vermelho foi estimado pelo desembarque de 2009
- 3) Valores em "zero" equivalem a não-disponibilidade da informação

Legendas

	Primeiro lugar em volume ou % de participação
	Segundo lugar em volume ou % de participação
	Último lugar em volume ou % de participação (desconsiderados os valores em "zero")

Segundo os dados da Sepaq, os municípios com o maior volume de pescado produzido foram, na ordem de importância: Salvaterra, Breves e Portel, estando Salvaterra com uma produção muito acima dos demais municípios do território. Por conta desta disparidade, este município responde por 39,99% do pescado produzido no Marajó – quando se conjuga a vertente industrial e não-industrial -, seguido por Breves (20,43%) e Portel (4,32%).

Em relação à participação das microrregiões na produção territorial, não há alteração no ranking, por conta da influência dos municípios citados anteriormente, desta forma em primeiro lugar aparecer a MIRG Arari, que responde por 54,37% do pescado produzido no Marajó, em seguida tem-se a MIRG Furo de Breves, que produz 38,53% do pescado marajoara e finalmente, a MIRG Portel com 7,10% do pescado produzido nesta região. Em relação ao estado do Pará, o volume de pescado produzido no Marajó corresponde a apenas 3,08% do total estadual que em 2008 comportou 97.686 toneladas, segundo os dados da Sepaq.

Este cenário de redução da produção territorial segue o ritmo da região Norte e do estado do Pará. Em 2002, o Pará era o maior produtor de pescado do Brasil, com uma extração de 174.227,5 toneladas de peixe e crustáceos, incluindo a pesca extrativa marinha e continental e aquicultura no mar e na água doce. Em seguida vinha Santa Catarina, com uma produção de 150.240,5 toneladas. Naquele ano, o ranking da produção pesqueira por regiões do Brasil ficou assim: em primeiro lugar o Nordeste, com 285.125,5 toneladas produzidas; em segundo lugar, a região Norte, com 272.980 toneladas e em terceiro lugar, o Sul, que produziu 256.900,5 toneladas; o quarto lugar ficou com a região Sudeste, com 153.740 toneladas e finalmente, em quinto lugar, a região Centro-Oeste, com a produção de 37.184 toneladas.

O último Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura: Brasil 2008 – 2009, publicado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), apresenta um quadro significativamente diferente, de tal maneira que a região Norte ficou em terceiro lugar no ranking nacional (MPA, 2010: 14):

Em 2008, a Região Nordeste foi a mais produtiva, com 374.815 t, respondendo por 32% da produção nacional. A segunda e terceira maiores produtoras foram as Regiões Sul e Norte, com 273.909 t (24%) e 270.459 (23%), respectivamente. A Região Sudeste produziu 173.458 t (15%), enquanto que a Centro-Oeste, 63.783 t (6%). Já em 2009, a produção regional de pescado praticamente repetiu o mesmo padrão do ano anterior, com a Região Nordeste contribuindo com 34%

(415.723 t) da produção total nacional, o que representou um incremento de 10,9% em relação a 2008. Na Região Sul o aumento foi da ordem de 12,7%, atingindo 308.647 t (25% do total). Na Região Sudeste houve um pequeno aumento de 3% entre 2008 e 2009, quando foram produzidas 178.638 t (14%). A Região Centro-Oeste apresentou um incremento de produção de 12,9%, atingindo 72.030 t em 2009. **Por outro lado, a Região Norte mostrou um decréscimo de 1,7% na produção, passando a contribuir com 21% do total de pescados produzidos no país (265.775 t) (o grifo é nosso).**

O cenário de perda de posições em relação ao quadro de 2002 também continua em relação ao estado do Pará, conforme o mesmo Boletim (MPA, 2010: 14):

A distribuição da produção nacional de pescado por estado no ano de 2008 aponta o Estado de Santa Catarina como o maior produtor, com 188.870 t, seguido pelo Pará com 151.422 t e Bahia com 103.427 t. Do lado oposto da tabela, aparece o Distrito Federal, com 1.215 t, registrando assim a menor produção do país.

Em 2009, o padrão de distribuição das produções estaduais foi muito similar ao do ano anterior, com Santa Catarina como principal produtor (199.406 t). **O Pará, mesmo com uma queda de 8,8% na produção, atingiu 138.050 t em 2009, continuando como segundo estado maior produtor (o grifo é nosso).** A produção de pescado da Bahia apresentou um aumento de 17,2%, atingindo 121.255 t. Mesmo apresentando um incremento 7,6% na produção (1.308 t), o Distrito Federal continuou sendo o menor produtor de pescado do país no ano de 2009

Contraditoriamente, enquanto a produção decresce na região Norte e no estado do Pará, o volume de pessoas ocupadas na atividade produtiva da pesca aumenta consideravelmente, de tal forma que a região Norte respondia em 2009 por 31,9% dos pescadores (as) inseridos no Registro Geral da Pesca (RGP), perdendo apenas para a região Nordeste que contabilizava naquele ano 46,3% do total de pescadores (as) profissionais do país (MPA, 2010: 16). No cenário geral da região Norte, o Pará se destaca pela quantidade de pescadores (as), conforme o MPA (2010: 17):

Quando analisada a distribuição dos registros por estado, os quatro mais expressivos são o Pará (167.494), Bahia (105.455), Maranhão (101.587) e Amazonas (58.232) representando respectivamente, 20,1%, 12,7%, 12,2% e 6,9% do total de pescadores registrados no país. Quando somados, os pescadores desses estados respondem por 52% do total nacional.

Esta contradição originou uma investigação quanto à efetiva pertença dos indivíduos inscritos no RGP como praticantes da pesca profissional, o que levou a uma revisão dos registros, que se encontra ainda em curso.

Ainda que as pesquisas sobre as populações ancestrais do Marajó indiquem que o manejo de recursos pesqueiros era uma prática há milênios neste território, os dados apontados pelo Censo Agropecuário 2006, realizado pelo

IBGE, não apresentam volumes significativos quanto à utilização de terras para a prática da aquicultura.

Os dados da tabela 23 indicam que no território existem 245 unidades agropecuárias que dedicam espaço para esta atividade, o que corresponde a uma área total de 4.802 ha. Os municípios com maior número de unidades são, na ordem decrescente, Muaná (101 unidades), Portel (29 unidades) e Breves (21 unidades). O quadro se mantém praticamente inalterado quanto à ordem crescente de área destinada, uma vez que em terceiro lugar se encontra Portel, com 200 ha, seguido de Breves, com 376 ha. Contudo, o primeiro lugar em área passa a ser de Ponta de Pedras, com 1.585 ha.

Quando comparados aos dados disponíveis em relação ao estado do Pará, os percentuais são pouco expressivos. O número total de unidades agropecuárias do Marajó corresponde a apenas 2,43% do volume total de unidades do Pará (10.096) que se dedicam à atividade, assim como em termos de área dedicada à aquicultura, o território do Marajó responde por apenas 6% do total estadual, que é de 80.029 ha.

Tabela 23: Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas utilizadas para exploração da aqüicultura no Marajó, em número e área (2009)

Municípios	Estabelecimentos agropecuários		Participação Municipal na Atividade					
			Relação à MIRG		Relação ao Território		Relação ao Estado	
	Nº	Área (ha)	% quanto ao Nº	% quanto à Área (ha)	% quanto ao Nº	% quanto à Área (ha)	% quanto ao Nº	% quanto à Área (ha)
MIRG ARARI								
Cachoeira do Arari	16	993	10,13	25,01	6,53	20,68	0,16	1,24
Chaves	2	0	1,27	0,00	0,82	0,00	0,02	0,00
Muaná	101	748	63,92	18,84	41,22	15,58	1,00	0,93
Ponta de Pedras	19	1.585	12,03	39,92	7,76	33,01	0,19	1,98
Salvaterra	3	14	1,90	0,35	1,22	0,29	0,03	0,02
Santa Cruz do Arari	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soure	17	630	10,76	15,87	6,94	13,12	0,17	0,79
Total e Participação (%) da MIRG Arari	158	3.970	100,00	100,00	64,49	82,67	1,56	4,96
MIRG FURO DE BREVES								
Afuá	2	0	4,26	0,00	0,82	0,00	0,02	0,00
Anajás	7	6	14,89	1,48	2,86	0,12	0,07	0,01
Breves	21	376	44,68	92,61	8,57	7,83	0,21	0,47
Curralinho	9	14	19,15	3,45	3,67	0,29	0,09	0,02
São Sebastião da Boa Vista	8	10	17,02	2,46	3,27	0,21	0,08	0,01
Total e Participação (%) da MIRG Furo de Breves	47	406	100,00	100,00	19,18	8,45	0,47	0,51
MIRG PORTEL								
Bagre	3	0	7,50	0,00	1,22	0,00	0,03	0,00
Gurupá	5	121	12,50	28,40	2,04	2,52	0,05	0,15
Melgaço	3	105	7,50	24,65	1,22	2,19	0,03	0,13
Portel	29	200	72,50	46,95	11,84	4,16	0,29	0,25
Total e Participação (%) da MIRG Portel	40	426	100,00	100,00	16,33	8,87	0,40	0,53
Território	245	4.802						
Estado	10.096	80.029						

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006

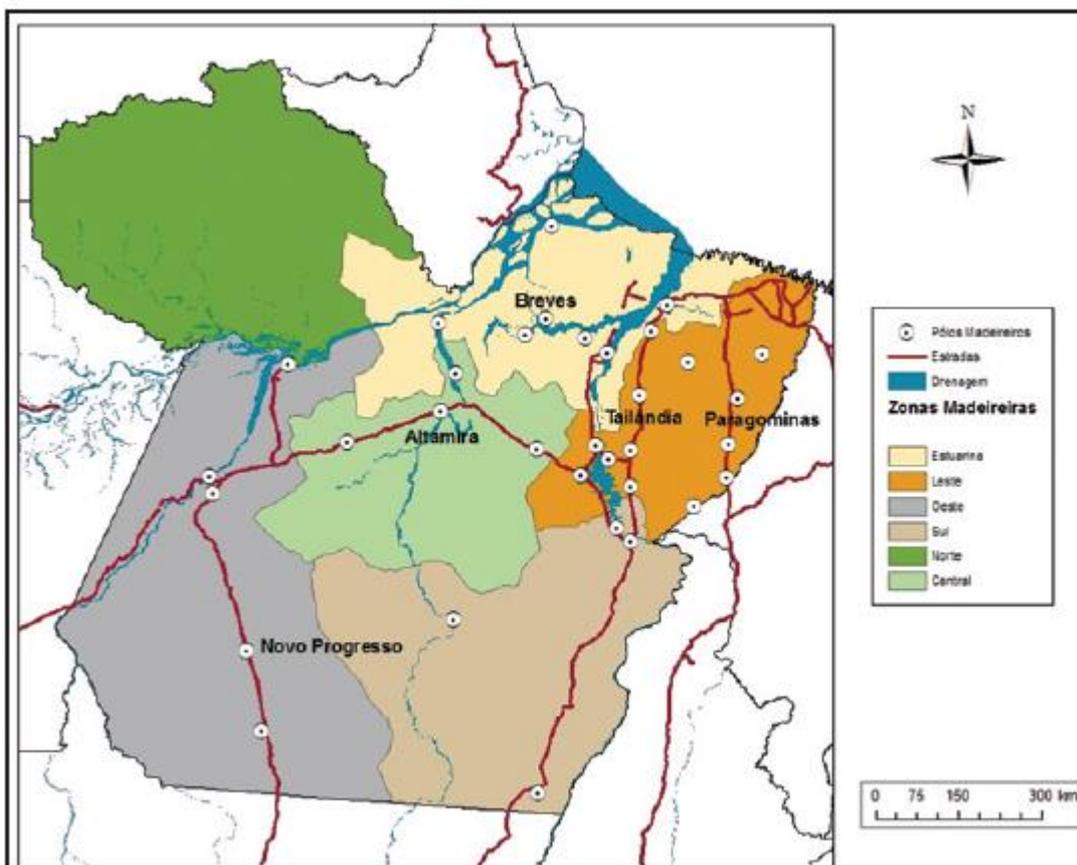
Formatação: Daltro Paiva

	Primeiro lugar em volume ou % de participação
	Último lugar em volume ou % de participação (desconsiderados os valores em "zero" em um dos itens)

3.3.4 – Extrativismo vegetal

O Plano Marajó, finalizado em 2007, apontou o caráter da extração madeireira como uma atividade econômica de longa data neste território, indicando igualmente o município de Breves como o maior produtor territorial a localização deste pólo no conjunto dos pólos extrativos do estado do Pará, conforme a figura 06.

Figura 06: Zonas madeireiras no Estado do Pará



Fonte: Veríssimo (2006) apud Casa Civil/PR, PDTSAM.

Em seu diagnóstico, o Plano Marajó descrevia os seguintes indicadores relativos ao extrativismo madeireiro (CASA CIVIL, PDTSAM: 44 – 45):

Os municípios de Anajás, Bagre, Breves e Portel são responsáveis por 91% da extração de madeira em tora do Arquipélago do Marajó. [...] Em relação ao carvão vegetal, os municípios de Breves, Ponta de Pedras e Portel são responsáveis por 89% da produção no arquipélago do Marajó

Passados quatro anos, percebem-se algumas mudanças de cenário, conforme a tabela 24:

Tabela 24: Extrativismo vegetal madeireiro no Marajó (2009)

Município	Qt.	Participação Municipal Relativa na Atividade		Qt.	Participação Municipal Relativa na Atividade		Qt.	Participação Municipal Relativa na Atividade	
	Carvão (t)	Na Micro-região (%)	No Território (%)	Lenha (m3)	Na Micro-região (%)	No Território (%)	Tora (m3)	Na Micro-região (%)	No Território (%)
MIRG ARARI									
Cachoeira do Arari	0			0			0		
Chaves	3	3,45	1,17	4.000	7,82	2,81	1.000	1,41	0,09
Muaná	42	48,28	16,34	21.000	41,04	14,77	66.000	92,81	6,26
Ponta de Pedras	31	35,63	12,06	19.050	37,23	13,40	4.110	5,78	0,39
Salvaterra	7	8,05	2,72	3.230	6,31	2,27	0		
Santa Cruz do Arari	0			0			0		
Soure	4	4,60	1,56	3.888	7,60	2,73	0		
Total da MIRG Arari	87	100,00	33,85	51.168	100,00	35,98	71.110	100,00	6,75
MIRG FURO DE BREVES									
Afuá	3	2,33	1,17	4.500	6,55	3,16	24.000	13,24	2,28
Anajás	0			24.000	34,93	16,88	90.000	49,67	8,54
Breves	100	77,52	38,91	15.000	21,83	10,55	40.000	22,07	3,80
Curralinho	13	10,08	5,06	10.000	14,56	7,03	18.000	9,93	1,71
São Sebastião da Boa Vista	13	10,08	5,06	15.200	22,13	10,69	9.212	5,08	0,87
Total da MIRG Furo de Breves	129	100,00	50,19	68.700	100,00	48,31	181.212	100,00	17,20
MIRG PORTEL									
Bagre	0			1.000	4,48	0,70	40.000	4,99	3,80
Gurupá	1	2,44	0,39	2.340	10,47	1,65	101.200	12,63	9,61

Melgaço	0			14.000	62,67	9,84	10.000	1,25	0,95
Portel	40	97,56	15,56	5.000	22,38	3,52	650.000	81,13	61,70
Total da MIRG Portel	41	100,00	15,95	22.340	100,00	15,71	801.200	100,00	76,05
Total do Território	257	Total do Território		142.208	Total do Território		1.053.522		
Total do Estado	99.065	Total do Estado		3.551.983	Total do Estado		5.975.969		

Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Formatação:: Daltro Paiva

NOTA 1: O IBGE, atribui zeros aos valores dos municípios onde, por arredondamento, os totais não atingem a unidade de medida.

Legendas:

- : Municípios com maior volume nominal de produção
- : Municípios com maior participação relativa na produção microrregional
- : Municípios com maior participação relativa na produção territorial

Portel continua a ser um dos municípios com o maior volume nominal e relativo de produção madeireira, porém, a novidade está por conta de Gurupá, que responde pelo segundo maior percentual da produção territorial (9,61%), perdendo apenas para Portel. Esta situação relativa à Gurupá é muito diferente do levantamento feito pelo PDTSAM (CASA CIVIL, 2006: 44), onde este município nem sequer era nominado em separado, pois o seu volume de produção era baixo.

Neste sentido, os três municípios com os maiores volumes nominais são em ordem decrescente: Portel, com 650.000 m³, Gurupá, com 101.200 m³ e Anajás, com 90.000 m³. Estes municípios juntos respondem por 79,85% de toda a madeira em tora produzida territorialmente

Quando se foca nas microrregiões, percebe-se que a MIRG de Portel lidera o ranking, com 76,05% da produção do Marajó, seguida da MIRG Furo de Breves, com 17, 2 e finalmente a MIRG Arari, que responde por 6,75% da madeira em tora marajoara.

Fechando o quadro da extração madeireira, em relação à produção de carvão vegetal os três maiores produtores são Breves (100 t), Muaná (42 t) e Portel (40 t), sendo que os mesmos respondem conjuntamente por 70,82% do carvão vegetal que é produzido no Marajó. Em relação à lenha, os três maiores produtores são Anajás (21.000 m³), Muaná (21.000 m³) e Ponta de Pedras (19.050 m³). Estes municípios, juntos, respondem por 45,04% da produção territorial.

No âmbito da produção extrativa não-madeireira, o destaque é dado ao açaí e ao palmito. Segundo levantamentos de 2006 (CASA CIVIL, PDTSAM, 2006: 47-48), os municípios de Cachoeira do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Muaná e Ponta de Pedras eram responsáveis por 94% do açaí produzido no arquipélago do Marajó, sendo que também merecia destaque a produção dos municípios de Breves, Anajás, Currealinho e Portel, com mais de 300 toneladas por ano.

Em relação ao palmito, o mesmo documento concluía que os municípios de Anajás, Breves, Bagre e Muaná eram responsáveis por 86% da produção de palmito no território, sendo que os municípios de Chaves, Gurupá e São

Sebastião da Boa Vista, também recebiam menção por conta da produção de mais de 100 toneladas de palmito por ano.

A tabela 25, abaixo, atualiza os dados relacionados a estas atividades produtivas no Marajó.

Tabela 25: Extrativismo vegetal não-madeireiro no Marajó (2009)

Município	Qt.	Participação Municipal Relativa na Atividade		Qt.	Participação Municipal Relativa na Atividade	
	Açaí (t)	Na Micro-região (%)	No Território	Palmito (t)	Na Micro-região (%)	No Território
MIRG ARARI						
Cachoeira do Arari	2.996	13,50	8,38	57	5,72	1,89
Chaves	300	1,35	0,84	114	11,43	3,78
Muaná	8.100	36,50	22,66	820	82,25	27,17
Ponta de Pedras	10.797	48,65	30,21	6	0,60	0,20
Salvaterra	0			0		
Santa Cruz do Arari	0			0		
Soure	0			0		
Total da MIRG Arari	22.193	100,00	62,10	997	100,00	33,04
MIRG FURO DE BREVES						
Afuá	3.906	29,88	10,93	200	10,55	6,63
Anajás	750	5,74	2,10	1.150	60,69	38,10
Breves	780	5,97	2,18	150	7,92	4,97
Curralinho	810	6,20	2,27	27	1,42	0,89
São Sebastião da Boa Vista	6.825	52,21	19,10	368	19,42	12,19
Total da MIRG Furo de Breves	13.071	100,00	36,57	1.895	100,00	62,79
MIRG PORTEL						
Bagre	103	21,64	0,29	5	3,97	0,17
Gurupá	51	10,71	0,14	80	63,49	2,65
Melgaço	2	0,42	0,01	1	0,79	0,03
Portel	320	67,23	0,90	40	31,75	1,33
Total da MIRG Portel	476	100,00	1,33	126	100,00	4,17
Total do Território	35.740	Total do Território		3.018		
Total do Estado	101.375	Total do Estado		4.897		

Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

Formatação:: Daltro Paiva

NOTA 1: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde, por arredondamento, os totais não atingem a unidade de medida.

Legenda:

- : Municípios com maior volume nominal de produção
- : Municípios com maior participação relativa na MIRG
- : Municípios com maior participação relativa na produção territorial

Os dados de 2009 apontam algumas modificações significativas: se em 2006 os municípios de Cachoeira do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Muaná e Ponta de Pedras respondiam por 94% do açaí do Marajó, agora juntos chegam apenas ao patamar de 57,69%, uma vez que no ranking dos maiores produtores se incorpora o município de Afuá (3.906 t), superando Cachoeira do Arari (2.996 t). Desta forma, considerando a produção dos municípios juntamente com a produção de Afuá é que se consegue alcançar o patamar de 91,28% de todo a açaí produzido no Marajó.

Os indicadores sistematizados em 2006 apontavam que Anajás, Breves, Bagre e Muaná respondiam por 86% da produção de palmito no território. Os dados de 2009 indicam que estes mesmos municípios correspondem agora por 70,41% da produção territorial. Somente incorporando São Sebastião da Boa Vista à lista é que se consegue uma maior aproximação do índice anterior, alcançando 82,6%. Destaque-se que este município com sua produção de 386 t de palmito supera em muito ao município de Bagre, que teve 5 t produzidas.

3.3.5 – Turismo

O apelo turístico da região do Marajó é algo reconhecido até mesmo pela percepção do cidadão comum. A paisagem natural, a diversidade social, ambiental e cultural deste território são atrativos de grande potencial para o desenvolvimento do turismo como atividade econômica sustentável. Esta já era a constatação feita pelo Plano Marajó, em 2006 (CASA CIVIL, 2006: 49), e se firma com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS do Pólo Marajó, pela Companhia Paraense de Turismo - PARATUR (2009: 6):

A Área Turística selecionada no Pólo Marajó abrange os Municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras, a priorização das Áreas Turísticas deste Pólo deve-se à definição, no Programa de Regionalização do Ministério do Turismo - Roteiros do Brasil (2005). Esses municípios são considerados prioritários para investimentos e se constituem destinos consolidados, apresentando potencialidades para os segmentos turísticos de sol e praia, rural, cultural e ecoturismo. Entre os principais atrativos dessa Área Turística destacam-se as paisagens naturais com seus campos alagados, belas praias, rios piscosos, rica fauna, trilhas ecológicas e fazendas centenárias de criação de búfalos; e ainda a cultura diversificada expressa através das manifestações culturais, culinária típica, artesanato marajoara, arquitetura antiga e ruínas históricas.

Contudo, este imenso potencial corre risco de não se materializar em toda a sua capacidade por conta de sérios entraves relacionados à infraestrutura de comunicação, saneamento ambiental, transporte e segurança pública.

Destaque-se que, em relação a estes dois últimos entraves, já foram realizadas ações significativas, desde o diagnóstico do Plano Marajó (2006). O transporte turístico para as cidades de Salvaterra e Soure já foi regularizado por meio de um catamarã que opera como ferryboat, ou seja, transportando passageiros e veículos e um barco de alto padrão para o transporte exclusivo de passageiros (www.seir.pa.gov.br).

No âmbito da segurança pública foram desenvolvidas ações continuadas de combate à crimes ambientais; pirataria; tráfico de drogas (Operação paz nos rios); operações de combate à quadrilhas que roubam cargas e gados no arquipélago (Operação caiçara) e operações de combate à exploração sexual infanto-juvenil (Operação cadê seu filho e Operação Zumbido). Em termos de equipamentos de segurança, tem relevância a implantação na cidade de Breves de um pelotão de fronteira, para o combate à pirataria, ao narcotráfico, ao roubo de gado e à exploração sexual infantil.

A ação foi realizada pelo governo estadual em parceria com o Ministério da Justiça - através do Acordo de Cooperação - com investimento na ordem de R\$ 6 milhões, para a aquisição de viaturas, lanchas, um helicóptero, Jet Sky equipamentos de informática, armamentos e o deslocamento de mais 34 policiais para o pelotão, o qual conta com o apoio de dois aviões não-tripulados para o sobrevoo do arquipélago, favorecendo a vigilância do território (www.seir.pa.gov.br).

Outra grande preocupação é em relação ao cuidado com o meio ambiente, justamente um dos elementos de atração de turistas para esta região (PARATUR, 2009: 11):

Foram identificadas **áreas degradadas** que fazem parte das zonas urbanas dos municípios que compõem o Pólo do Marajó, tendo em vista que o uso dos recursos naturais tem sido inadequado e não conservacionista como seria racional. Identificou-se como fator de degradação o **desmatamento** (negrito do autor), principalmente o clandestino pela prática das queimadas, pela derrubada das árvores seculares por empresas madeireiras e para transformar-se em imensas áreas de pastagem para o gado, que está diminuindo consideravelmente a cobertura florestal das áreas de terra firme e ciliares que fazem parte da

paisagem natural da ilha, **comprometendo a qualidade dos recursos físicos e bióticos** (negrito do autor), como a fauna e a flora típica da região.

Outro elemento a ser devidamente considerado em relação a esta atividade é a capacidade instalada dos estabelecimentos hoteleiros, uma vez que estes espaços são pontos de referência para a acomodação de turistas, atuando como elemento de atração e fidelização dos mesmos em relação à localidade onde estão instalados. Visualizando o quadro nos roteiros turísticos consolidados (tabela 26) se pode construir uma visão da realidade do Marajó como um todo (PARATUR, 2009: 18).

Tabela 26: Equipamentos Hoteleiros Soure-Salvaterra- Ponta de Pedras (2009)

Município	Classificação			Total
	Superior	Simples/Turística	Econômica	
Soure	1	4	11	16
Salvaterra	0	2	14	16
Ponta de Pedras	0	0	8	8
Total	1	6	33	40

Fonte: PARATUR, Resumo Executivo do PDITS do Pólo Marajó, 2009
Formatação: João Daltro Paiva

Além da baixa oferta de acomodações, a qualidade das instalações e a ausência de profissionalismo no gerenciamento dos empreendimentos são outros elementos capazes de despotencializar o turismo no Marajó (PARATUR, 2009: 18):

Quanto às instalações identifica-se que a estrutura empresarial do setor turístico no Pólo Marajó é esparsa e de pequeno porte, com características de gestão familiar com pouco profissionalismo. Movimentam, salvo algumas exceções, volumes de negócios reduzidos. O proprietário do estabelecimento é considerado o único administrador, contando, além de sua família, apenas com auxiliares para os serviços mais simples. A gestão hoteleira em sua grande maioria se classifica dentro do modelo tradicional, com o padrão de uma administração centralizada. Os serviços turísticos do Pólo Marajó ainda são incipientes. A oferta é pequena, extremamente concentrada e os empreendimentos, com algumas exceções, são bastante simples. Identifica-se que os empreendimentos hoteleiros, com raras exceções, utilizam de equipamentos de tecnologia, porém é necessário capacitar as pessoas para utilizar as ferramentas disponíveis. Aponta-se deficiência em relação ao profissionalismo da gerência nos aspectos relacionados à gestão de contratos, custos e finanças, responsabilidades sociais, associativismo e relação interpessoal.

A superação deste quadro é possível, na medida em que se unam esforços da sociedade marajoara: poder público nas suas três esferas, organizações da sociedade civil e os empreendedores locais. Neste sentido, a execução do Prodetur - Programa de Desenvolvimento do Turismo - no território é um

avanço para esta atividade econômica, na medida em que o mesmo irá disponibilizar 22 milhões de dólares para a melhoria da estrutura turística nos municípios de Salvaterra; Soure e Ponta de Pedras. Uma missão do BID esteve em Belém no mês de Maio de 2010 e, no momento, a Paratur está aguardando a resposta da avaliação feita pelo BID para a concessão do financiamento (www.seir.pa.gov.br).

3.3.6. Estrutura Fundiária, Acesso a Terra e Conflitos Agrários

A complexidade da questão fundiária no Marajó tem suas raízes na própria dinâmica de construção espacial e sócioeconômica da região, a qual foi marcada por ciclos notadamente exploratórios dos recursos naturais – ciclo da borracha, ciclo da extração madeireira, ciclo da extração do palmito – e pela presença da tradição pecuária, sendo ambas dinâmicas fortemente determinadas por processos de concentração de terras sob o domínio de uma elite local ou regional, como foi o caso da concessão de sesmarias no período colonial.

Este quadro complexo se torna ainda mais agudo por conta de que além dos elementos sócio-históricos que influenciaram decisivamente na construção de uma estrutura fundiária do Marajó sob a égide da exclusão das populações locais e sua ancestralidade na relação com a terra, conta-se igualmente com uma legislação inadequada para a realidade amazônica, conforme Treccani citado no Plano Marajó:

“A regularização fundiária dos imóveis localizados nas ilhas que se situam no estuário do rio Amazonas onde se faz sentir a influência das marés representa um verdadeiro desafio, seja para o poder público, seja para as populações locais. A legislação em vigor não se adapta à realidade amazônica. Questões de fundamental importância para as populações tradicionais que ocupam estas ilhas não encontram amparo no ordenamento jurídico brasileiro, ao não esclarecer qual a modalidade de regularização fundiária permite o uso sustentável dos recursos naturais” (Treccani, 2003).

Situação esta que foi enfrentada por meio da construção de instrumentos jurídicos alternativos que garantissem às populações o direito à terra. Conforme dados da Secretaria Estadual de Integração Regional – SEIR (www.seir.pa.gov.br), ao final de 2009 já haviam sido entregues cerca 25.000 Títulos de autorização de uso, que é um instrumento jurídico adequado às

áreas ribeirinhas que são terrenos de Marinha e, por esse é o motivos, vedadas para a emissão de títulos definitivos de posse. Para o ano de 2010, a SEIR informava que o programa estava em andamento em vários municípios do Marajó, como por exemplo, Ponta de Pedras, onde já tinham sido entregues cerca de 600 títulos, sendo que a meta para 2010 era de se chegar a 40.000 títulos entregues.

Contudo, a situação fundiária da região apresenta novos elementos geradores de conflito agrário e que precisam ser enfrentados pelas políticas públicas, como relatado pelo Sr. Prudêncio (técnico da Secretaria de Estado de Agricultura - Sagri) na Plenária Microrregional do PTDRS e Oficina Setorial de Pesca e Aquicultura, ocorrida em Cachoeira do Arari (SOMEC, Relatório da Plenária Microrregional do PTDRS e Oficina Setorial de Pesca e Aquicultura, 2010, p. 14):

“Em Cachoeira do Arari vem acontecendo problemas como os arrozeiros que vieram de outra região e se instalaram no referido Município, onde compraram terras, pois os mesmos plantaram arroz, segundo informação por ter subsídios do governo, que em pouco tempo conseguiram autorizações dos órgãos ambientais competentes, logo esta denúncia precisa ser averiguada até para saber se tudo isso procede. Os referidos fazendeiros já desviaram o curso do igarapé fazendo tapagem para conservar água para poderem irrigar a plantação, esta tapagem vem prejudicando o curso d’água e também tem informações de que jogaram agrotóxicos sobrevoando a área por helicóptero. Ainda existem homens armados vigiando a área da Fazenda. Este assunto vem preocupando muito os moradores locais.”

3.3.7. Infraestrutura para o desenvolvimento

3.3.7.1 – Transporte e malha viária

O sistema de transporte mais utilizado na região é o marítimo-fluvial. A qualidade dos serviços ofertados nos barcos é comprometida, pela falta de segurança dos passageiros, o desconforto da viagem, a pouca velocidade dos barcos nos percursos longos compromete o tempo da viagem. Para algumas regiões do pólo os horários não são regulares e quando as pessoas querem viajar com seus veículos, a passagem deve ser comprada com antecedência.

Como já citado anteriormente, foram dados os primeiros passos para a superação deste quadro de precariedade com relação ao turismo, porém é necessário avançar mais em relação ao território como um todo.

Assim, ações de melhoria da infraestrutura Viária e Portuária despontam como estratégicas para o desenvolvimento territorial sustentável. Neste campo, podem ser citadas como ações significativas, a recuperação da PA 154 entre Salvaterra e Cachoeira do Ararí e a pavimentação asfáltica da mesma. Recuperação da PA 154 em Soure com a pavimentação do acesso as praias do Pesqueiro e pavimentação da PA 154 no acesso a praia de Joanes, em Salvaterra. Conclusão dos Terminais Hidroviários de Gurupá; Muaná; Bagre e São Sebastião da Boa Vista. Recuperação de vicinais nos municípios de Cachoeira do ararí; Salvaterra. Estas ações estavam previstas no plano de obras do governo para o território (www.seir.pa.gov.br) e espera-se que sejam mantidas

Outra ação que merece destaque foi a entrega de maquinários para as prefeituras do Marajó, para apoiá-las na manutenção de sua malha viária. Segundo a SEIR, os municípios foram beneficiados com os seguintes equipamentos: Afuá: Lancha; Anajás: dois Tratores; Bagre: uma caçamba; um pá carregadeira; e um trator. Breves: uma motoniveladora; uma caçamba; um pá carregadeira; e um trator; Cachoeira do ararí: uma caçamba; um pá carregadeira; e um trator; Chaves: uma caçamba; um pá carregadeira; e um trator; Currálinho: Uma caçamba e um Trator; Gurupá: uma motoniveladora; uma caçamba; um pá carregadeira; e um trator; Melgaço: uma motoniveladora; uma caçamba e um trator; Muaná: uma caçamba; um pá carregadeira; e um trator; Ponta de Pedras: uma caçamba; um pá carregadeira; e um trator; Portel: uma motoniveladora; uma caçamba; um pá carregadeira; e um trator; Salvaterra: uma caçamba; um pá carregadeira; e um trator; Santa Cruz do Ararí: uma motoniveladora; uma caçamba; um pá carregadeira; e um trator; São Sebastião da Boa Vista: uma motoniveladora; uma caçamba; um pá carregadeira; e um trator; Soure: uma motoniveladora; uma caçamba; um pá carregadeira; e um trator.

3.3.7.2 – Energia

Em todo o pólo Marajó, a cobertura de iluminação pública é feita por pequenas usinas térmicas movidas a óleo diesel. Nas fazendas, a placa fotovoltaica é a forma de geração de energia mais utilizada e de menor custo operacional.

Segundo dados sistematizados em 2006 pelo Plano Marajó, a eletrificação nas áreas rurais estava muito aquém das áreas urbanas (CASA CIVIL, 2006: 52):

Os dados referentes a quatorze dos dezesseis municípios da região (exceto Portel e Gurupá) aponta que dos 80,2 mil domicílios, 46,5 mil (57,9%) possuem energia elétrica. Na área urbana, o suprimento cobre 93,0% dos domicílios. Já na área rural, a taxa de cobertura é de apenas 15,6%.

O atendimento no campo não é homogêneo. Alguns municípios como Salvaterra e Santa Cruz do Arari têm elevado grau de cobertura, com 92,3% e 77,5% respectivamente. Outros têm graus intermediários, como Soure, Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari, com 57,6%, 33,7% e 18,3% respectivamente. Os demais apresentam cobertura nula ou inferior a 5%.

Informações de 2010 (www.seir.pa.gov.br) já indicavam avanços maiores. O programa do governo federal Luz Para Todos já estava em execução em vários municípios do Marajó com mais de 4500 ligações executadas desde 2007, havendo também obras em andamento, como nos municípios de Curralinho, São Sebastião da Boa Vista, Muaná e Ponta de Pedras.

Em relação à instalação da Linha de Transmissão de Energia Tucuruí – Portel – Breves (chamado de Linhão do Marajó), as informações eram de que a Licença ambiental fornecida garantia a implantação as torres. A empresa estava implantando as subestações e paralelamente já existiam cerca de 100km de torre implantadas no rumo de Portel e Bagre. O valor de investimento foi aprovado e reconhecido pela Aneel, em reunião de diretoria no dia 07/07/09. O projeto também foi enquadrado na sub-rogação da CCC. Ao todo, serão instaladas 16 linhas de transmissão, nas tensões de 138 kV e 34,5 kV, e 13 SEs, em duas fases de instalação, ambas com duração de 18 meses.

3.3.7.3 – Comunicação

O sistema de comunicação no pólo Marajó apresenta condições insuficientes e de má qualidade. O rádio é o principal meio de comunicação na zona rural. Os canais de televisão são acessados através de antena parabólica. Nos municípios do pólo, a era da inclusão digital tem início através da internet

discada. A telefonia fixa atende apenas 50% dos municípios. Porém, houve a implantação de telefonia móvel em todos os municípios.

4. DEFINIÇÕES ESTRATÉGICAS TERRITORIAIS

4.1 - VISÃO DE FUTURO

Um território que tenha a educação voltada para a realidade, considerando valores como gênero, raça, religião e etnia, integrada com as ações dos movimentos sociais, atuantes e efetivamente reconhecidos por seu papel articulador e fiscalizador de políticas de desenvolvimento para o território. Um local cuja população seja reconhecida como verdadeira proprietária da terra, simplesmente por ocuparem suas áreas por décadas a fio, criando a história do Marajó. Com a garantia de que a cultura marajoara seja preservada e fique como um legado para as futuras gerações. Um local de respeito às leis dos homens e às leis de Deus, e delas baseiem seu modo de vida. Um território onde as políticas públicas alcancem as pessoas de forma equitativa e que em seu planejamento e implementação os governos tenham em conta que o Marajó é uma região predominantemente ribeirinha, pra que assim se respeite a natureza e os direitos dos povos considerados tradicionais, não por estarem amparados pelas leis, mas, por seu sangue marajoara, passado de geração à geração. Pessoas livres para expressarem seus anseios. Um território onde a sociedade viva de forma digna, com o fruto de seu trabalho, garantindo assim, sua permanência. Um local onde as decisões são tomadas pelo povo e para o povo, com transparência, responsabilidade e direitos garantidos.

4.2 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS POR DIMENSÃO

4.2.1 - Dimensão Ambiental

- ✓ Efetivar a regularização fundiária do território e das Resex's
- ✓ Proporcionar maior consciência ambiental à população
- ✓ Garantir que os rios e lagos sejam abertos, sem cercas, perenes, recuperados e produtivos.
- ✓ Efetivar a atuação da SEMA na APA Marajó (Zoneamento e Educação Ambiental);
- ✓ Criar mais Resex's no Marajó;
- ✓ Implantar o Plano Diretor Municipal Participativo
- ✓ Conseguir que os fazendeiros respeitem a legislação ambiental e a sociedade;

- ✓ Implantar usinas de reciclagem
- ✓ Implantar coleta seletiva de lixo e construção de aterro sanitário
- ✓ Implantar unidades de tratamento de esgoto
- ✓ Implantar projetos de produção de mudas de espécies florestais (oleaginosas, madeira de lei e outras);
- ✓ Garantir a distribuição e/ou comercialização de mudas florestais;
- ✓ Implantar programas de educação e gestão ambiental visando à preservação da fauna e flora, matas ciliares, rios e igarapés, reflorestamento de áreas degradadas com licenciamento ambiental;
- ✓ Garantir que haja embarcações com armazenamento adequado dos dejetos fecais e outros resíduos com local apropriado para o descarte.

4.2.2 - Dimensão Sócio-econômica

- ✓ Propiciar a melhoria das condições de produção e escoamento de produtos no território
- ✓ Construir um centro de comercialização dos produtos da Ilha do Marajó;
- ✓ Implantar o turismo de base comunitária
- ✓ Implantar agências bancárias em todos os 16 municípios do Marajó
- ✓ Ampliar os investimentos nas áreas agrícolas, pesca e aquicultura e turismo para se tornarem os eixos do desenvolvimento do Marajó;
- ✓ Implantar projetos de manejo do camarão;
- ✓ Disponibilizar linha de crédito para fomentar a produção local;
- ✓ Capacitar agentes de fiscalização para uma atuação mais eficiente;
- ✓ Implantar projetos de manejo florestal na região do Marajó
- ✓ Implantar projetos de energia alternativa nas áreas isoladas do território;
- ✓ Fomentar e desenvolver o empreendedorismo local

4.2.3 - Dimensão Sócio-cultural e educacional

- ✓ Incluir e valorizar as mulheres marajoaras possibilitando uma atuação mais consolidada e fortalecida, por meio da implantação de políticas públicas específicas
- ✓ Consolidar uma educação mais voltada para a realidade do território, ofertando cursos de formação técnica, respeitando as peculiaridades de cada município, considerando gênero, geração, raça e etnia
- ✓ Fomentar ações de qualificação e capacitação social e profissional em parceria com organizações públicas e privadas nos municípios do Marajó
- ✓ Fomentar a implantação do fórum de educação do campo
- ✓ Articular, resgatar e fortalecer os movimentos sociais presentes no território
- ✓ Efetivar o reconhecimento e titulação das comunidades quilombolas, com seus históricos e suas identidades e culturas resgatadas;
- ✓ Garantir a regionalização da merenda escolar
- ✓ Valorizar as diversidades sociais e culturais: Museu do Marajó, Carimbó, manifestações culturais e religiosas, ladainhas, benzedeiras, ervas medicinais; sítios arqueológicos, cerâmicas, tesos, identificados e reconhecidos; e os conhecimentos e saberes das populações locais
- ✓ Garantir os direitos das crianças e idosos
- ✓ Implantar o programa de capacitação de Parteiras Tradicionais;
- ✓ Implantar programas de Saúde Preventiva (fortalecer os programas de ACS e PSF)
- ✓ Tornar as leis e diretrizes conhecidas pela população marajoara e seu respectivo cumprimento
- ✓ Implantar políticas públicas de financiamento diferenciado ao meio rural para a educação, saúde e moradia;
- ✓ Garantir maior qualidade de ensino no Marajó.
- ✓ Implantar programas de saneamento básico no território
- ✓ Ampliar os investimentos públicos na área da saúde;
- ✓ Garantir que as futuras gerações não percam sua identidade cultural;

- ✓ Implantar em todos os municípios unidades da Escola Familiar Rural, com pedagogia de alternância

4.2.4 - Dimensão Político-Institucional

- ✓ Capacitar os gestores públicos para o exercício de suas funções
- ✓ Realizar concursos públicos e programas de formação continuada para a oferta mais eficiente dos serviços públicos
- ✓ Ter implantado políticas específicas para a questão fiscal e tributária
- ✓ Implantar políticas específicas para a questão fiscal e tributária
- ✓ Estimular que os Conselhos, inclusive os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável dos municípios sejam constituído por pessoas que tenham o interesse em participar do processo, eleitas e capacitadas para o controle social, com infraestrutura adequada para o seu funcionamento e fortalecidos
- ✓ Favorecer uma gestão pública eficiente, transparente, participativa e democrática
- ✓ Favorecer uma sociedade civil organizada, esclarecida, atuante e autônoma
- ✓ Efetivar que as lideranças locais sejam capacitadas, renovadas e empoderadas como gestoras do desenvolvimento territorial do Marajó
- ✓ Fomentar a transparência na gestão das Coloniais dos Pescadores e Sindicatos
- ✓ Favorecer uma sociedade mais consciente da sua participação cidadã nos processos decisórios
- ✓ Possibilitar que haja gestores municipais mais conscientes de suas atribuições e responsabilidades

5. MATRIZ ESTRATÉGICO-EXECUTIVA DO PTDRS DO MARAJÓ

5.1. Considerações Gerais

Os sonhos e expectativas da população marajoara, neste processo de qualificação do PTDRS, expressaram-se não somente na construção da visão de futuro e dos objetivos estratégicos, mas igualmente nas ações objetivas que foram apresentadas no decorrer das oficinas microrregionais e setoriais da pesca e aquicultura.

Desta forma, a matriz que segue abaixo detalha o horizonte de desenvolvimento sustentável que as pessoas, comunidades e organizações sociais e governamentais vislumbram para o Marajó. “Por dentro” de cada projeto não há apenas uma ação de caráter meramente operativo, mas a identificação de alternativas viáveis para o efetivo desenvolvimento integral do território.

Para a construção da matriz, além das propostas apresentadas nas oficinas e na plenária de validação, foram igualmente consideradas as propostas constantes do Plano Marajó e ações que já se encontram em desenvolvimento e que, por isso mesmo, devem ser consideradas neste PTDRS, para que não haja descontinuidade.

5.2 – Diretrizes, Ações Prioritárias e Projetos Territoriais por Dimensão

5.2.1. Quadro 1: Matriz Dimensão Ambiental (ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental)

DIRETRIZ 1 : Recuperação de áreas degradadas com espécies nativas economicamente viáveis.						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
1.1 - Recuperação de áreas degradadas por meio do zoneamento ecológico-econômico.	<p>Efetivar o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) na região do Marajó</p> <p>Resultado: Definição das áreas e seus usos Abrangência: Toda a região do Marajó OBS: Os recursos financeiros a serem destinados obedecerão a programação orçamentário-financeira do Estado do Pará.</p>					SEMA, MMA, IBAMA, SEPE PREFEITURAS
1.2 - Desenvolver planos de manejo sustentável de atividades e produtos florestais madeireiros e não-madeireiros	<p>Capacitar as comunidades para a elaboração e desenvolvimento de planos de manejo madeireiros e não-madeireiros comunitário</p> <p>Resultado: Comunidades preparadas, projetos elaborados e executados e comercialização com preços justos Abrangência: Boa Vista, Currálinho, Bagre, Portel, Breves, Melgaço, Gurupá e Muaná, 20 por município</p>	400.000	400.000	400.000	400.000	SEMA, MMA, IBAMA, IDEFLOR, ICMBIO, BOLSA AMAZÔNIA, EMATER, IMAZON, EMBRAPA, SEBRAE, IPAM, INCRA, SPU. PREFEITURAS
	<p>Garantir a renda e o uso sustentável dos recursos naturais das comunidades tradicionais</p>	150.000				SEMA, MMA, IBAMA, IDEFLOR,

	Resultado: Planos sendo executados, garantindo preços justos dos produtos madeireiros e não-madeireiros Abrangência: Gurupá, Afuá e Anajás					ICMBIO, BOLSA AMAZÔNIA, EMATER, IMAZON, EMBRAPA, SEBRAE, IPAM, INCRA, SPU. PREFEITURA S
1.3 - Implantação de projetos de sistemas agroflorestais, com financiamentos para pequenas produtoras e produtores rurais;	Promover a recomposição de áreas alteradas com aproveitamento econômico e reposição de APPs Resultados: Áreas recompostas e melhoria de renda Abrangência: Toda a região do Marajó Quantidades: 100 famílias por município.	4.000.000	8.000.000	4.000.000		MDA/SAF, PRONAF, EMATER PREFEITURA S
DIRETRIZ 2 : Implantação das políticas de zoneamento das áreas possíveis de ser exploradas						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
2.1 – Promover o controle ambiental da exploração de minérios não metálicos (classe 1) Mauro (icmbio)	Ciclo de reuniões informativas com empresas e comunidades Resultados: Empresas e comunidades orientadas sobre a necessidade de controle da atividade extrativa Abrangência: Localidades identificadas no ZEE do Marajó Quantidades: A serem definidas a partir do ZEE do Marajó. OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.	100.000	100.000	100.000	100.000	MMA/IBAMA DNPM MPF MPE SEMA PREFEITURA S

DIRETRIZ 3 : Melhoria da fiscalização por parte dos órgãos competentes						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
3.1 - Melhorar a infraestrutura de fiscalização e capacitação dos servidores	Aquisição de equipamentos, automóveis e lanchas para ampliar a capacidade de intervenção dos órgãos fiscalizadores Resultados: Órgãos de fiscalização com melhores condições de ação fiscalizadora no território Abrangência: Todo o território do Marajó Quantidades: A serem definidas a partir de levantamento nos órgãos. OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	MMA/IBAMA SEMA FNMA FEMA
	Programa de formação continuada dos servidores dos órgãos ambientais Resultados: Servidores(as) atualizados e motivados a cumprirem seu papel. Abrangência: Território do Marajó Quantidades: 100 servidores ao ano.	500.000	500.000	500.000	500.000	MMA/IBAMA SEMA FNMA FEMA PREFEITURA S
DIRETRIZ 4 : Política de educação ambiental específica para o Marajó						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
4.1 - Criação das Comissões Intersectoriais de Educação Ambiental	Estudo propositivo para a implantação das CIEAS e do Plano Territorial de Educação Ambiental Resultados: Diretrizes para a implantação das CIEAS	150.000				MMA/IBAMA SEMA FNMA FEMA

(CIEAs) e do Plano Territorial de Educação Ambiental	e formulação do Plano Territorial de Educação Ambiental estejam estabelecidas. Abrangência: Território do Marajó Quantidades: 1 estudo finalizado e publicado.					PREFEITURA S
	Elaboração Participativa do Plano Territorial de Educação Ambiental Resultados: Plano Territorial de Educação Ambiental formulado de modo participativo. Abrangência: Território do Marajó Quantidades: 1 plano finalizado e publicado.		900.000			MMA/IBAMA FNMA FEMA SEDUC SESPA SEMA PREFEITURA S
DIRETRIZ 5 : Promoção do ordenamento territorial						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
5.1 - Agilizar os processos de regularização fundiária no Marajó	Instalar unidades integradas dos órgãos fundiários e ambientais (SEMA, ITERPA, IDEFLOR – IBAMA, INCRA, SPU, MMA) Resultados: Bases físicas instaladas e equipadas, permitindo ações integradas entre os órgãos. Abrangência: Território do Marajó Quantidades: 1 base física instala e funcionando em .Curralinho e Salvaterra OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.		1.000.000	1.000.000		MMA/IBAMA INCRA SPU FNMA FEMA SEDUC SESPA SEMA ITERPA IDEFLO R PREFEITURA S
	Garantir a ampliação da emissão e reconhecimento de títulos das terras do Marajó junto aos órgãos competentes					MMA/IBAMA INCRA SPU

	Resultados: regularização fundiária do território acontecendo com maior agilidade e amplitude. Abrangência: Território do Marajó OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.	600.000	600.000	600.000	600.000	SEMA ITERPA PREFEITURAS
	Garantir a ampliação da emissão e reconhecimento de títulos das terras do Marajó junto aos órgãos competentes das comunidades quilombolas Resultados: regularização fundiária do território acontecendo com maior agilidade e amplitude. Abrangência: Território do Marajó OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.	600.000	600.000	600.000	600.000	MMA/IBAMA INCRA SPU SEMA ITERPA PREFEITURAS
DIRETRIZ 6 : Capacitação e o aprimoramento na área ambiental						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
6.1- Promover cursos de capacitação e qualificação técnica na área ambiental nos municípios do Marajó	Contribuir à formação ambiental, professores(as), jovens, lideranças comunitária Resultados: Professores da rede pública capacitados, jovens e lideranças comunitárias capacitadas e atuantes na defesa ambiental do Marajó Localização: Duas turmas/ano em cada município. Quantidades: 100 jovens/ano por município, 100 professores/ano por município.	640.000	640.000	640.000	640.000	UFPA UFRA, UEPA, EMATER, MMA/IBAMA, FNMA, FEMA SEDUC PREFEITURAS

DIRETRIZ 7 : Desburocratização do acesso a linhas de crédito para conservação florestal						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
7.1 - Dinamizar a expedição de licenciamentos ambientais para os agricultores familiares, extrativistas, pescadores, aquicultores e demais povos tradicionais.	<p>Agilização da expedição de licenciamentos ambientais para os agricultores familiares, extrativistas, pescadores, aquicultores e demais povos tradicionais</p> <p>Resultados: licenciamento ambiental agilizado, em vista de ampliar o o acesso a linha de credito para conservação florestal por agricultores familiares, extrativistas, pescadores, aquicultores e demais povos tradicionais</p> <p>Abrangência: Território do Marajó</p> <p>OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.</p>	600.000	600.000	600.000	600.000	MMA/IBAMA INCRA SPU SEMA ITERPA PREFEITURA S
DIRETRIZ 8 : Efetivação da APA do Marajó						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
8.1 – Efetivar a regularização administrativa da APA MARAJÓ e implantação de sua estruturação operacional	<p>GT intersetorial desenvolve ações para a regularização administrativa da APA Marajó</p> <p>Resultados: APA Marajó devidamente regularizada até 2012</p> <p>Abrangência: Território do Marajó</p> <p>OBS: Os valores foram estimados, necessitando de</p>	150.000	150.000			MMA/IBAMA INCRA SPU SEMA ITERPA PREFEITURA S

	ajustes posteriores.					
	Instalação de infra-estrutura física, equipamentos, funcionários, custeio e plano de manejo. Resultados: Base física de gerenciamento da APA Marajó devidamente instalada, equipada e em funcionamento até 2013 Abrangência: Território do Marajó OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.			3.000.000	1.000.000	MMA/IBAMA INCRA SPU SEMA ITERPA PREFEITURAS
DIRETRIZ 9 : Exploração sustentável dos recursos pesqueiros;						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
9.1 - Recuperar lagos, rios e igarapés assoreados	Estudos e ações ambientais para recuperação de rios, lagos e igarapés na região do Marajó, como o Rio Arari, Lago Arari, Canal da Tartaruga e outros; Resultados: Rios recuperados, possibilitando melhoria de qualidade de vida do povo marajoara. Quantidades: A serem definidas após o estudo prospectivo Abrangência: Todos os municípios do território OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.	1.200.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000	UFPA UFRA, UEPA, MMA/IBAMA, FNMA, FEMA EMATER, SEPAQ PREFEITURAS
9.2 - Implantar novos acordos de pesca;	Efetivação de acordos de pesca Resultados: Cada município tenha implantado o acordo de pesca	1.516.000				MPA, IBAMA, SEPAQ, MPE,

	Quantidades: 16 acordos firmados e implementados Abrangência: Todos os municípios do território					SEMA, PREFEITURAS Colônias CNS
DIRETRIZ 10 : Estudos e ações ambientais nos diversos ecossistemas do território						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
10.1 Realizar pesquisas para o melhor aproveitamento de produtos da biodiversidade da região do Marajó.	Identificar as potencialidades de mercado dos produtos para agregação de renda às comunidades, apontando técnicas de melhoramento genético. Resultados: Inventário de produtos, levantamento de potencialidades econômicas e técnicas de melhoramento identificadas em relação ao AÇAÍ, ANDIROBA, PRACAXI, MIRITI, CAMARÃO REGIONAL, MURU-MURU, TUCUMÃ, UCUUBA, INAJÁ, TURU, PATAUÁ, BACABA, CARANÃ Quantidades: 1 documento contendo inventário e potencialidade econômica dos produtos finalizado e publicado até 2012 Abrangência: Território do Marajó	350.000	350.000			UFPA UFRA, UEPA, MMA/IBAMA, FNMA, FEMA EMATER, IDEFLOR PREFEITURAS
DIRETRIZ 11 : Consolidação e ampliação dos projetos de Reforma Agrária para o território;						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
11.1- Agilizar a elaboração dos PDAs;	Agilização dos PDAs Resultado: Situação fundiária regularizada Abrangência: Toda a região do Marajó OBS: Os recursos financeiros a serem destinados					MMA/IBAMA INCRA SPU SEMA ITERPA

	obedecerão a programação orçamentário-financeira do Estado do Pará.					PREFEITURAS
DIRETRIZ 12 : Redução de impactos ambientais negativos nas ações produtivas e serviços						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
12.1 - Implantar matadouros adequados de acordo com a Legislação Ambiental e Sanitária. Sandro	Regularizar a situação sanitária e ambiental dos matadouros Resultados: Qualidade sanitária e ambiental do abate de gado bovino e bubalino. Abrangência: Todo o território do Marajó Quantidades: 1 matadouro instalado em cada município, em conformidade com a legislação sanitária e ambiental.	8.000.000	8.000.000			MAPA, SEMA, ADEPARÁ, MPE, SAGRI, SIF, SIE e SIM

5.2.2 - Quadro 2: Matriz Dimensão Sócio-Econômica (fomento as atividades produtivas sustentáveis e infraestrutura para o desenvolvimento)

DIRETRIZ 1 : Eficiência e qualidade dos meios de transporte terrestres e fluviais						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
1.1 - Adequar as embarcações no armazenamento dos dejetos fecais e outros resíduos com local apropriado para o descarte;	Estudo propositivo sobre adequação sanitária dos barcos Resultados: Diretrizes e procedimentos para adequação sanitária dos barcos de transporte de passageiros devidamente elaboradas Abrangência: Território do Marajó Quantidades: A serem definidas a partir do estudo	375.000				MT SETRAN PREFEITURA S
DIRETRIZ 2 : Instalação de infra-estrutura de beneficiamento e desenvolvimento de ações de apoio à comercialização da produção pesqueira e aquícola						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
2.1 - Promover a industrialização do pescadores/as, aquicultores/as e demais produtos agrícolas, capacitando pescadoras e pescadores em beneficiamento e gestão;	Implantar unidades de beneficiamento para a industrialização do pescado e demais produtos aquícolas Resultados: melhoria da competitividade do pescado marajoara e outros produtos aquícolas Abrangência: Território do Marajó Quantidades: 6 unidades instaladas em municípios-pólos OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.		1.800.000			MPA MDA SEPAQ PREFEITURA S

	<p>Implantar terminais pesqueiros em todos os municípios do Arquipélago.</p> <p>Resultados: melhoria da competitividade do pescado marajoara e outros produtos aquícolas Abrangência: Território do Marajó Quantidades: 16 terminais instalados no Território. OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.</p>		1.800.000			MPA MDA SEPAQ PREFEITURAS
	<p>Criar o Serviço de Inspeção Municipal para os produtos</p> <p>Resultados: melhoria da competitividade dos produtos do Marajó, por meio da garantia de sua sanidade Abrangência: Território do Marajó Quantidades: Todos os municípios 16 até 2012 OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.</p>	300.000	300.000			ANVISA ADEPARA PREFEITURAS
	<p>Criar uma marca ou selo Marajó para identificar que os produtos marajoaras são produzidos de forma sustentável;</p> <p>Resultados: melhoria da competitividade dos produtos do Marajó, por meio da visibilidade positiva dos mesmos no mercado regional, nacional e internacional Abrangência: Território do Marajó Quantidades: Marca elaborada até 2012</p>	30.000	30.000			UFPA UFRA, UEPA, MMA/IBAMA, FNMA, FEMA EMATER, IDEFLO PREFEITURAS

DIRETRIZ 3 : Instalação de infra-estrutura de beneficiamento e desenvolvimento de ações de apoio à comercialização da produção agrícola e extrativa

AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
3.1 - Promover o fortalecimento da produção e comercialização das oleaginosas	<p>Fazer estudo quantitativo dos produtos existentes (materia prima pra garantir o fornecimento) para implantação de agroindústrias, com ênfase para pequenas agroindústrias que trabalham com o sistema de produção agroecológico e cooperativas populares para organização de cadeias produtivas solidárias do extrativismo.</p> <p>Resultados: Viabilidade e sustentabilidade dos produtos identificados Abrangência: Território do Marajó Quantidades: 1 estudo finalizado e publicado até 2012</p>	70.000	30.000			UFPA UFRA, UEPA, MMA/IBAMA, FNMA, FEMA EMATER, IDEFLOR
	<p>Implantar agroindústrias para beneficiar os produtos existentes na região, inclusive oleaginosas</p> <p>Resultados: produtos são industrializados e possibilitam aumento da renda e melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores(as) Abrangência: Território do Marajó Quantidades: 6 unidades instaladas e equipadas com capacidade de processamento de 500kg/h, atendendo 150 agricultores e agricultoras/ano/município. Localizadas em municípios-pólos Instaladas de 2012 a 2014, 2 a cada ano</p>		700.000	700.000	700.000	MDA PREFEITURAS

3.2 - Aprimorar a produção agrícola familiar no Marajó	Aprimorar a técnica da coleta de sementes Resultados: Agricultores(as) extrativistas se aprimoram na coleta de sementes Abrangência: Território do Marajó Quantidades: 4 capacitações anuais para 25 pessoas a cada edição, durante 4 anos	200.000	200.000	200.000	200.000	UFPA UFRA, UEPA, MMA/IBAMA, FNMA, FEMA EMATER, IDEFLOR
	Criar e custear centro de produção de mudas de essências florestais, produção de fruteiras e plantas medicinais na região. Resultados: produção de mudas teve sua qualidade melhorada e capacidade produtiva ampliada. Abrangência: Território do Marajó Quantidades: 1 centro instalado e em funcionamento, com capacidade de produção de 100 mil mudas.	120.000	120.000	120.000	120.000	UFPA UFRA, UEPA, MMA/IBAMA, FNMA, FEMA EMATER, IDEFLOR
3.3 - Implementação do PAA em todos os municípios do Marajó	Capacitação dos agricultores (as) familiares sobre o PAA Resultados: Agricultores(as) se apropriam do programa e das formas de acesso. Abrangência: Território do Marajó Quantidades: 400 agricultores (as) ao ano	500.000	500.000	500.000	500.000	MDA CONAB SAGRI EMATER PREFEITURA S
	Estímulo e acompanhamento de processos de organização da produção e comercialização por meio do PAA Resultados: Agricultores(as) efetivamente conseguem	800.000	800.000	800.000	800.000	MDA CONAB SAGRI EMATER PREFEITURA

	se inserir no programa, por meio de suas organizações Abrangência: Território do Marajó Quantidades: 400 agricultores (as) ao ano					S
DIRETRIZ 4 : Fortalecimento de atividades não-agrícolas para sustentabilidade sócio-econômica territorial						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
4.1 - Fortalecer a atividade do turismo rural, ecoturismo e turismo de base comunitária, por meio de programas federais, estaduais, municipais e comunitários, com abrangência em todos os municípios do Marajó;	Projetos de formação de mão-de-obra especializada na área de turismo e cultura Resultados: População local é qualificada na área de turismo e cultura, ampliando sua possibilidade de aferição de renda e melhora o atendimento no ramo de turismo e cultura. Abrangência: Afuá, Portel, Breves, Currálinho, Ponta de Pedras, Muaná e São Sebastião da Boa Vista Quantidades: 100 pessoas/ano por município	700.000	700.000	700.000	700.000	MIN.DO TURISMO PARATUR MDA SEBRAE SENAR PREFEITURA S
	Formatar novos roteiros turísticos integrados as microrregiões Resultados: novos roteiros formatados possibilitam a ampliação do atrativo turístico e cultural do Marajó, ampliando a renda das populações locais.. Abrangência: Afuá, Portel, Breves, Currálinho, Ponta de Pedras, Muaná e São Sebastião da Boa Vista Quantidades: 4 novos roteiros formatados até 2012, como abaixo: Roteiro 1: Floresta Marajoara, abrangendo Currálinho, Muaná e São Sebastião da Boa Vista. Roteiro 2: Breves e Portel	400.000	400.000			MIN.DO TURISMO PARATUR MDA SEBRAE SENAR PREFEITURA S

	Roteiro 3: Afuá Roteiro 4: Ponta de Pedras					
	<p>Estudos de prospecção e identificação de APLs visando o desenvolvimento da cadeia produtiva de base local, com ênfase no turismo de base comunitária.</p> <p>Resultados: APLs são identificadas em relação a sua potencialidade para o fortalecimento do turismo de base comunitária Abrangência: Afuá, Portel, Breves, Currálinho, Ponta de Pedras, Muaná e São Sebastião da Boa Vista Quantidades: Estudos finalizados e publicados até 2013 OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.</p>	550.000	550.000	550.000		MIN.DO TURISMO PARATUR MDA SEBRAE SENAR SEDECT PREFEITURA S
	<p>Implantar e custear um centro de comercialização, divulgação turística e cultural do grupo de mulheres do Marajó na capital do Estado do Pará.</p> <p>Resultados: maior divulgação da produção cultural, agricultura familiar e produtos da sócio-biodiversidade oriundos de grupos de mulheres marajoaras. Abrangência: Território do Marajó Quantidades: 1 centro instalado e em funcionamento até 2013 OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.</p>	1.000.000	1.500.000	1.500.00	1.500.00	MIN.DO TURISMO PARATUR MDA FNMA FEMA SEBRAE SENAR SEDECT PETROBRAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS (Banco do Brasil, Caixa

						Econômica, HSBC, Bradesco)
DIRETRIZ 5 : Ampliação do acesso ao crédito para as unidades produtivas familiares						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
6.1 - Criar mecanismos de incentivo financeiro por parte das instituições financeiras e entidades.garantindo linhas de créditos para comercialização de outras atividades produtivas.	<p>Criação e implementação do Fórum Permanente de Crédito para a Agricultura Familiar no Marajó</p> <p>Resultados: Entidades da sociedade civil, gestores municipais e entidades fomentadoras do crédito para a Agricultura Familiar estabelecem uma agenda proativa sobre temas centrais para facilitar o acesso ao crédito no Marajó</p> <p>Abrangência: Território do Marajó</p> <p>Temas prioritários da agenda:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Criar bancos itinerantes: BASA, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal b) Criar programas com subsídios e/ou linhas de créditos específicas para o desenvolvimento das atividades produtivas e extrativistas c) Criar incentivo financeiro aos jovens do campo para trabalharem o aprendizado do saberes da terra e outras técnicas. d) Desburocratizar o acesso ao PRONAF Mulher e PRONAF Jovem e) Estabelecer parcerias para a fiscalização colaborativa dos financiamentos, créditos e seguro- defeso, para que os beneficiários legítimos sejam contemplados <p>Quantidades: Quatro reuniões do Fórum em 2011 e 2012 e três reuniões do Fórum em 2013 e 2014.</p>	60.000	60.000	45.000	45.000	MDA SAGRI Agentes Financeiros PREFEITURA S

DIRETRIZ 6 : Eletrificação urbana e rural de todos os municípios						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
7.1 - Ampliar o Programa Luz para Todos e o Linhão do Marajó para todo o território do Marajó	Foi referendada a continuidade do programa Luz para Todos.					
DIRETRIZ 7 : Ampliar o acesso ao saneamento ambiental, priorizando à água potável, esgoto e coleta e tratamento de resíduos sólidos						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
8.1 - Implantar estações de tratamento de água, esgoto e efluentes em todo território Marajó, estruturando o saneamento ambiental	Instalação de Unidades Sanitária Biológicas (UBS). Resultados: qualidade de vida e saúde da população ribeirinha melhorada Abrangência: Comunidades ribeirinhas do Território do Marajó Quantidades: Instalação de vinte mil (20.000) UBSs específicas para ribeirinhos nos municípios do território Marajó OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.	25.000.000	25.000.000	20.000.000	20.000.000	MMA SEMMA MDS INCRA MDA ELETRONORTE VALE PREFEITURAS
	Instalação de Unidades Sanitária Biológicas (UBS). Resultados: qualidade de vida e saúde da população moradora em terra firme de comunidades tradicionais e assentamentos de reforma agrária. melhorada Abrangência: Comunidades tradicionais e assentamentos de reforma agrária do Território do	10.000.000	10.000.000	10.000.000	15.000.000	MMA SEMMA MDS INCRA MDA ELETRONORTE VALE

	Marajó Quantidades: Instalação de dez mil (10.000) UBSs específicas para moradores em terra firme de comunidades tradicionais e assentamentos de reforma agrária. OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.					PREFEITURAS
DIRETRIZ 8 : Melhoria das ações de ATER/ATES						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
9.1 - Melhorar a estrutura da EMATER com maior aporte de recursos financeiros, materiais e humanos, atendendo às especificidades do território	Estruturar unidade de extensão rural com prédios, equipamentos, veículos e recursos humanos nas áreas de pesca aqüicultura, agrosilvipastoril, e turismo e grupos produtivos de mulheres Resultados: EMATER com sua capacidade operacional ampliada. Abrangência: Território do Marajó Quantidades: 1 unidade física instalada, equipada e em funcionamento até 2012 OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.	1.000.000	1.200.000			MDA EMATER SAGRI PREFEITURAS
	Seleção pública e contratação de equipe multidisciplinar para as prestadoras de serviços de ATES públicas. Resultados: prestadoras de públicas de ATES com sua capacidade operacional ampliada. Abrangência: Território do Marajó		800.000			MDA EMATER

	Quantidades: A ser definida após levantamento das demandas OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.					
--	---	--	--	--	--	--

5.2.3. – Quadro 3: Matriz Dimensão Sócio-cultural-educacional (inclusão social e cidadania)

DIRETRIZ 1 : Promoção da educação superior no Marajó						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
1.1 – Fortalecimento do ensino superior no Território.	<p>Criação e implantação de GT inter-institucional para melhoria quantitativa e qualitativa do ensino superior no Marajó</p> <p>Resultados: Entidades da sociedade civil, gestores municipais e instituições de ensino superior estabelecem uma agenda proativa sobre o ensino superior no Marajó Abrangência: Território do Marajó Temas prioritários da agenda: a) Efetivação do Campus flutuante da UFPA no Marajó b) Criação da Universidade Federal do Marajó. Quantidades: Quatro reuniões do GT em 2011 e 2012 e três reuniões do GT em 2013 e 2014.</p>	60.000	60.000	45.000	45.000	MEC MDA UFPÁ UEPA PREFEITURAS
DIRETRIZ 2 : Promoção da segurança pública com cidadania						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
2.1 - Melhorar os equipamentos e serviços públicos na área de segurança, com participação e	<p>Aquisição de lanchas para o patrulhamento em regiões mais longínquas,</p> <p>Resultados: Capacidade operacional das polícias ampliada.</p>		900.000	900.000	900.000	MJ SEGUP

controle social	Abrangência: Território do Marajó Quantidades: 6 lanchas de 2012 a 2014 OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.						
	Seleção pública e contratação de policiais. Resultados: efetivo policial do Marajó ampliado. Abrangência: Território do Marajó Quantidades: A ser definida após levantamento das demandas OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.		800.000				SEGUP
	Capacitar os agentes de segurança pública das comunidades (comissários). Resultados: comissários terão atuação mais qualificada em seus municípios e localidades policial do Marajó ampliado. Abrangência: Território do Marajó Quantidades: A ser definida após levantamento das demandas. Sendo prevista duas capacitações ao ano OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.	175.000	175.000	175.000	175.000		MJ SEGUP SEJUDH PREFEITURA S
	Consultas Públicas sobre a qualidade da segurança pública no Território. Resultados: População apropriada das políticas de segurança com cidadania, exercendo controle sobre as mesmas Abrangência: Território do Marajó	160.000	160.000	160.000	160.000		MJ SEGUP SEJUDH PREFEITURA S

	Quantidades: 1 consulta pública anual realizada em cada município					
DIRETRIZ 3 : Educação de crianças, jovens e adultos adequadas à realidade territorial						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
3.1 - Criar a disciplina de estudos marajoaras para compor a grade curricular das escolas municipais;	<p>Implantação de GT inter-institucional para elaboração de estudo propositivo sobre a criação da disciplina Estudos Marajoaras</p> <p>Resultados: Entidades da sociedade civil, gestores educacionais e instituições de ensino superior executam uma agenda de formatação da disciplina Estudos Marajoaras</p> <p>Abrangência: Território do Marajó</p> <p>Quantidades: Quatro reuniões do GT em 2011 e 2012 e três reuniões do GT em 2013 e 2014.</p>	60.000	60.000	45.000	45.000	MEC UFPÁ UEPA SEDUC PREFEITURA S
3.2 - Implantação e efetivação de escolas de educação no campo profissionalizantes com o 4º ano opcional.	<p>Implantação de GT inter-institucional para elaboração de estudo propositivo sobre a criação de Escolas de Educação no Campo, de caráter profissionalizante</p> <p>Resultados: Entidades da sociedade civil, gestores educacionais e executam uma agenda de formatação da proposta curricular e instalação física de Escolas de Educação no Campo, visando a formação</p>					MEC UFPÁ UEPA SEDUC PREFEITURA S

	<p>profissional dos alunos nas cadeias produtivas marajoara. Abrangência: Território do Marajó Quantidades: Quatro reuniões do GT em 2011 e 2012, 1 estudo finalizado e publicado até 2012.</p>	60.000	100.000			
	<p>Instalação e funcionamento de Escolas de Educação no Campo, de caráter profissionalizante. Esta ação será desenvolvida após a finalização e apresentação do estudo propositivo. Previsão de instalação das Escolas de Educação no Campo: de 2012 a 2014.</p>					MEC UFPÁ UEPA SEDUC PREFEITURA S
3.3 - Construir creches em tempo integral;	<p>Construção de creches com equipamentos e mobiliários Resultados: Crianças de 0 a 5 anos são atendidas em todos os municípios do Marajó Abrangência: Território do Marajó Quantidades: 2 creches com capacidade para 120 crianças em cada município ao ano, sendo uma na zona urbana e uma na zona rural, durante o período de 2012 a 2014 OBS: Os valores foram baseados em dados do MEC de 2009. Portanto necessitam de ajustes.</p>		38.100.000	38.100.000	38.100.000	MEC MDA SEDUC PREFEITURA S
3.4 - Implantar Escola Familiar Rural, com pedagogia de alternância onde não existem	<p>Construção e implantação de três novas CFRs Resultado: Formação técnica de jovens agricultores(as) familiares é ampliada no território. Quantidade: 13 CFRs instaladas e em funcionamento até 2014</p>					MEC MDA SEDUC PREFEITURA S

	Localização: Afuá, Anajás, Bagre, Currálinho, Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Melgaço, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra e Soure OBS: Os valores foram estimados, necessitando de ajustes posteriores.	2.500.000	5.000.000	2.500.000	2.350.000	
3.5 Oferecer cursos de curta duração para capacitação técnica de jovens.	Curso anual de capacitação técnica da juventude marajoara. de piscicultores/as e camaroeiros/as. Execução: Resultado: Formação técnica de jovens é ampliada no território do Marajó. Eixos de formação: Técnicas agrícolas, Técnicas de pesca e aquicultura, Educação ambiental e Comunicação turística. Quantidade: Realização de 2 cursos anuais para cada eixo de formação, totalizando 8 cursos de curta duração em cada município. Duas turmas de 30 alunos(s) em cada curso, totalizando 480 alunos(as) por ano em cada município. Abrangência: Todo o território do Marajó.	9.600.000	9.600.000	9.600.000	9.600.000	MDA MPA SENAR MTE SEDES SEPAQ PETROBRAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS (Banco do Brasil, Caixa Econômica, HSBC, Bradesco)
DIRETRIZ 5 : Resgate e valorização da cultura dos povos ribeirinhos, tradicionais e as diversas manifestações culturais do Marajó						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
5.1 - Implantação de espaços e realização de eventos para o desenvolvimento e divulgação das	Festival da cultura marajoara nos município do Marajó e na capital Resultados: Intercâmbio cultural, divulgação e valorização dos municípios marajoaras é realizado.		8.400.00	8.400.00	8.400.00	MIN.DO TURISMO MINC PARATUR MDA

<p>atividades artesanais, turísticas e culturais; centro de comercialização e cultura marajoara (Belém);</p>	<p>Abrangência: Território do Marajó Quantidades: Realização de um festival anual em cada município e em Belém, entre 2012 e 2014</p>					<p>SEBRAE PREFEITURAS PETROBRAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS (Banco do Brasil, Caixa Econômica, HSBC, Bradesco)</p>
<p>5.2 - Promover capacitação para elaboração de projetos culturais para captação de recursos.</p>	<p>Curso elaboração de projetos culturais Resultados: Gestores e produtores culturais capacitados na elaboração de projetos culturais. Abrangência: Território do Marajó Quantidades: 4 capacitações ao ano. Com público de 25 pessoas em cada capacitação.</p>	200.000	200.000	200.000	200.000	<p>MINC PARATUR PREFEITURAS</p>
<p>5.3 Fortalecer as práticas de manipulação e uso das plantas medicinais</p>	<p>Curso anual de manipulação segura de plantas medicinais Resultados: Trabalho das mulheres no uso das plantas medicinais é valorizado e qualificado por meio de formação específica Abrangência: Território do Marajó Quantidades: 4 capacitações ao ano. Com público de 40 pessoas em cada capacitação.</p>	160.000	160.000	160.000	160.000	<p>MDA EMBRAPA SAGRI SESPA EMATER PREFEITURAS</p>

	Seminário e Feira Territorial de Plantas Mediciniais					
	Resultados: Trabalho das mulheres no uso das plantas medicinais é valorizado e divulgado, possibilitando intercâmbio entre os grupos de mulheres. Abrangência: Território do Marajó Quantidades: 1 Seminário/Feira realizado anualmente.	400.000	400.000	400.000	400.000	MDA EMBRAPA MINISTÉRIO DO TURISMO MS PARATUR SAGRI SESPA EMATER PREFEITURA S
DIRETRIZ 6 : Ampliação do acesso com qualidade às políticas públicas de saúde						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
Estimular a criação de consórcios públicos para a educação, saúde e assistência social.	Criação e implantação de GT inter-institucional para melhoria quantitativa e qualitativa do ensino superior no Marajó Resultados: Entidades da sociedade civil, gestores federais, estaduais e municipais da saúde, educação e assistência social cumprem uma agenda proativa sobre a melhoria dos serviços de saúde, educação e assistência social no Marajó Abrangência: Território do Marajó Temas prioritários da agenda: a) . A criação de consórcios públicos para a educação, saúde e assistência social. b) Expansão do TFD a todos os municípios do Arquipélago do Marajó. c) Desenvolvimento de campanhas de saúde preventiva e endemias no território.	60.000	60.000	45.000	45.000	MDA MEC, MS, MDS, INSTITUTO EVANDRO CHAGAS, SEDES SEDUC, SESPA, UFPA UEPA PREFEITURA S

	<p>d) Fortalecimento da atenção básica à saúde no Território do Marajó.</p> <p>e) Criação de uma unidade regional do Instituto Evandro Chagas no Marajó.</p> <p>Quantidades: Quatro reuniões do GT em 2011 e 2012 e três reuniões do GT em 2013 e 2014.</p>					
DIRETRIZ 7 : Inclusão econômica, social e política das mulheres e jovens, como segmentos sociais prioritários no território						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
7.1 - Realizar ações educativas e preventivas para combater a violência e exploração sexual, física e moral de crianças, jovens e mulheres	<p>Implantar Centro de Referência da Mulher, incluindo o Centro de apoio e Delegacia da Mulher nos municípios</p> <p>Resultados: Rede pública de apoio às mulheres vitimizadas por violência ampliada e com atendimento melhorado.</p> <p>Abrangência: Todo o território.</p> <p>Quantidades: 1 Centro Territorial de Referência da Mulher implantado e funcionando até 2012. 1 Centro de Apoio e Delegacia da Mulher instalados em cada município até 2014.</p> <p>OBS: Valores a serem orçados</p>					MS FUNASA MDS MJ MPF SESPA SEJUDH SEMPM SEDES
	<p>Ampliar e potencializar as Casas de Saúde da Mulher e Assistência Social nos Municípios do Marajó</p> <p>Resultados: Rede pública de saúde e assistência social específico para as mulheres é ampliada</p>					MS FUNASA MDS MJ MPF SESPA

	<p>Abrangência: Todo o território. Quantidades: 1 Casa de Saúde da Mulher e Assistência Social instalada em cada município até 2014.</p> <p>OBS: Valores a serem orçados</p>					SEJUDH SEMPM SEDES MDVAEGRE
	<p>Campanhas anuais de prevenção à violência e exploração de crianças, mulheres e jovens.</p> <p>Resultados: População dos municípios sensibilizada em relação às temáticas da violência e exploração de crianças, mulheres e jovens e estimulada a colaborar no enfrentamento. Abrangência: Todo o território Quantidades: 1 campanha anual sobre cada um dos temas realizada em cada município.</p>	1.440.000	1.440.000	1.440.000	1.440.000	MS FUNASA MDS MJ MPF SESPA SEJUDH SEMPM PF MTUR SEDES
7.2 - Inclusão digital de mulheres e jovens	<p>Criação de Tele-centros nas comunidades</p> <p>Resultados: Mulheres e jovens se apropriam da linguagem digital e a usam para melhoria de sua qualidade de vida. Abrangência: As três comunidades rurais mais populosas de cada município. Quantidades: 3 Casas Digitais instaladas em cada município, totalizando 48 Casas Digitais até 2014</p>					Ministério das comunicações MINISTERIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA SEDECT MDA
	<p>Promover cursos de formação em informática para mulheres e jovens da zona rural</p> <p>Resultados: Mulheres e jovens se apropriam da</p>					Ministério das comunicações MINISTERIO DE CIÊNCIA E

	<p>linguagem digital e a usam para melhoria de sua qualidade de vida.</p> <p>Abrangência: As três comunidades rurais mais populosas de cada município.</p> <p>Quantidades: A serem definidas após a identificação das comunidades.</p> <p>OBS: Valores a serem orçados</p>					TECNOLOGIA SEDECT MDA MPA
7.3 – Apoio à autonomia econômica e geração de renda das mulheres	<p>Implantar casas de farinha para os grupos produtivos de mulheres;</p> <p>Resultados: Grupos produtivos de mulheres aumentam a quantidade e a qualidade da produção de farinha, possibilitando auferir maior renda.</p> <p>Abrangência: Breves, Bagre, Currealinho, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel e São Sebastião da Boa Vista</p> <p>Quantidades: 3 casas de farinha instalada e em funcionamento em cada município, totalizando 27 casas de farinha até 2013.</p>	1.440.000	1.440.000	1.440.000		MDA MAPA SAGRI SEMA PREFEITURA S
	<p>Implantar agroindústrias de beneficiamento de frutas e oleaginosas para os grupos de mulheres;</p> <p>Resultados: Grupos produtivos de mulheres beneficiam a produção de frutas e oleaginosas, possibilitando auferir maior renda.</p> <p>Abrangência: Todo o território</p>	1.500.00	1.500.000	740.000		MDA/AEGRE SENPM SEBRAE SEDECT SAGRI SEDES SETER

	Quantidades: 1 agroindústria de beneficiamento (por modalidade) implantada e funcionando em cada município, totalizando 32 agroindústrias até 2013.					EMATER MDS
7.4- Promover e fortalecer o empoderamento e autonomia política das mulheres	<p>Programa de formação para mulheres</p> <p>Resultado: mulheres com maior capacidade propositiva na defesa de seus direitos e na intervenção social e política.</p> <p>Conteúdos da formação:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Capacitação social e política. 2. Ações de gênero. 3. Políticas Públicas: formulação, acesso e controle social. <p>Abrangência: Todo território do Marajó.</p> <p>Quantidades: 1 curso territorial anual de formação social e política para mulheres. Realizado em três etapas. Sendo duas turmas de 50 mulheres ao ano.</p>	600.000	600.000	600.000	600.000	MDVAEGRE SENPM SEBRAE SENAR SEDECT SAGRI SEDES SETER EMATER

5.2.4. - Quadro 4: Matriz Dimensão Político-Institucional (relações institucionais)

DIRETRIZ 1 : Fortalecer as organizações da sociedade civil						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
1.1 - Implantar o fundo financeiro participativo para os movimentos sociais	<p>Instalação e funcionamento de GT inter-institucional para criação e instalação do Fundo Financeiro Participativo para os Movimentos Sociais do Marajó</p> <p>Resultados: Entidades da sociedade civil do Marajó, Governos Federal, Estadual e Municipais do Território e setor privado debatem, formatam e instalam o Fundo Financeiro Participativo para os Movimentos Sociais do Marajó</p> <p>Abrangência: Território do Marajó</p> <p>Temas prioritários da agenda:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Mobilização e composição dos recursos financeiros, b) Modalidade de gestão, c) Formas de acesso, d) Elegibilidade e inelegibilidade para acesso. e) Cronograma de instalação e execução <p>Quantidades: Quatro reuniões do GT em 2011 e 2012. Fundo instalado e em funcionamento a partir de 2013</p>	60.000	60.000			MIN.DO TURISMO MINC PARATUR MDA SEBRAE PREFEITURA S PETROBRAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS (Banco do Brasil, Caixa Econômica, HSBC, Bradesco)

1.3 - Capacitar lideranças e estimular novos atores com o propósito para a participação cidadã	Criação e implementação do programa de formação cidadã da juventude marajoara Resultado: Lideranças juvenis capacitadas social e politicamente. Quantidade: Um curso anual, em 3 etapas com 50 participantes. Sendo uma turma ao ano Abrangência: Todo o território	300.000	300.000	300.000	300.000	MDA, OAB, INCRA, , SAGRI, STTR, PREFEITURAS
DIRETRIZ 2 : Fortalecer as associações e cooperativas						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
2.1 - Formação permanente em gestão de associação, cooperativas, sindicato colônias e cursos de elaboração de projetos, SICONV, contabilidade pública e informática, controle social.	Curso em Gestão de Organizações Sociais: Resultados: Lideranças das entidades capacitadas para a gestão de suas organizações (associações, cooperativas, sindicatos e colônias) Abrangência: Território do Marajó Quantidades: Curso realizado anualmente, de 2011 a 2014. Sendo capacitados cinquenta e cinco (55) lideranças.	110.000	110.000	110.000	110.000	MDA, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ELETRÔNICO PREFEITURAS
	Curso em Boas Práticas na Organização de Cooperativas: Resultados: Lideranças das cooperativas capacitadas para o desenvolvimento de boas práticas nas suas organizações. Abrangência: Território do Marajó Quantidades: Curso realizado anualmente, de 2011 a 2014. Sendo capacitados cinquenta e cinco (55)	110.000	110.000	110.000	110.000	MDA, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ELETRÔNICO PREFEITURAS

	lieraças.					
	<p>Curso de Elaboração de Projetos para gestores de Organizações Sociais</p> <p>Resultados: Gestores das organizações sociais (associações, cooperativas, sindicatos e colônias), habilitados a elaborar projetos econômicos, em vista da participação em editais públicos e programas governamentais.</p> <p>Abrangência: Território do Marajó</p> <p>Quantidades: Curso realizado anualmente, de 2011 a 2014. Sendo capacitados cinquenta e cinco (55) lieraças.</p>	110.000	110.000	110.000	110.000	MDA, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ELETRÔNICO PREFEITURAS
	<p>Curso sobre a utilização do SICONV</p> <p>Resultados: Gestores ou Técnicos das organizações sociais (associações, cooperativas, sindicatos e colônias), habilitados a utilização do SICONV NA elaboração e cadastramento de projetos.</p> <p>Abrangência: Território do Marajó</p> <p>Quantidades: Curso realizado anualmente, de 2011 a 2014. Sendo capacitados trinta (30) gestores ou técnicos.</p>	60.000	60.000	60.000	60.000	MDA, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ELETRÔNICO PREFEITURAS

DIRETRIZ 3 : Criar e fortalecer os espaços de participação popular e controle social das políticas públicas						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
3.1 - Implantação de Conselhos Municipais para políticas setoriais nos Municípios do Marajó	<p>Estudo diagnóstico sobre Políticas setoriais no Marajó no âmbito da Educação, Cultura, Turismo, Pesca, Desenvolvimento Urbano e Mulheres, em vista de subsidiar a implantação de conselhos municipais setoriais e do Plano Diretor em todos os municípios do Território</p> <p>Resultados: Entidades da sociedade civil, movimentos sociais e gestores municipais tem maior propriedade quantitativa e qualitativa da realidade dos municípios em relação ao desenvolvimento de políticas setoriais de Educação, Cultura, Turismo, Desenvolvimento Urbano e Mulheres. Entidades da sociedade civil, movimentos sociais e gestores municipais são subsidiados com informações e definem estratégias de implantação de Conselhos de Políticas Setoriais e do Plano Diretor em seus municípios. Abrangência: Todo o território Quantidades: 1 Estudo diagnóstico finalizado e publicado até 2012. 1 Seminário territorial de socialização do estudo diagnóstico e estabelecimento de estratégias para a implantação de Conselhos Setoriais realizado em 2013.</p>	1.000.000	600.000			MDA, MEC MPA MINC MINISTÉRIO DO TURISMO SPM MINISTÉRIO DAS CIDADES MINISTÉRIO DO PLANEJAMEN TO SAGRI, SEDUC, SEPAQ PARATUR SEDURB ELETRONOR TE PREFEITURA S

	<p>Implantação de Conselhos Municipais de Políticas Setoriais (Educação, Cultura, Turismo, Pesca, Desenvolvimento Urbano e Mulheres) nos municípios do Território</p> <p>Resultados: Políticas setoriais são desenvolvidas com maior eficácia e controle social nos municípios do Marajó. Abrangência: Todo o território do Marajó Quantidades: Serão definidas no seminário de socialização do estudo-diagnóstico.</p> <p>OBS: Valores a serem orçados.</p>					MDA, MEC MPA MINC MINISTÉRIO DO TURISMO SPM MINISTÉRIO DAS CIDADES MINISTÉRIO DO PLANEJAMEN TO SAGRI, SEDUC, SEPAQ PARATUR SEDURB PREFEITURA S
3.2 - Promover capacitação de Conselheiros Municipais, diretores de sindicatos, associações, cooperativas, gestores municipais, para a gestão compartilhada do desenvolvimento do território,	<p>Formação de conselheiros da sociedade civil em conselhos municipais de políticas públicas, priorizando</p> <p>Resultado: Representantes da sociedade civil com maior capacidade de intervenção política nos conselhos. Quantidade: 100 conselheiros/ano. A formação será realizada em dois pólos, com 8 municípios em cada Abrangência: Municípios do território do Marajó..</p>	250.000	250.000	250.000	250.000	MDA, SPM, MS, OAB, INCRA, , SAGRI, STTR, PREFEITURA S

juntamente com a comunidade em geral						
DIRETRIZ 4 : Promover a modernização da administração pública do Arquipélago,						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
4.1 - Capacitar os agentes públicos em gestão pública, elaboração de projetos, Captação de recursos, prestação de contas, SINCONV.	Curso em Captação de Recursos e Elaboração de Projetos para agentes públicos: Resultados: Servidores públicos municipais capacitados para atuarem na captação de recursos por meio de projetos. Abrangência: Território do Marajó Quantidades: Curso realizado anualmente, de 2011 a 2014. Sendo capacitados sessenta (60) servidores ao ano	120.000	120.000	120.000	120.000	MDA, MINISTÉRIO DO PLANEJAMEN TO EGPA SEPOF PREFEITURA S
	Curso sobre Prestação de Contas e SINCONV Resultados: Gestores ou Técnicos das organizações sociais (associações, cooperativas, sindicatos e colônias), habilitados a utilização do SINCONV NA elaboração e cadastramento de projetos. Abrangência: Território do Marajó Quantidades: Curso realizado anualmente, de 2011 a 2014. Sendo realizadas duas turmas de trinta (30) servidores ao ano.	120.000	120.000	120.000	120.000	MDA, MINISTÉRIO DO PLANEJAMEN TO EGPA SEPOF PREFEITURA S

DIRETRIZ 5 : Ampliação da capacidade institucional do Território e dos municípios.						
AÇÕES PRIORITÁRIAS	PROJETOS TERRITORIAIS	VALOR (Em Reais)				PARCERIAS POTENCIAIS
		2011	2012	2013	2014	
5.1 - Implantar Secretarias de Cultura e Turismo em todos os municípios do Marajó	Esta ação está articulada com a ação 3.1 desta matriz.					
5.2 - Implantar secretaria de desenvolvimento territorial do Marajó	<p>Instalação e funcionamento de GT inter-institucional para criação e instalação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Marajó</p> <p>Resultados: Entidades da sociedade civil do Marajó, Governos Federal, Estadual e Municipais do Território e setor privado debatem, formatam e instalam a o Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Marajó</p> <p>Abrangência: Território do Marajó</p> <p>Temas prioritários da agenda:</p> <ol style="list-style-type: none"> Pertinência da Secretaria para o processo de desenvolvimento territorial e política estadual de desenvolvimento, Formatação institucional, jurídica e orçamentário-financeira da Secretaria, Cronograma de instalação e funcionamento da Secretaria <p>Quantidades: Quatro reuniões do GT em 2011 e 2012. Secretaria instalada e em funcionamento a partir do segundo semestre de 2012</p>	60.000	60.000			MDA MINISTÉRIO DO PLANEJAMEN TO SAGRI SEPOF PREFEITURA S

6. PROPOSTAS PARA GESTÃO DO PLANO

A efetivação do PTDRS exigirá, além da vontade política dos gestores e ações de controle dos atores sociais, um processo de gestão que possibilite um acompanhamento permanente em vista de que sejam tomadas as medidas necessárias para garantir que os objetivos estabelecidos sejam alcançados.

Neste sentido, o principal responsável por manter uma dinâmica de gestão será o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Marajó (Codetem). Contudo, em vista de que se tenha efetivado o compartilhamento de poder e de tarefas, foram apresentadas propostas para o desenvolvimento participativo da gestão do PTDRS:

1. Composição de Grupos Temáticos ou Setoriais, com a responsabilidade de acompanhar um conjunto determinado de Ações Prioritárias/Projetos Territoriais nos Eixos de Desenvolvimento. Sendo que este conjunto de Grupos Temáticos ou Setoriais estarão sob a coordenação da Coordenação Geral do Codetem.
2. Estes grupos temáticos ou setoriais terão reuniões periódicas para socialização do andamento das ações estabelecidas.
3. Conformação de Núcleos Técnicos de Projeto para monitoramento específico do andamento técnico-operacional dos projetos, ou seja, sua execução física e financeira.
4. Estes Núcleos Técnicos de Projetos darão subsídios para a avaliação e análise dos Grupos Temáticos ou Setoriais acerca do andamento dos projetos e seus impactos para o desempenho do PTDRS em cada uma de suas Ações Prioritárias. Por isso, haverá um Núcleo Técnico de Projeto para cada Dimensão da Matriz do PTDRS.
5. Reuniões semestrais do Codetem para socialização do monitoramento do PTDRS, sendo que a reunião do segundo semestre terá também o caráter de avaliação de meio termo do PTDRS.

BIBLIOGRAFIA REFERENCIAL

AGUIAR, Suely A. et alli. Levantamento preliminar da mastofauna da região de Anajás-Muaná, Ilha de Marajó, Pará, Brasil. In Revista Brasileira de Zoologia. [online]. 2002, vol.19, n.3, pp. 841-854.

ALBUQUERQUE, Adna Almeida de, BARTHEM, Ronaldo Borges. A pesca do tamoatá *hoplosternum littorale* (Hancock 1828) (Siluriformes: Cllichthyidae) na ilha do Marajó. In Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 3, n. 3, p. 359-372, set.- dez. 2008

BRASIL, Marília Carvalho. Marajó: em busca da sobrevivência. 2008. Disponível em www.fundaj.gov.br/geral/textos

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (PDTSAM). 2007.sne.

CODETEM. Relatório da Plenária Microrregional do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Oficina Setorial de Pesca e Aquicultura em Curralinho. 2010.

_____. Relatório da Plenária Microrregional do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Oficina Setorial de Pesca e Aquicultura em Cachoeira do Arari. 2010.

IBAMA/CPNOR. *Produção Pesqueira do Pará 2000*. Disponível em www.mma.gov.br

_____. *Produção Pesqueira do Pará 2004*. Disponível em www.mma.gov.br

IBGE. Censo 2010: Primeiros Resultados. Disponível em www.ibge.gov.br

_____. *Produção Agropecuária Municipal (PAM)*. Disponível em www.ibge.gov.br

IDESP. Indicadores de qualidade ambiental dos municípios do Estado do Pará. 2010. Disponível em www.idesp.gov.pa.br

IPAR – Instituto de Pastoral Regional. *Amazônia em outras Palavras*. Belém. nº 15. Dez- 2006.

ISAAC-NAHUM, Victoria Judith. *Exploração e manejo de recursos pesqueiros no litoral amazônico: um desafio para o futuro*. Disponível em www.cienciaecultura.bvs/scielo

JÚNIOR, Ivan Furtado et alli. Estatísticas das produções de pescado estuarino e marítimo do estado do Pará e políticas pesqueiras. In Boletim do Museu

Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 95-111, maio-ago. 2006

MEC. Mapa da Educação no Brasil. Disponível em www.mec.gov.br

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. Boletim da Pesca e Aquicultura: Brasil 2008-2009. Disponível em www.mpa.gov.br

MMA/IBAMA. Estatística da Pesca 2005: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Disponível em www.mma.gov.br

MONTAG, Luciano Fogaça de Assis et alli. Ictiofauna de campos alagados da Ilha do Marajó, Estado do Pará, Brasil. Disponível em Biota Neotrop., 9(3): <http://www.biotaneotropica.org.br>

NOGUEIRA, Cristiane Silva. Territórios de pesca no estuário marajoara: comunidades quilombolas, águas de trabalho e conflitos no município de Salvaterra.2006. Disponível em www.ufpa.br/naea

PARATUR. Resumo Executivo do Pólo Marajó – PA/ Ministério do Turismo. Paratur. Belém: Empresa Expansão Gestão em Educação e Eventos, 2009.

ROSSETI, Dilce de Fátima. Reflorestamento natural no Marajó: Fatores geológicos são determinantes para o processo de avanço da floresta na ilha. In Jornal do Brasil, Ciência Hoje. 21/12/2008

SEPAQ. Estatística e Desembarque Pesqueiro do Estado do Pará 2008. Disponível em www.sepaq.pa.gov.br

SOMEK. Relatório da Plenária de Validação do PTDRS do Marajó em Soure. 2010

SOUZA, Armando Lírio de. Evolução do sistema agrário da mesorregião do Marajó: uma perspectiva sócio-histórica. Disponível em www.issbrasil.usp.br

TODOS PELA EDUCAÇÃO. IDEB dos municípios brasileiros. Disponível em www.todospelaeducacao.org.br